

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO
E INTERNACIONALIZAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

ANNA CAROLINE CORRÊA MENDES

PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS: um
olhar decolonial para a Biblioteca Municipal José Sarney em São Luís no Maranhão

São Luís

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO
E INTERNACIONALIZAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

ANNA CAROLINE CORRÊA MENDES

PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS: um
olhar decolonial para a Biblioteca Municipal José Sarney em São Luís no Maranhão

Dissertação apresentada à Linha de Pesquisa 2
– Cultura, Educação e Tecnologia, do Programa
de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade,
visando obtenção de título de Mestra em
Cultura e Sociedade.

Orientadora: Dra. Kláutenys Dellene Guedes
Cutrim

São Luís

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Mendes, Anna Caroline Corrêa.

Patrimônio cultural afro-brasileiro e bibliotecas públicas: um olhar decolonial para a Biblioteca Municipal José Sarney em São Luís no Maranhão / Anna Caroline Corrêa Mendes. - 2026.

172 f.

Orientador(a): Dra. Klautenys Dellene Guedes Cutrim.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025

1. Patrimônio Cultural Afro-brasileiro. 2. Biblioteca Pública. 3. Biblioteca Municipal José Sarney (bmjs). 4. Decolonialidade. 5. Identidade Negra. I. Cutrim, Klautenys Dellene Guedes. II. Título.

CDU 351.71:027.4(812.1)

ANNA CAROLINE CORRÊA MENDES

PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS: um
olhar decolonial para a Biblioteca Municipal José Sarney em São Luís no Maranhão

Dissertação apresentada à Linha de Pesquisa 2
– Cultura, Educação e Tecnologia, do Programa
de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade,
visando obtenção de título de Mestra em
Cultura e Sociedade.

Data de Aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Kláutenys Dellene Guedes Cutrim (Orientadora)
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira
Doutor em Arqueologia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
(Membro Interno)

Profa. Dra. Leyde Klebia Rodrigues da Silva
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
(Membro Externo)

AGRADECIMENTOS

À Deus por me proporcionar todas as vitórias e pelo dom da vida.

Especialmente aos meus pais Josefa Silva Corrêa e Genesio Luciano Mendes, por serem exemplos de altruísmo e perseverança. A cada incentivo e acolhimento para que os meus estudos fossem prioridade na minha vida. A eles sou grata por todas as minhas conquistas passadas, presentes e futuras.

À Lara Sunshine a quem eu amo incondicionalmente e que faz da minha vida algo especial de se viver.

Às minhas irmãs queridas, Anna Paula Mendes e Anna Célia Mendes, pelo amor, apoio e por acreditarem no meu crescimento como pessoa e como profissional.

Aos meus irmãos Luciano Mendes e Luciana Mendes que mesmo distantes nutro um amor fraterno com muito carinho e respeito.

À minha grande e melhor amiga Camila Saraiva pela paciência e cumplicidade da nossa amizade mesmo nos tempos mais difíceis.

Às amizades realizadas durante o mestrado no Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, em especial Valéria Matos e Mayane Pereira, que se tornaram grandes e queridas amigas.

Ao meu amigo Maurício José Moraes, pela parceria e carinho, que desde a graduação é o meu melhor orientador de trabalhos acadêmicos e a quem devo a minha entrada no mestrado.

À Erivânia Menezes pela excelência no trabalho de normalização, pela compreensão da dificuldade do processo de escrita e pela amizade de sempre.

Aos meus parceiros de trabalho, Cláudio Alessandro e Elinielle Borges pela paciência nos momentos mais difíceis da pesquisa e da escrita. Sou grata pelo acolhimento e compreensão.

À minha orientadora Klautenys Dellene Cutrim pela orientação na pesquisa, paciência na escrita e humanidade no processo do mestrado.

Agradeço ao Prof. Dr. Arkley Bandeira e Profa. Dra. Leyde Klebia Rodrigues da Silva (UFBA) pelas contribuições na banca de qualificação que foram fundamentais para a continuidade da pesquisa e conclusão deste trabalho.

À Universidade Federal do Maranhão, ao Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPAC).

Elevador é quase um templo
Exemplo pra minar teu sono
Sai desse compromisso
Não vai no de serviço
Se o social tem dono, não vai

Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história

Se preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer
Nem resgata nossa identidade
(Jorge Aragão, 1992).

RESUMO

Analisa-se a presença do patrimônio cultural afro-brasileiro na Biblioteca Municipal José Sarney (BMJS) e sua relevância na construção identitária dos ludovicenses. Apresenta a importância da preservação e abordagem do patrimônio cultural afro-brasileiro em bibliotecas públicas, visto como um elemento fortalecedor da identidade negra. Discute-se a concepção de bibliotecas públicas como centros de cultura, capazes de potencializar o conhecimento necessário para estabelecer uma discussão decolonial. Evidencia o crescimento da perspectiva decolonial na sociedade, principalmente no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, abordando a formação profissional do bibliotecário(a) e sua atuação em bibliotecas. Para tanto, o estudo tem como objetivo geral: investigar, sob uma ótica decolonial, as ações culturais e educativas da Biblioteca Municipal José Sarney e sua contribuição para o fortalecimento da identidade negra e do patrimônio cultural afro-brasileiro na cidade de São Luís. E, para o desenvolvimento da pesquisa, os seguintes objetivos específicos: a) apresentar as bibliotecas públicas como possíveis locais de decolonização de saberes e práticas; b) contextualizar a Biblioteca Municipal José Sarney, sua trajetória, atuação e participação no cenário ludovicense; c) identificar as ações culturais e educativas da Biblioteca Municipal José Sarney com foco no fortalecimento da identidade negra e do patrimônio cultural afro-brasileiro na cidade de São Luís; d) analisar a percepção dos usuários da biblioteca e da equipe técnica de profissionais sobre a contribuição das ações culturais e educativas para o fortalecimento da identidade negra e do patrimônio cultural afro-brasileiro na cidade de São Luís. Trata-se de uma pesquisa básica, de caráter exploratório e descritivo, de abordagem quantitativa e qualitativa. Do ponto de vista dos seus procedimentos, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, dialogando com alguns teóricos da Biblioteconomia como: Maria Mary Ferreira, Luís Milanesi, Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, Francilene Carneiro Garcês da Silva etc.; do patrimônio: Alessandra Lima, Regina Abreu, Márcia Chuva, Pedro Paulo Abreu Funari, Françoise Choay etc.; dos estudos decoloniais, como: Joaze Bernardino-Costa, Francilene Cardoso, Walter Mignolo, Aimé Césaire, Lélia Gonzalez etc.; e dos teóricos da cultura e identidade: Stuart Hall, Tomaz Tadeu da Silva, Kathryn Woodward, Joel Candau etc. Parte, também, de uma pesquisa documental, com consulta de documentos referentes à administração e funcionamento da Biblioteca Pública Municipal José Sarney. Segue com o estudo de caso, para análise das ações culturais e educativas, preservação e valorização da cultura, identidade negra e patrimônio cultural afro-brasileiro na Biblioteca Municipal José Sarney, com aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com os usuários da Biblioteca Municipal José Sarney, e com a equipe técnica administrativa da biblioteca. Ressalta o impacto da Biblioteca Municipal José Sarney na comunidade onde está inserida, atuando como potencializadora na discussão decolonial, evidenciando traços da cultura negra afro-brasileira em seus serviços, produtos e atividades culturais. Para tanto, reconhece a influência da comunidade na biblioteca enquanto parte constituinte dela, compreendendo que a Biblioteca Municipal José Sarney gera uma sensação de pertencimento e representatividade para com os seus usuários. Conclui que a Biblioteca Municipal José Sarney se configura como uma biblioteca que atua no fortalecimento da identidade negra e do patrimônio cultural afro-brasileiro na cidade de São Luís, por meio de suas atividades e ações culturais e educativas.

Palavras-chave: patrimônio cultural afro-brasileiro; biblioteca pública; Biblioteca Municipal José Sarney (BMJS); decolonialidade; identidade negra.

ABSTRACT

The study analyzes the presence of Afro-Brazilian cultural heritage in the José Sarney Municipal Library (BMJS) and its relevance in the construction of the identity of the people of São Luís. It presents the importance of preserving and addressing Afro-Brazilian cultural heritage in public libraries, seen as a strengthening element of black identity. It discusses the conception of public libraries as centers of culture, capable of mediating the knowledge necessary to establish a decolonial discussion. It highlights the growth of the decolonial perspective in society, mainly in the field of Library Science and Information Science, addressing the professional training of librarians and their work in libraries. To this end, the study has the following general objective: to investigate, from a decolonial perspective, the mediation activities of the José Sarney Municipal Library and its contribution to the strengthening of black identity and Afro-Brazilian cultural heritage in the city of São Luís. And, for the development of the research, the following specific objectives: a) to trace the link between Afro-Brazilian cultural heritage and the construction of black identity; b) to present public libraries as possible places for the decolonization of knowledge; c) to contextualize the José Sarney Municipal Library, its trajectory, performance, and mediation in the context of São Luís, identifying the actions of mediation of information, culture, and evidence of Afro-Brazilian cultural heritage; and d) to analyze the perception of library users and the technical team of professionals on how the José Sarney Municipal Library contributes to the strengthening of black identity construction, based on its actions of mediation of Afro-Brazilian cultural heritage. This is a basic research, of an exploratory and descriptive nature, with a quantitative and qualitative approach. From the point of view of its procedures, it is characterized as a bibliographic research, dialoguing with some theorists of Library Science such as: Ferreira (2021), Milanesi (1986; 2002; 2003), Almeida Júnior (1997), Silva (2020), etc.; heritage: Lima (2012), Abreu (2010), Chuva (2012), Funari (2010), Choay (2011) etc.; decolonial studies, such as: Bernardino-Costa (2016), Cardoso (2015), Mignolo (2016), Césaire (2020), Gonzalez (2020) etc.; and culture and identity theorists: Hall (2014; 2024), Silva (2014), Kathryn Woodward (2014), Candau (2016) etc. It also starts from documentary research, with consultation of documents related to the administration and operation of the José Sarney Municipal Public Library. The study continues with field research to analyze the activities of cultural mediation, preservation and appreciation of culture, black identity and Afro-Brazilian cultural heritage at the José Sarney Municipal Library, with the application of questionnaires and semi-structured interviews with users of the José Sarney Municipal Library and with the library's technical and administrative team. It highlights the impact of the José Sarney Municipal Library on the community where it is located, acting as a catalyst for decolonial discussion, highlighting traces of black culture in its services, products and cultural activities.

Keywords: Afro-Brazilian cultural heritage; public library; José Sarney Municipal Library (BMJS); decoloniality; identity.

LISTA DE SIGLAS

BMJS	– Biblioteca Municipal José Sarney
CNRC	– Centro Nacional de Referência Cultural
FUNC	– Fundação Municipal de Cultura de São Luís
GEPPAC	– Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural
IFLA	– Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
IPHAN	– Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PNLE	– Política Nacional de Leitura e Escrita
PNLL	– Plano Nacional do Livro e da Leitura
SECULT	– Secretaria Municipal de Cultura
TIC's	– Tecnologias de Informação e Comunicação
UFMA	– Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Reportagem sobre desativação da Biblioteca de Fátima.....	80
Figura 2 –	Fachada atual da Biblioteca Municipal José Sarney.....	83
Figura 3 –	Setor de Obras Étnico-raciais e Cordelteca.....	89
Figura 4 –	Contaçon de história na Biblioteca Municipal José Sarney.....	100
Figura 5 –	Árvore de conceitos.....	104
Figura 6 –	Exposição de orixás em tela.....	123
Figura 7 –	Expo BF Preta.....	124
Figura 8 –	Roda de Conversa Julho das Pretas.....	125
Figura 9 –	Palestra na Expo BF Preta.....	141
Figura 10 –	Oficina de Tambor de Crioula e Artesanato.....	141

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Vínculo com a Biblioteca Municipal José Sarney.....	106
Gráfico 2 –	Serviços utilizados na Biblioteca Municipal José Sarney.....	107
Gráfico 3 –	Serviços mais utilizados na Biblioteca Municipal José Sarney.....	112
Gráfico 4 –	Elementos mais marcantes da cultura negra para os usuários.....	122
Gráfico 5 –	Elementos mais marcantes da cultura negra para a equipe técnica.....	138
Gráfico 6 –	Atividade ou ação realizada pela BMJS que gerou mais impacto ou que chama/ou mais atenção dos usuários.....	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Pesquisa Documental.....	22
Quadro 2 –	Sistematização das unidades de registro e objetivos por categoria.....	25
Quadro 3 –	Servidores da Biblioteca Municipal José Sarney.....	87
Quadro 4 –	Sistematização das unidades de registros da categoria Biblioteca (usuários).....	108
Quadro 5 –	Sistematização das unidades de registros da categoria Decolonialidade (usuários).....	115
Quadro 6 –	Sistematização das unidades de registros da categoria Cultural (usuários).....	121
Quadro 7 –	Sistematização das unidades de registros da categoria Biblioteca (equipe técnica).....	127
Quadro 8 –	Sistematização das unidades de registros da categoria Decolonialidade (equipe técnica).....	131
Quadro 9 –	Sistematização das unidades de registros da categoria Cultural (equipe técnica).....	137

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	20
2.1	Tipo de pesquisa.....	20
2.2	Campo de pesquisa.....	23
2.3	Participantes da pesquisa.....	23
2.4	Instrumento de coleta de dados.....	24
2.5	Análise de dados.....	24
3	PATRIMÔNIO CULTURAL E OS CAMINHOS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA.....	27
3.1	A relação entre patrimônio e identidade.....	35
3.2	Raízes e resistência: o patrimônio afro-brasileiro.....	42
4	BIBLIOTECAS PÚBLICAS: lugares de culturas e saberes.....	53
4.1	Histórico e conceitos da biblioteca pública.....	53
4.2	Seriam as bibliotecas públicas centros de cultura?.....	59
4.3	Decolonizando saberes e práticas em bibliotecas públicas.....	65
5	A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSÉ SARNEY.....	79
5.1	A trajetória da Biblioteca Pública Municipal José Sarney na cidade de São Luís, MA.....	79
5.2	Acervo, serviços e produtos.....	87
5.3	As ações culturais da Biblioteca Pública Municipal José Sarney e as tecituras da cultura.....	91
6	UM OLHAR DECOLONIAL SOB A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSÉ SARNEY: perspectiva dos usuários e da equipe técnica.....	102
6.1	Perspectiva dos usuários.....	105
6.2	Perspectiva da equipe técnica.....	126
7	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	145
	REFERÊNCIAS.....	149
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	163
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	165

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	166
APÊNDICE D – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	167
ANEXO A - APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM ANIMAIS E SERES HUMANOS.....	169

1 INTRODUÇÃO

A sociedade na qual se vive apresenta uma dinâmica marcada pela necessidade constante de captação de conhecimentos e informações para se pensar uma forma concreta de agir enquanto indivíduo social. Na atualidade, a biblioteca caminha entre o tradicional e o moderno, sendo reconhecida como um espaço de registros do conhecimento e acesso à informação, não apenas figurando como depositária de informações, esta instituição assume um importante caráter político, educativo, social e cultural.

A construção de uma consciência crítica perpassa por espaços de acolhimento, como escolas, bibliotecas, centros comunitários e outros. A exemplo disso, destaca-se que “[...] são as bibliotecas que permitem aproximar os cidadãos do conhecimento, da informação, elas são armas importantes no combate à ignorância e alienação [...]” (Ferreira, 2021, p. 514).

Em se tratando de biblioteca pública, esta, enquanto lugar de informação, culturas e sociabilidades, se mantém nas comunidades sob o financiamento do poder público (federal, estadual ou municipal). A biblioteca pública tem como uma de suas funções fomentar as tradições locais e, paralelo a isso, a comunidade deve refletir na biblioteca seus interesses comuns, compartilhados de um mesmo legado histórico e cultural, marcando uma construção identitária coletiva e social.

A construção identitária de uma comunidade, mediada por uma instituição como a biblioteca, mostra-se complexa por todo o seu processo elucidativo, visto que muitas subjetividades identitárias podem surgir de movimentos de resistência às opressões, de movimentos específicos, de conflitos, de transitoriedade histórica etc. No campo dos estudos culturais e da identidade, Hall (2014, p. 108) destaca que as identidades “[...] têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos.” Ou seja, as identidades vêm de uma origem histórica, na qual se constituem a partir de uma correspondência com o presente.

A memória, categoria ligada à identidade, é, segundo Halbwachs (1990), mediada pelas relações sociais que o indivíduo estabelece de forma coletiva, ou seja, advém de trocas e de experiências vividas em um determinado contexto social. As bibliotecas, assim como os museus, cemitérios e arquivos, por exemplo, são lugares de memória, criados pela sociedade para resguardar e representar a memória daquilo que um dia já foi vivenciado (Nora, 1993).

Essa discussão sobre a identidade e a memória, principalmente de sujeitos dissidentes, traz à tona a relevância da temática decolonial em bibliotecas. É fundamental explicar que a decolonialidade se pauta em compreender que a tradição do eurocentrismo criou uma ideia universal e abstrata em todas as esferas da vida (social, cultural, política etc.), havendo uma necessidade em reconhecer que essa colonialidade do ser causou violências e apagamentos em outras formas de existir, que se diferenciavam da dita universal.

O cientificismo e a imposição de que a produção do conhecimento só é válida para um determinado grupo social (o eurocêntrico), desqualificam epistemologias que divergem dessa lógica universal. A decolonialidade busca, portanto, reestabelecer um diálogo horizontal sobre as diversidades, evidenciando conhecimentos, saberes, práticas e relações que foram invisibilizadas e subjugadas durante séculos.

Especificamente em São Luís, cidade onde este estudo foi realizado, a identidade e a memória são elementos substanciais para se estabelecer estratégias decoloniais de atuação. A influência, a identidade e a memória do negro são elementos constitucionais dessa trajetória. É notável que “a memória do negro brasileiro é parte partícipe nesse esforço de reconstrução de um passado ao qual todos os afro-brasileiros estão ligados. Ter um passado é ter uma consequente responsabilidade nos destinos e no futuro da nação negro-africana” (Nascimento, 2019, p. 274).

A partir deste fortalecimento identitário e da busca pela preservação da memória dessa população, é possível pensar em cultura negra e no patrimônio cultural afro-brasileiro como elementos decoloniais na sociedade, possibilitando explicitar uma preservação da construção coletiva de identidades, formada por vários atores sociais e suas subjetividades. O processo de reconhecimento cultural de um determinado grupo social, assim como a luta pela resistência e pela (re)construção de sua própria história, mostra a libertação das amarras do colonial, os indivíduos outrora subjugados “[...] criam e agem juntos em várias formas de comunidade que podem perturbar e desestabilizar a colonialidade do saber, poder e ser, e assim mudar o mundo” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2023, p. 50).

Discutir sobre cultura negra a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro remete a um contexto pautado em termos de diáspora, escravização e segregação. A construção do patrimônio cultural afro-brasileiro é guiada por elementos que precisaram, ao longo do tempo, resistir e ressignificar as suas nuances, para hoje, terem suas identidades reconhecidas como constituintes culturais de um país, a partir de manifestações que determinam o seu modo de vida, como religiões, danças, culinárias e outros. (Lima, 2012).

A busca por uma reflexão sobre a produção de conhecimento que percorre a fronteira social da globalização, como pontuado por Santos e Meneses (2010), contorna estas discussões sobre as forças da dominação colonial e das resistências sociais. Nos últimos séculos, houve a dominação de uma epistemologia de exclusão das dimensões culturais e sociais do outro. O eurocentrismo, como determinante de uma produção do conhecimento, exclui e desqualifica produções e organizações do conhecimento que diferem da sua forma de pensar e agir.

Dentro desse contexto, a biblioteca pública deve garantir que, em todas as nações, especialmente nos países em desenvolvimento, sejam assegurados os direitos à educação e à participação na sociedade do conhecimento e da vida cultural da comunidade (IFLA, 2022, p. 1). Como afirma Cardoso (2015), a biblioteca, enquanto instituição social, não pode ser separada da sociedade, portanto deve participar da dinâmica de ideologias, organização social e formas de relacionamentos.

Nesta perspectiva, este estudo enfatiza a importância das bibliotecas públicas no fortalecimento da identidade negra, a partir de uma abordagem do patrimônio cultural afro-brasileiro dentro destas instituições, trazendo à tona a possibilidade real de inclusão e afirmação da ocupação desses indivíduos dentro desses espaços, que por muitas vezes são apagados e silenciados. Cabe destacar, também, a inegável contribuição e a visibilidade trazida para esta temática na área da educação através das leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório incluir o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas, potencializando o conhecimento a respeito destas populações que formaram a história e a cultura do país.

Diante destas considerações, pontua-se que a biblioteca pública assume a função social, educativa e cultural, a partir de uma perspectiva que possibilita uma ação de interferência consciente enquanto facilitadora, assim como também se potencializa enquanto uma protagonista, com sua atuação orientada por uma intencionalidade social (Gomes, 2020).

Inserida em uma comunidade periférica, localizada no Bairro de Fátima, a Biblioteca Pública Municipal José Sarney desenvolve, ao longo dos anos, atividades que contemplam a funcionalidade de uma biblioteca pública, com mediações efetivas que interferem na comunidade onde está inserida. Sabendo do potencial desta biblioteca enquanto dispositivo de transformação social, estudá-la mostra-se como uma possibilidade de investigação concreta em uma biblioteca pública atuante, espaço que pode ter como função social auxiliar na luta antirracista, ecoar narrativas silenciadas e invisibilizadas, bem como conscientizar a população, pontuando principalmente as questões de identidade e representatividade negra.

Não obstante, o incômodo para a realização desta investigação, inicia-se da vivência particular da pesquisadora enquanto mulher preta inserida em uma sociedade racista. Somado a isso, o fato de ser bibliotecária e atentar para os possíveis caminhos que a profissão apresenta na construção de um dispositivo que pode ser utilizado como elemento decolonial dentro de uma cidade como São Luís, onde mais de 70% da população é negra.

A investigação da Biblioteca Pública Municipal José Sarney, inserida em uma comunidade periférica e de sua possível contribuição decolonial na sociedade a partir de suas ações culturais e educativas desenvolvidas, busca sutilmente “[...] esclarecer e sistematizar a colonialidade do poder, do ser e do saber, nos ajudando a pensar em estratégias para transformar a realidade” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2023, p. 10). Sem esvaziar essa discussão sobre projeto decolonial e sua dimensão política, este trabalho almeja revelar, a partir da função social das bibliotecas, as lutas políticas de resistência das populações afrodiaspóricas e africanas, a partir da evidenciação da cultura negra e do patrimônio cultural afro-brasileiro.

Assim, este estudo mostra-se relevante por abordar, sobretudo, um conjunto de vivências coletivas de um grupo humano, representando um patrimônio cultural de um povo, a partir de ações desenvolvidas por uma biblioteca pública. Buscar o fortalecimento da cultura negra brasileira a partir de abordagens decoloniais no espaço social da biblioteca proporciona (re)pensar formas significativas de estabelecimento de estratégias decoloniais que devem ser executadas com urgência. A quebra da hegemonia cultural e de saberes é atual e devem ser propostos meios reais de enfrentamento deste novo paradigma que conhece a urgência da conscientização da pluralidade.

A partir destas breves discussões, é perceptível que esta pesquisa apresenta uma ótica interdisciplinar, promovendo o diálogo e a intersecção a partir de diferentes campos de estudos da ciência, como: Patrimônio Cultural e Biblioteconomia ao abordar as bibliotecas públicas e as ações culturais e educativas dentro destas unidades de informação e centros de cultura, dialogando com os estudos culturais e patrimônio cultural afro-brasileiro.

Desta forma, enfatiza-se a contribuição desta pesquisa com os estudos desenvolvidos pela Linha de Pesquisa 2 do Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, ao passo em que, ao investigar a Biblioteca Pública Municipal José Sarney, explicita-se a importância da atuação de uma biblioteca pública que reconhece a relevância de ações decoloniais em espaços sociais mediadores de sociabilidades, aprendizagens, culturas e saberes.

Contribui com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPAC), abordando patrimônio cultural afro-brasileiro e suas raízes constitutivas na sociedade ludovicense. Para a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o presente estudo traz contribuições significativas na área da Biblioteconomia e para o Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult), já que apresenta um ineditismo da pesquisa e seu potencial para publicações em canais de comunicação interdisciplinares. Assim como a análise proposta nesta pesquisa irá contribuir para a cidade de São Luís, apontando caminhos e estratégias possíveis para auxiliar no diálogo sobre decolonização e fomentando práticas culturais, elaboração de projetos e políticas de atuação necessárias na construção de uma identidade e representatividade coletiva negra.

Para tanto, a pesquisa está fundamentada em responder o seguinte problema: como a Biblioteca Municipal José Sarney, a partir de suas ações culturais e educativas, evidencia o patrimônio cultural afro-brasileiro, contribuindo para o fortalecimento da identidade negra ludovicense? Assim, o estudo tem como objetivo geral: investigar, sob uma ótica decolonial, as ações culturais e educativas da Biblioteca Municipal José Sarney e sua contribuição para o fortalecimento da identidade negra e do patrimônio cultural afro-brasileiro na cidade de São Luís.

Em consequente, para o desenvolvimento da pesquisa, apresenta os seguintes objetivos específicos: a) apresentar as bibliotecas públicas como possíveis locais de decolonização de saberes e práticas; b) contextualizar a Biblioteca Municipal José Sarney, sua trajetória, atuação e participação no cenário ludovicense; c) identificar as ações culturais e educativas da Biblioteca Municipal José Sarney com foco no fortalecimento da identidade negra e do patrimônio cultural afro-brasileiro na cidade de São Luís, e; d) analisar a percepção dos usuários da biblioteca e da equipe técnica de profissionais sobre a contribuição das ações culturais e educativas para o fortalecimento da identidade negra e do patrimônio cultural afro-brasileiro na cidade de São Luís.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa básica, de caráter exploratório e descritivo, de abordagem quantitativa e qualitativa. Do ponto de vista dos seus procedimentos, a pesquisa tem como ponto de partida: uma pesquisa bibliográfica, já que recorrerá a bases de dados como Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), SciELO, Portal de Periódicos da Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) etc. A pesquisa conta primeiramente com a consulta e diálogo com as seguintes autorias da Biblioteconomia como: Ferreira (2021), Milanesi (2003), Almeida Júnior (1997); do Patrimônio como: Lima (2012),

Chuva (2012), Funari (2010), Choay (2011); dos estudos decoloniais, como: Bernardino-Costa (2016), Cardoso (2015); e dos estudos da cultura e da identidade: Hall (2024), Woodward (2014), entre outras autorias.

Parte, também, de uma pesquisa documental, com a consulta de documentos referentes à administração e funcionamento da Biblioteca Pública Municipal José Sarney; essa pesquisa tem como suporte materiais informacionais que não tiveram nenhum tratamento analítico, como: fotos, jornais, gravações etc. (Severino, 2016).

Em seguida, realizou-se o estudo de caso, para análise das ações culturais e educativas, preservação e valorização da cultura, identidade negra e patrimônio cultural afro-brasileiro na Biblioteca Municipal José Sarney, com aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com os usuários da Biblioteca Municipal José Sarney, e com a equipe técnica administrativa da biblioteca, mediante a técnica de amostragem não-probabilística por seleção racional e acessibilidade (Prodanov; Freitas, 2013).

Desta forma, a dissertação está disposta em seis seções. Logo após a introdução, a segunda seção discorre sobre todo o percurso metodológico da pesquisa, para que se compreenda a delimitação da pesquisa, do campo, dos participantes e dos instrumentos de coleta de dados aplicados para recolher as informações necessárias para a discussão da pesquisa.

A terceira seção apresenta o patrimônio e o patrimônio cultural afro-brasileiro, discutindo conceitos, trajetória, construção da identidade e particularidades deste processo de reconhecimento no país. Tem como base teórica autores sobre patrimônio: Choay (2011), Gonçalves (2009), Funari e Pelegrini (2009), Chuva (2012); e sobre identidade: Candau (2016), Hall (2014; 2024), Silva (2014), entre outros.

A quarta seção aborda a biblioteca pública, suas missões e funções na sociedade, discutindo sobre sua relevância enquanto equipamento cultural, assim como a possibilidade de assumir um papel decolonial na sociedade, a partir de autores como: Milanese (1986; 2003; 2002), Almeida Júnior (1997), Cardoso (2015), Ferreira (2021), Gomes (2020) etc. A quinta seção, em continuidade, apresenta a Biblioteca Pública José Sarney, com o objetivo de expor a sua trajetória na cidade de São Luís, os serviços e produtos desenvolvidos, assim como as suas ações culturais e educativas.

A sexta seção, de fato, configura-se como a discussão da pesquisa, apresentando a percepção dos usuários da biblioteca, assim como da equipe técnica, sobre o papel social e decolonial que a biblioteca desenvolve, para isso, além do tratamento dos dados, haverá diálogo com os teóricos para consubstanciar a pesquisa. Por fim, as considerações finais que apresentam

a contemplação da questão norteadora inicial da pesquisa, assim como demonstra o alcance dos objetivos propostos.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa é um processo que traz em sua base uma proposta emancipatória, de questionar o cotidiano e construir o trajeto educativo (Demo, 2006). Pode-se dizer, ainda, que a pesquisa “[...] é um conjunto de procedimentos metódicos e de técnicas baseadas no raciocínio lógico” (Matias-Pereira, 2019).

Realizadas por diferentes determinações, as pesquisas devem ocorrer com cautela na escolha de métodos e técnicas de investigação científica. “Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação de resultados” (Gil, 2019, p. 1).

Pensar na pesquisa em sua amplitude proporciona articular o seu trajeto ao ensino e à extensão, pois só se aprende ou só se ensina, pesquisando, nutrindo a si e à sociedade. Assim, como já apresentado no objetivo geral, esta pesquisa se delinea em evidenciar o patrimônio afro-brasileiro em bibliotecas públicas, dialogando sob uma ótica decolonial a importância deste elemento em instituições sociais como bibliotecas, com fins de aprofundar as questões decoloniais, que precisam ultrapassar as barreiras acadêmicas e adentrar na realidade social.

Portanto, buscou-se um percurso metodológico que contemplasse as variáveis objetivas e subjetivas que compõem o campo pesquisado, com o objetivo de contribuir na apresentação real da percepção dos sujeitos da pesquisa e da relevância da temática para a cidade de São Luís e para a área biblioteconômica.

2.1 Tipo de pesquisa

A fim de aprofundar conhecimentos acerca do diálogo decolonial em bibliotecas públicas, esta pesquisa se propõe em demonstrar a importância da ampliação de estudos e discussões na área da Biblioteconomia. Portanto, quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa fundamental, básica, que objetiva descobrir, melhorar ou ampliar um conhecimento científico (Gil, 2019).

Ao explorar as nuances da Biblioteca Municipal José Sarney, sua formação, trajetória e interface com a comunidade, foi determinado que, quanto aos seus objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória. Segundo Severino (2016, p. 132), estudos com esse

enquadramento dedicam-se a “[...] levantar informações a respeito de um objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”.

Caracteriza-se, também, como uma pesquisa descritiva, já que tem como objetivo a descrição das características de determinada população (usuários e equipe da biblioteca) ou fenômeno, com o intuito de “[...] levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população” (Gil, 2019, p. 26).

Para dialogar com os teóricos das categorias de análise escolhidas, principalmente para apresentar as bibliotecas públicas como lugares de decolonização dos saberes e práticas, a pesquisa tem como ponto de partida uma pesquisa bibliográfica, que recorreu às bases de dados como BRAPCI, SciELO, Portal de Periódicos da Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Selo NYOTA, no período de março de 2024 a novembro de 2025.

A primeira etapa da pesquisa bibliográfica foi realizada a partir da consulta e diálogo com autores, cujos estudos são voltados para a situação da biblioteca pública no Maranhão e no Brasil, como Ferreira (2021) e Almeida Júnior (1997); que abordam a biblioteca pública como centro de cultura, como Milanese (1983; 2003); autores que discutem a decolonialidade em bibliotecas, como Cardoso (2015) e Silva (2020); autores que discutem decolonialidade de modo geral: Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), Fanon (2023), Césaire (2020), e estudiosos de patrimônio: Lima (2012), Gonçalves (2009), Funari e Pelegrini (2009), Chuva (2012).

Especificamente na seção 4.3 do trabalho, foi realizada uma pesquisa exploratória na BRAPCI e no Selo NYOTA, com o objetivo de apresentar a possibilidade real de aplicação de saberes e práticas decoloniais em bibliotecas públicas, demonstrando pesquisas e estudos nesta área. A pesquisa exploratória “busca levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto” (Severino, 2016, p. 132).

A BRAPCI foi selecionada por reunir, atualmente, um conjunto extenso e relevante de documentos produzidos no âmbito da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. O selo Nyota também foi incluído como campo de busca por ser uma plataforma que aborda a pluralidade epistêmica, principalmente de sujeitos que fomentam a ótica decolonial. Em se tratando de um eixo de investigação ainda emergente, não foi estabelecido nenhum recorte temporal, buscando identificar na literatura da Ciência da Informação e da Biblioteconomia relatos, experiências e estudos que trazem esta temática decolonial, principalmente no âmbito da biblioteca pública.

Para busca na base de dados BRAPCI foram estabelecidos alguns termos recorrentes que permeiam este estudo, como: “decolonialidade” e “ações culturais”. Como foi encontrado um volume significativo de estudos nestas áreas, foi realizado uma análise nos resumos e nas palavras-chaves sobre a abordagem dos termos, especificamente, dentro de bibliotecas públicas.

Para conhecer o surgimento, funcionamento, planejamento e rotina da BMJS, o estudo contou também, com uma pesquisa documental. A pesquisa documental é necessária quando documentos como fotografias, vídeos, relatórios e documentos pessoais ou institucionais, precisam ser observados e analisados (Gil, 2019). Foi realizado uma pesquisa documental, no período de janeiro a fevereiro de 2025, na Biblioteca Pública Benedito Leite, na Seção de Materiais Especiais (periódicos e obras raras), com objetivo de traçar a história da BMJS desde a sua inauguração em 1983 até os dias atuais; foram analisados os seguintes jornais: O Estado Maranhão, Jornal Hoje e O Imparcial (de 1983 até 2024).

Ainda como pesquisa documental, foram analisados os documentos administrativos institucionais que norteiam o funcionamento da BMJS. Disponibilizados pela coordenadora da biblioteca Maria Rita Oliveira, totalizaram 5 (cinco) documentos, quais são:

Quadro 1 – Pesquisa Documental

QTD.	DOCUMENTO	OBJETIVO
1	Relatório de Atividades 2023	Levantamento de dados estatísticos, atividades e ações culturais realizadas durante o ano de 2023.
2	Relatório de Atividades 2024	Levantamento de dados estatísticos, atividades e ações culturais realizadas durante o ano de 2024.
3	Minuta da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções	Conhecer a política de desenvolvimento de coleção para coletar informações sobre o acervo, modalidade de aquisição, sistema informacional etc.
4	Planejamento de Atividades Anual	Coletar informações sobre a funcionalidade da biblioteca, horários, servidores, atividades, ações, projetos etc.
5	Fotografias	Imagens do prédio da biblioteca, do Bairro de Fátima, praças, manifestações culturais etc.

Fonte: Autoria própria (2025)

Em seguida, ainda quanto ao procedimento de coleta de dados, a pesquisa se caracteriza como estudo de caso. O estudo de caso é adequado a este estudo por “[...] ser definido como um estudo exaustivo, profundo e extenso de uma ou de poucas unidades, empiricamente verificáveis, de maneira que permita seu conhecimento amplo e detalhado”

(Mendonça, 2014, p. 46). Ou seja, o estudo de caso foi escolhido para esta pesquisa pois proporciona uma investigação exaustiva e particular da BMJS e suas particularidades investigadas.

A recolha de dados ocorreu no período de fevereiro a abril de 2025, com aplicação de questionários com os usuários da BMJS, e entrevistas semiestruturadas com a equipe técnica administrativa da biblioteca, mediante a técnica de amostragem não-probabilística por seleção racional e acessibilidade.

2.2 Campo de pesquisa

O estudo de caso foi realizado na Biblioteca Municipal José Sarney, localizada na Rua do Correio, n. 363, no Bairro de Fátima, São Luís - MA, CEP: 65030-340. A coleta de dados ocorreu sempre dentro das dependências da biblioteca, com o consentimento e a autorização da coordenadora da biblioteca.

2.3 Participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa foram usuários cadastrados e não cadastrados nos serviços da biblioteca, visitantes, participantes de eventos e ações culturais, colaboradores culturais da comunidade e a equipe técnica do quadro de funcionários que trabalha na área administrativa da biblioteca.

Os participantes da pesquisa foram selecionados mediante a técnica de amostragem não-probabilística por seleção racional e conveniência; nesta técnica, as amostras são selecionadas porque estão convenientemente disponíveis para o investigador (Ortega, 2025). Como o público da BMJS é diverso e extenso para avaliar, esta técnica foi escolhida devido à sua relação em apresentar facilidade em obtenção de amostra, visto que desta forma há uma facilidade em alcançar pessoas de forma mais frequente

Todos os participantes da pesquisa foram pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, advertidos dos riscos e benefícios da pesquisa, mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) apresentado no ato da pesquisa, e logo após assinado pelos mesmos. Antes da aplicação dos instrumentos, foi explanada brevemente a natureza e o objetivo da pesquisa a ser desenvolvida.

2.4 Instrumento de coleta de dados

Diante da rotatividade e do tempo escasso de permanência dos usuários na biblioteca, o questionário foi utilizado para coletar informações desses sujeitos da pesquisa, por ser mais prático e confortável para ambas as partes. O questionário é um instrumento de coleta de dados composto por um conjunto de perguntas direcionadas às pessoas com o objetivo de obter informações sobre determinado assunto (Mendonça, 2014). Foram aplicados questionários mistos compostos de 15 (quinze) perguntas abertas e fechadas, em usuários cadastrados nos serviços da biblioteca, visitantes, participantes de eventos e ações culturais e colaboradores culturais da biblioteca e da comunidade (Apêndice B).

Para a equipe técnica da biblioteca, foi escolhido como instrumento de coleta de dados a entrevista, porque esta é considerada uma forma de interação social, onde uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informações (Mendonça, 2014). Muito utilizada nas Ciências Humanas, na entrevista “[...] o pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam” (Severino, 2016, p. 133).

No intuito de dialogar mais abertamente com a equipe e extrair informações mais específicas sobre a área de atuação, conhecimentos biblioteconômicos e culturais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a equipe técnica administrativa da Biblioteca Municipal José Sarney, composta de 13 (treze) questões que abordavam sobre: as ações culturais e educativas, preservação e valorização da cultura, identidade negra e patrimônio cultural afro-brasileiro na Biblioteca Municipal José Sarney, assim como a sua atuação para a preservação e difusão do patrimônio cultural e fortalecimento das identidades dos moradores da cidade de São Luís (Apêndice C).

Ocorreu observação sistemática do espaço da Biblioteca Municipal José Sarney, anterior às aplicações dos questionários e entrevistas, a fim de conhecer a estrutura predial e a dinâmica dos serviços desenvolvidos no determinado local.

Cabe pontuar que a pesquisa foi realizada mediante aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEP-UFMA) (Apêndice D).

2.5 Análise de dados

Quanto ao procedimento de análise de dados, a abordagem será quantitativa e qualitativa. Quantitativa por utilizar dados estatísticos para caracterizar os participantes da

pesquisa e; qualitativa, visto que as pesquisas desse tipo de abordagem primam por compreensões e análises mais profundas das informações levantadas. Os dados coletados serviram de insumo para tecer a análise de base e desenvolver a descrição do estudo, apoiada nas diretrizes metodológicas da análise de conteúdo (Bardin, 2016), pautando-se nos aspectos léxicos e semânticos, cujas unidades são conjugadas com os dados da pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa de campo e demais categorias tratadas na investigação.

A análise de conteúdo, de acordo com Bardin (2016), envolve técnicas de pesquisa que possibilitam a sistematização e organização sobre os dados coletados. A pesquisa categoriza os resultados, analisando-os diante do embasamento do referencial teórico que está norteando o estudo em questão, assim como para o alcance dos objetivos propostos.

Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo se baseia em três etapas, que são a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. A **pré-análise**, é a etapa onde são elaborados indicadores sobre o que será analisado a partir dos objetivos propostos, de uma leitura flutuante sobre o tema abordado e seleção de documentos e materiais; **a exploração do material** é a etapa onde são determinados os critérios para a categorização, ou seja, onde são definidas as categorias de análise em consonância com o *corpus* da pesquisa, o critério de categorização pode ser semântico, sintático, léxico ou expressivo; e **o tratamento dos resultados, inferências e interpretação**, fase onde os resultados dos dados coletados são analisados e interpretados de forma crítica, dialogando com o referencial teórico apresentado no estudo (Costa, 2020).

Assim, no Quadro 2 apresenta-se as categorias que foram submetidas à análise semântica (categorização temática), de acordo com o suporte teórico do presente estudo.

Quadro 2 – Sistematização das unidades de registro e objetivos por categoria

TEMA: RELEVÂNCIA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL JOSÉ SARNEY PARA A CIDADE DE SÃO LUÍS

CATEGORIA DE ANÁLISE	UNIDADES DE REGISTRO	OBJETIVO
Biblioteca	Livros, leitura, projetos, conhecimento, pesquisa, educação, circulação, referência, acervo, biblioteca, empréstimo, evento, cultura, comunidade, bairro, parceria.	Percepção da função, missão e importância da Biblioteca Municipal José Sarney na cidade de São Luís.
Decolonialidade	Pertencimento, identidade, representatividade, preconceito, racismo, respeito,	Reflexão acerca da importância da discussão decolonial dentro de bibliotecas, principalmente

	inclusão, discriminação, heranças, diversidade cultural, alegria.	dentro da Biblioteca Municipal José Sarney, reconhecendo a diversidade cultural dos usuários que a frequentam e a relevância da abordagem da temática étnico racial na área biblioteconômica.
Cultural	Ações culturais, saraus, contação de história, recitais, oficinas, rodas de conversa, exposição, datas comemorativas, palestras, feiras, literatura, danças, músicas, poesia, roupas/ vestimentas, artesanato, religião, culinária/comida, artesanato, arte, religião, esporte, cultura negra.	Análise das ações culturais que a Biblioteca Municipal José Sarney desenvolve na cidade de São Luís, bem como o impacto na construção cultural dos seus usuários, a partir da inserção dos elementos do patrimônio cultural afro-brasileiro, sua construção histórica e sua relação com a construção identitária dos brasileiros.

Fonte: Autoria própria (2025)

Em conformidade com a Análise de Conteúdo de Bardin (2016), a sistematização das categorias de análise do estudo norteou a etapa de exploração dos instrumentos de coleta de dados (entrevistas e questionários), e determinou as unidades de registro, que foram tratadas utilizando o software *Nvivo* – software de investigação usado nas Ciências Humanas e Sociais e voltado para a análise de dados não-numéricos e não-estruturados em um ambiente colaborativo e distribuído com base na Internet.

Nota-se que todas as atividades investigadas na BMJS foram importantes para o andamento da pesquisa, e serviram para analisar suas contribuições para o fortalecimento da identidade negra e do patrimônio cultural afro-brasileiro na cidade de São Luís.

3 PATRIMÔNIO CULTURAL E OS CAMINHOS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Para compreender a noção de patrimônio, esta seção apresenta os conceitos e a trajetória do mesmo e traça o vínculo, especificamente, entre o patrimônio cultural afro-brasileiro e a sua relação com identidade negra. Tem como base teórica algumas autorias sobre patrimônio, como: Choay (2011), Gonçalves (2009), Funari e Pelegrini (2009), Chuva (2012), Lima (2012); e sobre identidade: Candau (2016), Hall (2014; 2024), Silva (2014) etc.

O termo patrimônio originou-se do vocábulo greco-latino *pater*, no sentido de pai ou paterno, representando os bens de herança transmitidos de geração em geração, de pai para filhos. “Ao longo dos tempos o significado do termo patrimônio estendeu-se aos bens de determinados grupos sociais, que eram passados para as gerações futuras, como forma de transmitir seus conhecimentos e seu poder de dominação” (Murguia; Assuda, 2007, p. 3).

Para Smith (2021, p. 3), patrimônio, além de um objeto material, um lugar, um sítio histórico, é também uma ação política preenchida de subjetividades, tornando-o sempre intangível. O patrimônio, de fato, é repensado como um ato que determina “[...] os sentidos e valores históricos e culturais que ocorrem no âmbito das decisões que tomamos para preservar ou não preservar determinados lugares ou objetos físicos e elementos intangíveis[...]”.

Sabendo de sua importância para a vida social, Gonçalves (2009) aborda o patrimônio, responsabilizando a formação destes por meio da categoria do “colecionamento”, atribuindo que os grupos humanos em suas atividades de dominação para com o outro, colecionam materiais e objetos (móveis e imóveis), com o intuito de demarcar domínio subjetivo. Dentro desta subjetividade, o autor pontua o patrimônio como categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental da coletividade humana.

No sentido estrito da palavra, patrimônio significa herança, aquilo deixado como legado, um bem físico, material; ou um bem de construção laboral, uma atividade, expressão, um bem imaterial, intangível. No entanto, formulada a partir de uma concepção ocidental moderna, a concepção de patrimônio para Abreu (2007) está diretamente ligada a uma noção de herança particular que pode não fazer sentido em outros contextos, ou seja, “o que para uns é patrimônio, para outros não é” (Funari; Pelegrini, 2009, p. 10).

Na perspectiva de Lópis (2017, p. 4), patrimônio histórico é o “[...] símbolo de uma vivência que é temporária, mas que se torna eterna através de seus bens/monumentos [...]”,

trazendo como elemento uma base identitária forte, capaz de construir um conjunto de imaginários norteador singular e coletivo.

Segundo Fiorin (2009), essa concepção de patrimônio enquanto símbolo de uma vivência foi fortalecida com a consolidação dos Estados Modernos no século XIX, visto o interesse em assegurar a ideia de “unidade nacional”, valorizando, acima de tudo, os conjuntos simbólicos que representavam uma nação e os seus sentidos de pertencimento e representatividade.

Juntamente a isto, a Revolução Francesa rompeu com a antiga forma de se relacionar com o passado, já que foi provocada a necessidade de construção de memórias que fossem mais coesas, fortes, significativas para a sociedade (Rodrigues, 2015). Houve uma busca por criação de novos símbolos nacionais, “[...] inventaram-se novas bandeiras, novo calendário, novos hinos, nova arquitetura, isto é, novos símbolos identitários nacionais” (Corrêa, 2003, p. 50).

Para tanto, Funari e Pelegrini (2009) ressaltam que a construção da ideia específica de patrimônio cultural foi a culminância da formação dos Estados Nacionais, uma vez que a busca por uma identidade nacional era de grande importância. A formalização de materialização do passado através de monumentos e rituais estendeu a necessidade de compreensão da relevância do patrimônio cultural.

No fim do século XIX e início do XX as transformações sociais foram determinadas por meio da iconografia, a evidência dos objetos e as suas representações. De acordo com Choay (2011), essa época foi marcada pelo surgimento dos monumentos históricos, chancelados por políticas oficiais de proteção e preservação; monumento histórico entendido dentro desta perspectiva como “[...] elaborações de determinado saber sobre a realidade, escolhas efetuadas entre um vasto conjunto de monumentos de acordo com valores históricos, artísticos, políticos, dentre outros” (Lanari, 2014, p. 1).

Como ainda afirma Lanari (2014), a prática preservacionista chegou a países da Ásia e das Américas, com políticas de preservação de patrimônio implementadas na década de 1930. No Brasil, essa proteção e preservação foram apoiadas pelo projeto de lei direcionado à salvaguarda do patrimônio (monumentalista).

Foram elaborados complexos aparatos teóricos e jurídicos para a proteção dos monumentos e a aferição de seus valores. Algumas diferenças eram marcantes e caracterizavam escolas de pensamento que influenciam até hoje os pontos de vista nacionais sobre as políticas de preservação. Enquanto na França houve ênfase maior na construção de categorias jurídicas por parte do Estado, dentre as quais a do “tombamento” foi a mais importante, nos países de língua inglesa a preservação ficou

a cargo de associações particulares de estudiosos e colecionadores (Lanari, 2014, p. 2).

Este nacionalismo projetado em patrimônios, no caso em monumentos históricos, é evidenciado por Nora (1993) como um empreendimento nostálgico de um lugar de piedade, marcado pela incapacidade de criação espontânea de memória, sendo necessário organizar, pronunciar, notariar algo, porque essas operações não são naturais. “Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade” (Nora, 1993, p. 13).

Sem dúvidas, os conceitos e perspectivas de patrimônio atravessaram diferentes períodos históricos, cada um marcado por contextos distintos. Lopis (2017, p. 5) esclarece que, após a Segunda Guerra, “veio a preocupação em salvaguardar bens culturais e identitários, pois estes eram sinônimo de vínculo social, de uma herança deixada por seu povo, contribuindo para a construção de uma identidade nacional”.

Ainda segundo Choay (2011), após a Segunda Guerra Mundial, houve mudanças significativas na concepção de patrimônio, não só no contexto de internacionalização da cultura europeia, das culturas globalizantes e do avanço tecnológico, mas também devido ao surgimento da noção de “patrimônio cultural da humanidade”, o que, para Lanari (2014), marcou profundamente a relação da sociedade com seus monumentos, históricos ou não.

Dentro deste contexto, outra relação notória que começou também a se modificar, devido às mudanças sociais ocorridas entre a crise econômica de 1930 e a Segunda Guerra Mundial, foi a configuração de biblioteca pública. “A imagem da biblioteca pública incorpora o conceito de atuar como instrumento para a paz e a democracia, e identifica-se com a classe média e a população estudantil, cada vez mais numerosa” (Lessa, 2021, p. 22). Ou seja, assim tal qual o patrimônio cultural, a biblioteca identifica a necessidade premente de reconhecer as diferenças culturais e sociais para se consolidar.

Em 1964, o conceito de patrimônio reconfigura-se, diante da Carta de Veneza, resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos e do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) realizado em Veneza. Esta carta patrimonial é uma das mais relevantes e influentes, por expandir o conceito de patrimônio cultural para além do edifício estático, o monumento em si. Compreende então não só às grandes criações, mas quaisquer outras obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (Kohler, 2019).

Assim como o conceito de patrimônio, a biblioteca pública entre 1960 e 1970 traça caminhos menos elitistas, onde os movimentos culturais começam a questionar sobre a função da biblioteca pública; uma função que fosse de fato social e voltada para as classes mais desfavorecidas da sociedade (Lessa, 2021). A ideia de uma biblioteca enquanto local de integração, público, democrático, capaz de proporcionar acesso ao conhecimento e lazer, foi fundamental para a construção do conceito de bibliotecas públicas adotado atualmente.

Mais adiante, o crescimento do processo de mercantilização do patrimônio, para Choay (2011), foi fortalecido pela ação da UNESCO, em 1972, ao cunhar a classificação “patrimônio mundial”, levando 185 países do mundo inteiro a estabelecer e reformar 878 sítios do patrimônio mundial, a fim de fomentar a indústria do turismo. Segundo a autora, o consumo mercantil do patrimônio é prejudicial aos visitantes, ludibriados pelo deleite meramente estético e intelectualizado; a mercantilização causa a destruição dos sítios classificados, e a “[...] eliminação de atividades criativas ligadas à cultura local e à sua identidade, em particular no caso dos países do Sul” (Choay, 2011, p. 37).

Dentro deste contexto, de mercantilização do patrimônio, Tamaso (2005) retoma que as Cartas Patrimoniais, redigidas em detrimento das reuniões da UNESCO, mencionam com frequência as políticas de desenvolvimento do turismo associadas ao patrimônio cultural. Como exemplo, cita a “Carta de Quito” e suas recomendações em 1967, documento voltado para a valorização do patrimônio cultural, incorporando a estes um potencial de grande valor econômico.

Abertamente, com estas cartas patrimoniais, a UNESCO buscava priorizar os projetos de restauração e habilitação, com o intuito de atender à demanda turística, categorizando os monumentos como equipamentos da indústria (global) do turismo. Tanto que Chuva (2012), exemplifica que a patrimonialização de práticas culturais remete a uma série de políticas públicas interrelacionadas, expondo que:

Dentre os setores relacionados, podemos destacar: o turismo, que está envolvido em todos os demais setores a seguir apresentados, como o meio ambiente e os projetos de grande impacto ambiental e cultural, abrangendo pesquisas arqueológicas, a necessidade de manutenção do cadastro de sítios arqueológicos e as medidas de salvamento e mitigação dos danos diante dos grandes empreendimentos; as relações exteriores, atuando em diversas frentes, como as normas internacionais voltadas para o patrimônio cultural (consolidadas em inúmeras “cartas patrimoniais” que visam regulamentar e estabelecer padrões relacionados à propriedade intelectual)[...] (Chuva, 2012, p. 74).

Sobre a mercantilização do patrimônio cultural, Canclini (1994) aponta as vantagens e desvantagens desse processo. Ao mesmo tempo que os artefatos culturais são negociados com valor de troca, perdendo o seu valor simbólico identitário, esta mercantilização também fomenta a permanência das atividades das comunidades, reativando as suas tradições produtivas e culturais.

Chuva (2012) corrobora com esta colocação de Canclini, ao explicitar que ao patrimonializar um bem, apesar da submissão deste a uma nova ordem jurídico-legal, este também abre possibilidades de acesso a editais públicos que auxiliam no seu desenvolvimento, por meio de projetos, com recursos, divulgação etc. No Brasil, Gonçalves (2007) admite que as políticas de tombamento e preservação dos patrimônios culturais tinham como um grande fantasma o “mercado”, no entanto, diante da nova configuração social “[...] o mercado vem progressivamente sendo representado não exatamente como um inimigo, mas como um aliado do patrimônio” (Gonçalves, 2007. p. 240).

O paradoxo da sociedade globalizada incide sobre o patrimônio cultural exatamente dentro desta ambiguidade. Como explicita Choay (2011, p. 38) a globalização proporciona que a sociedade continue “[...] a produzir meios humanos diferentes, sob pena de perder, desta vez, não nossa identidade cultural, mas sim uma identidade humana cuja diversidade de culturas é a indissociável condição para tal”.

O esvaziamento do valor simbólico do patrimônio foi marcado, principalmente, pela urbanização, pela mercantilização, pelo desenvolvimento das indústrias culturais e pelo turismo. No entanto, Canclini (1994) afirma que é necessário não vê-los como ameaça, mas como elementos que fazem repensar o que se deve entender por patrimônio histórico e por identidade nacional.

Percebe-se que, dentro desta discussão, o patrimônio cultural não se distancia da lógica capitalista, sendo um possível reprodutor de diferenças entre os grupos sociais; aqueles que usufruem da produção de bens culturais, que valoram o “culto” e o “popular”, são também aqueles que detêm os meios de produção e tempo de ócio para apreciação cultural. “O patrimônio cultural serve, assim, como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens” (Canclini, 1994, p. 97).

Como muito bem pontuado por Smith (2021) sobre o discurso autorizado do patrimônio, há muitos discursos sobre o patrimônio que determinam a forma como a sociedade deve lidar com o passado sobre o presente, no entanto, há de se ter o extremo cuidado com este

discurso dominante. No Brasil, por exemplo, é relevante atentar para o que é listado como patrimônio nacional e o que foi, de fato, excluído. Ou seja, quais as narrativas históricas são legitimadas; “o que é privilegiado e o que é tratado de forma meramente simbólica ou simplesmente deixado de fora e esquecido pela história nacional” (Smith, 2021, p. 8).

Ainda se tratando do Brasil, Lopis (2017) conclui que a política patrimonial no Brasil é construída até os dias atuais de forma lenta e gradual. A necessidade de estabelecer uma relevância ao patrimônio foi preconizada por grupos de intelectuais que viram a necessidade de mudanças políticas e culturais, referentes à preservação dele.

Napoleone e Beffa (2022) trazem o patrimônio bibliográfico como exemplo dessa evolução lenta. A dificuldade em conceituar o patrimônio bibliográfico e o atrelamento do patrimônio, exclusivamente, como algo raro, prejudicam a concepção e o seu reconhecimento jurídico. O ideal é que o patrimônio bibliográfico não fique restrito apenas “[...] àquele de valor cultural em nível nacional, que reduziria sensivelmente o número de títulos e coleções como patrimônio, além de desconsiderar um potencial número de documentos que traduzem a memória local e regional” (Napoleone; Beffa, 2022, p. 632).

Reconhecendo a importância da historicidade do patrimônio no Brasil, apresenta-se agora, alguns pontos históricos fundamentais que integram a trajetória deste tema, traçando uma breve linha histórica com fatos relevantes, a partir da leitura de obras dos autores que versam sobre patrimônio, como: Arruda (2014), Chuva (2012), Corrêa (2003), Costa (2020), Lopis (2017):

- a) Período Imperial (1822-1889): por iniciativa de Dom Pedro II foi criado o Instituto Histórico e Geográfico (IHGB), que tinha a responsabilidade de coletar documentos históricos, além de projetar uma história para a nação com memória desvinculada da Europa, forjando uma nacionalidade brasileira exacerbada focada na exaltação indígena, na exuberância da natureza e na ancestralidade histórica da nação, no entanto construída pela classe dominante. Este 1º Momento da Preservação Patrimonial, predominou a perspectiva estética sobre qualquer outra, na concepção de preservação cultural da “pedra e cal” focada em manutenção de elementos puramente arquitetônicos;
- b) República (1889-1930): permanece o ideal construído falsamente de nação positiva. Com a identidade da nação não consolidada, somaram esforços na produção de obras literárias patrióticas;

- c) 1922: criação do Museu Histórico Nacional que tinha por finalidade catalogar e expor objetos de relevância histórica, com cunho protecionista;
- d) 1931: foi criado o Ministério da Educação e Saúde (MES), órgão responsável pela promoção da política cultural, organizando a cultura nacional por meio de: patrimônio, museus, literaturas etc.;
- e) 1934: Constituição Federal de 1934 instituiu, em termos constitucionais, pela primeira vez no Brasil, o tombamento (a limitação ao direito de propriedade, proibindo a destruição do bem de valor coletivo e social);
- f) 1936: encomendado por Gustavo Capanema, Mário de Andrade compôs um anteprojeto de criação do serviço federal de patrimônio. Este documento tornou-se, a partir daí o texto mais detalhado e preciso sobre o tema no país. Devido a conveniências políticas, as proposições não foram levadas adiante;
- g) 1937: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado. Focava na preservação de monumentos arquitetônicos históricos e religiosos. Atualmente denominado IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional);
- h) 1958: criação do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, com o objetivo de pesquisar, documentar e divulgar a cultura popular brasileira. Atualmente, integrado ao IPHAN, é responsável pelos procedimentos de registros de bens culturais do patrimônio imaterial;
- i) 1970: o Decreto Nº 66.976 de 27 de julho de 1970 estabeleceu uma reestruturação administrativa no MEC, com a criação de departamentos voltados para a preservação estratégica do patrimônio, como o Departamento de Assuntos Culturais (DAC);
- j) 1975: o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) retomou a perspectiva de preservação e conservação dos bens culturais, materiais e imateriais, tangíveis e intangíveis;
- k) 1985: com o objetivo de fortalecer o crescimento econômico vinculado ao turismo cultural, o então presidente José Sarney criou o Ministério da Cultura;
- l) 1988: a Constituição de 1988, no artigo 216, afirma como existente o patrimônio material e imaterial, especificando as suas singularidades. Alinha a importância da preservação e valorização das políticas voltadas para o patrimônio cultural;

m)2000: o Decreto Nº 3.551, 4 de agosto de 2000, foi responsável por consolidar a legislação brasileira, a categoria de bem imaterial, ao instituir o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial;

n) 2003: em 17 de outubro, em Paris foi realizado pela UNESCO (retardatário ao Brasil), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Calabre (2007, p. 9) destaca que, no Brasil, por muito tempo, a ação do Estado ficou limitada à preservação dos elementos que compõem o “[...] conjunto dos símbolos formadores da nacionalidade, tais como o patrimônio edificado e as obras artísticas ligadas à cultura erudita (composições, escritos, pinturas, esculturas, etc.)”. Diante destas considerações, a temática do patrimônio cultural, segundo Chuva (2012), relaciona-se com a questão das identidades, atravessada por novos recortes, mas sem desvincular-se totalmente da referência ao pertencimento nacional.

Para tanto, é necessário pensar uma política cultural atualizada capaz de incluir e considerar a importância do reconhecimento das diversas manifestações, cosmovisões e interesses que compõem a contemporaneidade. “No caso brasileiro, temos a premência de reverter o processo de exclusão, da maior parcela do público, das oportunidades de consumo e de criação cultural” (Calabre, 2007, p. 9).

Muito além do que apenas o resgate autêntico do que é concebido como “puro”, Canclini (1994) elucida que uma política cultural referente ao patrimônio precisa acessar mais do que objetos originais; é preciso resgatar objetos que representam certos modos de conceber e viver o mundo e a vida própria de certos grupos sociais.

Como afirma Tamaso (2005), é fator fundamental pensar em políticas públicas a partir da participação da sociedade, já que a elite cultural é quem transita pelos corredores do IPHAN e das agências governamentais estaduais e federais. Assim, não se pode desconsiderar que:

[...] o diferencial de atribuição de valor, e a consequente apropriação diferenciada pelos diversos grupos, se dá em meio a conflitos sobre a construção das identidades, dos símbolos e do acesso a determinados bens culturais. Não podemos esquecer que a luta pelo poder de nomear o patrimônio é antes de tudo uma luta pelo poder de pôr em destaque uma “memória”, uma história (Tamaso, 2005, p. 23).

Felizmente, segundo Calabre (2007) e Abreu (2007), é notório, mesmo que a passos lentos, a participação de produtores, agentes e gestores culturais, artistas e o público em geral, nos processos de decisões no campo das políticas públicas culturais. “A base de um novo

modelo de gestão está no reconhecimento da diversidade cultural dos distintos agentes sociais e na criação de canais de participação democrática” (Calabre, 2007, p. 13).

A superação de obstáculos que redefinem as práticas patrimoniais atuais e plurais, está no reconhecimento da participação popular e na qualificação de profissionais diversos que reconhecem a interdisciplinaridade do patrimônio cultural.

Contudo a sociedade civil organizada exige dos diferentes profissionais, pesquisadores e cientistas, ligados aos órgãos do patrimônio, instrumentos teóricos mais eficazes. A realidade brasileira não pode mais ser enquadrada de modo abrangente usando-se as categorias da história da arte ou da arquitetura. Isso convém às elites cultivadas nas Escolas de Belas Artes e nas Faculdades de Arquitetura dos grandes centros culturais do país (Corrêa, 2003, p. 82).

Desta forma, o reconhecimento do patrimônio cultural enquanto formador de identidades, memórias e representações, é fundamental para o desatrelamento da concepção limitada que se restringe apenas à formação de uma memória nacionalista e monumentalista. Os avanços na nomenclatura, legislação e políticas culturais, demonstram a urgência na legitimação da pluralidade dos indivíduos que compõem a história, a identidade e a memória da sociedade.

Em se tratando de bibliotecas, e até mesmo dos livros em si, nota-se que estes têm reconhecimento ao se abordar a preservação da memória e da disseminação da cultura, no entanto, não estão explicitamente configurados como elementos de patrimônio cultural no ordenamento jurídico nacional e em convenções internacionais. Talvez este seja um indicador da dificuldade em se gerir acervos bibliográficos que competem à preservação da memória institucional e histórico-cultural no Brasil (Napoleone; Beffa, 2022).

Cabe destaque, diante desta revisão sobre patrimônio cultural no mundo e no Brasil, que ao discutir conceitos, historicidade e políticas culturais, vê-se elementos integradores desta trajetória patrimonial que se tornam fundamentais para a compreensão da formação do patrimônio. Dentre eles, convém abordar a identidade, como construtora de vivências e memórias culturais e sociais, ligadas intrinsecamente ao patrimônio, sendo um formador mútuo do outro.

3.1 A relação entre patrimônio e identidade

Discutir patrimônio incide diretamente em dialogar com a identidade, não obstante, Rotman e Castells (2007) elucidam a vinculação do patrimônio com a identidade, marcando a

capacidade do patrimônio para representá-la e a sua utilidade na construção e na reprodução da mesma. Porém, na atualidade, é premente observar que o patrimônio não está restrito somente à noção global ou nacional de relacionar-se com os indivíduos, mas em igual ou maior medida, com processos identitários ao nível local, implicando distintos coletivos sociais.

Candau (2016) constata junto à ideia de Dominique Poulot, que a história do patrimônio é a própria história da “construção do sentido de identidade”, que perpassa pelas construções da memória, se transformando em um relicário de identidade que se busca no passado. “A reivindicação patrimonial se pensa a si própria como um elemento do patrimônio: ela é considerada como um ‘investimento identitário’ a ser transmitido” (Candau, 2016, p. 159).

Oliveira (2006) enfatiza a relevância da dimensão cultural dentro de uma sociedade, reconhecendo que indivíduos e grupos estão inseridos em uma realidade sociocultural repleta de significados, que fazem a cultura e a identidade uma realidade intercultural que merece ser investigada. Para isso, cita o antropólogo Clifford Geertz e como este concebe a cultura, concepção esta adotada para o presente estudo.

O antropólogo Geertz, na obra *“A interpretação das culturas”*, em 1973, apresenta o conceito de cultura a partir da semiótica, abordando-a como uma “teia de significados” tecida pelo próprio homem. Concebe a cultura como um sistema simbólico constituído de significados que conferem inteligibilidade às manifestações e expressões humanas; por meio desses significados é que os indivíduos produzem, percebem e interpretam as manifestações em geral. “A cultura é pública porque o significado o é” (Geertz, 1989, p. 22).

Diferentemente da antropologia estruturalista e generalista dos anos 60, de Lévi Strauss, a antropologia interpretativa de Geertz indica que a cultura deve ser estudada, explicada e interpretada dentro do seu contexto específico. Os símbolos são uma expressão cognitiva do pensamento humano e, por isso, passíveis de muitas interpretações, a depender do contexto, da situação.

O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tendem a demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (Geertz, 1989, p. 15).

Apesar de abordar o tema da cultura de forma diferenciada de Geertz, para Hall (2024) o modo como o indivíduo pensa, faz as coisas, se comunica, sente e representa, é o que dá significado, portanto, é a cultura. Ou seja, ambos compreendem que a cultura é um sistema de

símbolos, significados e práticas sociais. “Em parte damos significados aos objetos, pessoas e eventos através da estrutura de interpretação que trazemos. Em parte, damos significado através da forma como as utilizamos, ou as integramos em nossas práticas cotidianas” (Moraes, 2019, p. 169).

Para Hall (1997) é no campo da cultura onde acontece a luta pela significação, assim, o local onde o significado é negociado e fixado, é dentro do próprio âmbito cultural, fazendo as lutas pelo poder serem extremamente simbólicas. Portanto, na visão de Hall, de acordo com Moraes (2019) a cultura é um dos elementos mais dinâmicos e mais imprevisíveis da mudança histórica na atualidade, tornando-se responsável à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, assim como, sendo constitutiva em toda análise social.

A forma como é construído o significado instiga em Hall a análise sobre o conceito de representação, sendo estas, elementos fundantes sobre as discussões de identidades, já que estas moldam a forma como podemos representar, em detrimento das próprias narrativas do eu.

Woodward (2014) complementa que é por meio dos significados produzidos pela representação que o sujeito experiencia as coisas e aquilo que se torna. “A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? [...]” (Woodward, 2014, p. 18).

Cabe frisar dentro desta definição que a cultura marca a identidade (e vice-versa), pois assim como a identidade, ao se analisar a cultura como fenômeno social, especialmente em sua manifestação étnica, esta é dotada de representações, portadora de significados diversos, capaz de apresentar variadas modalidades de simbolização (Oliveira, 2006).

É interessante destacar que a identidade, para Hall (2014), não é compreendida como uma “identidade cultural” fixa, de um eu coletivo garantido de um pertencimento cultural; mas uma concepção de identidade, pautada na modernidade tardia, cada vez mais fragmentada e fraturada. Assim como para Silva (2014), fixar uma determinada identidade como o padrão, norma a ser mantida, é uma das formas mais privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças.

Na era da pós-modernidade, a identidade se tornou mais fluida e mais flexível, desafiando as noções tradicionais e as velhas identidades de autenticidade e estabilidade. “As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (Hall, 2014, p. 108).

Três palavras-chave permeiam esta consciência contemporânea, de acordo com Candau (2016, p. 16), são elas: identidade, memória e patrimônio. Patrimônio, inclusive, pode ser admitido como uma dimensão da memória, e a memória pode ser compreendida como o fortalecimento da identidade, “[...] tanto no nível individual, quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade”.

Mesmo não sendo o objetivo primário deste trabalho, falar de identidade implica falar também de memória, já que a memória é a identidade em ação. Candau (2016) resume a dialética da memória e da identidade que se associam, se retroalimentam, se fortalecem uma na outra para produzir uma história, um mito, uma narrativa.

O compartilhamento das vivências, das lembranças íntimas e do outro, são lembranças coletivas, que segundo Halbwachs (2004) possuem uma função essencial na formação da identidade social. A coletividade experienciando uma vivência, construindo e interpretando eventos do passado, forma a memória coletiva, ou seja, a memória não se limita a uma experiência individual, mas é moldada e influenciada pelo contexto social e cultural no qual as pessoas estão inseridas e interagem entre elas. Halbwachs (2004, p. 26) ressalta que as lembranças são construídas em conjunto, lembradas pelos outros, através de interações e narrativas compartilhadas, e isto ocorre “[...] porque, em realidade, nunca estamos sós”.

A memória e a identidade coletiva de grupos sociais são formadas a partir de valores, linguagens e experiências que criam um sentimento de pertencimento. A identidade moldada por fatores como língua, história e vivências, é influenciada pelas interações sociais e pela percepção de si em relação ao outro, com indicadores de diferenças que causam a exclusão ou inclusão.

A serviço da memória e da coletividade humana, Baratin e Jacob (2006, p. 9) estabelecem a biblioteca como lugar de diálogo com o passado, de preservação e conservação, ao mesmo tempo em que cria e inova. A biblioteca deve ser vista como um “lugar de memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento”.

Ainda no campo do patrimônio, Oliveira (2006) pontua o respeito à diferença, principalmente identitária, como um fator importante para a relação social. A variação no espectro do relacionamento entre *Nós* e os *Outros*, pautado na rejeição das diferenças, pode assumir uma postura racista, de supremacia e de privilégios. Enquanto o que se deve realmente evocar, são identidades construídas por meio das diferenças e não fora dela.

Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior constitutivo*, que o significado “positivo” de qualquer termo - e, assim, sua “identidade” - pode ser construído (Hall, 2014, p. 110).

Nesta nuance, Woodward (2014) esclarece que as identidades são de fato construídas a partir da marcação de diferenças. Essa marcação se dá tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por formas de exclusão social. Assim, conclui-se que a identidade não é simplesmente o oposto da diferença; na verdade, ela depende dela. Nas relações sociais, essas diferenças, tanto simbólicas quanto sociais, são estabelecidas, em parte, por sistemas classificatórios que nos dividem em duas categorias, em grupos opostos: 'nós/eles' e 'eu/outro'.

A identidade e a diferença estão, portanto, em uma relação de estreita dependência, são inseparáveis; no entanto, essa relação é ofuscada pela forma afirmativa como expressamos nossa identidade. Para Silva (2014, p. 75) “As afirmações a diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade”.

Assim, o modo como uma sociedade constrói os seus sistemas simbólicos e representativos, a forma como entra em consenso para determinar um sistema classificatório no objetivo de manter uma ordem social, afirmando o que se é, é o que se entende por cultura. Ou como afirma Geertz (1989), é preciso entender a cadeia de significados, de símbolos que os indivíduos estão criando, para compreender a cultura; não se trata mais de uma estrutura ou instituição maior que os indivíduos, são eles próprios atribuindo significados para as suas ações.

Cada biblioteca representa uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória. Desde a sua arquitetura, delimitação do público, escolha de coleções e materialidade dos textos, toda biblioteca assume, indissociavelmente, uma relação com a cultura, memória e pensamento. A biblioteca é um lugar, um espaço dialético em que se negociam os limites e as funções da tradição (Baratin; Jacob, 2006).

Retomando as discussões centrais concentradas na tensão entre o essencialismo e o não essencialismo, Woodward (2014) aborda aspectos da identidade, pondo como exemplo o fato de os movimentos étnicos, religiosos ou nacionalistas geralmente se apropriarem de uma narrativa histórica sobre a sua cultura como um fundamento da sua identidade. “É possível afirmar a identidade étnica ou nacional sem reivindicar uma história que possa ser recuperada para servir de base para uma identidade fixa? [...]” (Woodward, 2014, p.15).

Em resposta a esse questionamento, talvez Oliveira (2006) o tenha respondido, quando situa que, em algumas sociedades, a dimensão da identidade étnica, diretamente em relação

com a dimensão da cultura, tende a gerar crises individuais ou coletivas. Em decorrência desta proximidade, há o surgimento de “[...] determinados problemas sociais suscetíveis de enfrentamento por políticas públicas, como por exemplo, as chamadas políticas de reconhecimento” (Oliveira, 2006, p. 35).

Segundo Chuva (2012), foram inseridas no universo do patrimônio as identidades locais e as singularidades simbólicas, que conversam e se relacionam com o nacional, vivendo numa ambiguidade de ultrapassar este recorte, ao mesmo tempo que estão contidas nele. Woodward (2014) afirma que esta nova estrutura política e econômica moldada pelas transformações globais existentes na sociedade contemporânea, coloca em evidência as questões de identidade e as lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas.

As identidades que são construídas pela cultura são contestadas sob formas particulares no mundo contemporâneo - num mundo que se pode chamar de pós-colonial. Este é um período histórico caracterizado, entretanto, pelo colapso das velhas certezas e pela produção de novas formas de posicionamento. O que é importante para nossos propósitos aqui é reconhecer que a luta e a contestação estão concentradas na construção cultural de identidades, tratando-se de um fenômeno que está ocorrendo em uma variedade de diferentes contextos (Woodward, 2014, p. 25).

A luta pelo poder de nomear um patrimônio, de atribuir valor e de determinada apropriação de grupos, é antes de tudo, segundo Tamaso (2005), uma luta pelo poder de colocar em evidência uma “memória”, uma “história”. Ou, como afirma Woodward (2014, p. 26), as histórias contestadas na luta política pelo reconhecimento das identidades, são uma forma de autenticação, “muito frequentemente, essa autenticação é feita por meio da reivindicação da história do grupo cultural em questão”.

O poder das bibliotecas dentro desta discussão não se limita somente ao mundo das palavras e dos conceitos, mas justamente nessa transmissão da cultura e dos saberes, tornando a história das bibliotecas, como também a história do que uma sociedade, as instâncias de poder, decidem transmitir. As relações mais amplas de poder perpassam o domínio da memória escrita e da acumulação de materiais dotados de significações políticas.

O poder de definir a identidade e de marcar a diferença, de acordo com Silva (2014), nunca é apartado das relações mais amplas de poder. Não podem ser colocadas como ingênuas, pois a identidade e a diferença são marcações dos grupos sociais, assim como de seus desejos e acessos privilegiados (ou não) aos bens simbólicos sociais.

A dinamicidade da vida contemporânea induz à construção de diferentes “identidades”, a depender do contexto social no qual o indivíduo está inserido. Oliveira (2006) toma como exemplo o processo identitário dos imigrantes, uma vez que a ambiguidade do deslocamento, gera crises de identidade.

As crises globais da identidade têm a ver com aquilo que Ernesto Laclau chamou de *deslocamento*. As sociedades modernas, ele argumenta, não têm qualquer núcleo ou centro determinado que produza identidades fixas, mas, em vez disso, uma pluralidade de centros. Houve um deslocamento dos centros (Woodward, 2014, p. 29).

A fragmentação das identidades abordado por Hall (2003), na obra “Da diáspora”, traz esse deslocamento na perspectiva da *diáspora* como uma concepção binária pautada, novamente, na diferença; onde permanece de um lado a ideia da construção de um “Outro”, ao mesmo tempo que apresenta uma posição rígida entre o dentro e o fora. “A distinção de nossa cultura é manifestamente o resultado do maior entrelaçamento e fusão, na fornalha da sociedade colonial, de diferentes elementos culturais africanos, asiáticos e europeus” (Hall, 2003, p. 31).

A perspectiva diaspórica da cultura abordada por Stuart Hall, segundo Sanchez Filho (2010) pode ser interpretada como uma subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para a nação. A globalização causou um hibridismo cultural que enfraqueceu os laços entre a cultura e o lugar, e a partir disso, estamos sempre em processo de formação cultural, visto que a cultura agora é uma produção, um produto cultural.

“A identidade que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, embora guarde traços delas” (Silva, 2014, p. 87). Este hibridismo abordado nas relações culturais de produção de identidades nacionais, raciais e étnicas, é atravessado pelas relações conflituosas e desequilibradas de poder, geralmente ligados às histórias de ocupação e colonização desses grupos étnicos e/ou raciais.

A globalização então apresenta dois caminhos que impactam a identidade contemporânea: a subjugação de todas as culturas, caminhando para uma homogeneização cultural; ou a aceitação e desapego dos modelos tradicionais, fechados e homogêneos, o consentimento de uma cultura moderna, mista e dinâmica (Sanchez Filho, 2010).

Desta forma, para Hall (2003) e Silva (2014), as culturas sempre se recusaram a ser encaixadas e abandonadas nas fronteiras nacionais; elas transgridem os limites políticos. O “cruzamento de fronteiras” e o desenvolvimento de identidades ambíguas tornam-se uma estratégia política de questionamento das operações de fixação de identidades, que no mundo contemporâneo não é mais possível.

Talvez essa transitoriedade, esse movimento de grupos, por obrigação ou não, traga uma proposta de subversão que desemboca na desestabilização forçada das hegemonias que subjagam outras culturas.

Diásporas, como a dos negros africanos escravizados, por exemplo, ao colocar em contato diferentes culturas e ao favorecer processos de miscigenação, colocam em movimento processos de hibridização, sincretismo e criouliização cultural que, forçadamente, transformam, desestabilizam e deslocam as identidades originais (Silva, 2014, p. 88).

Sem deslegitimar a dor e o trauma do deslocamento demográfico dos negros africanos, é relevante pontuar que o contato entre diferentes identidades, causado pela diáspora forçada dos povos africanos na escravização, no Brasil, por exemplo, constitui ao longo dos anos um patrimônio cultural mediado pela hibridização de culturas distintas e de variadas identidades. O patrimônio cultural afro-brasileiro, formado por manifestações e expressões identitárias, tornou-se fundamental para a compreensão da identidade cultural brasileira, já que o reconhecimento desse patrimônio representa a resistência e a contribuição dos afrodescendentes ao longo da história do país. Para isso, apresenta-se agora, a construção e as peculiaridades deste patrimônio cultural.

3.2 Raízes e resistência: o patrimônio cultural afro-brasileiro

Ao apresentar o patrimônio cultural afro-brasileiro e suas particularidades, é interessante retomar a formação do processo de construção deste patrimônio no país para compreender as nuances que marcaram o processo de escravização e a diáspora de negros africanos que antecederam a constituição do patrimônio cultural afro-brasileiro.

A prosperidade da escravidão só foi possível devido ao discurso da superioridade e inferioridade das raças que passou a ser difundido para justificar tal ação. As tentativas científicas de analisar as raças humanas categorizaram em superior a raça capaz de maior criatividade e inteligência, ou seja, raças “puras” que permitiam encobrimento do outro, validando o genocídio do diferente (Santos Neto, 2004, p. 94).

Este processo de classificação, enquanto ponto central da organização social, é um dos atos de significação pelo qual são divididos os indivíduos em classes. E essas classificações são sempre feitas, segundo Silva (2014), através do ponto de vista da identidade. “Dividir e

classificar significa, neste caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados” (Silva, 2014, p. 82).

Advindo desta categorização, ganha notoriedade a ideologia que marca até hoje as configurações sociais, o racismo e as suas ações na sociedade do capitalismo. “A elaboração teórico-científica produzida pela cultura branco-europeia justificando a escravização e a inferiorização dos povos africanos constitui o exemplo eminente do racismo sem precedentes na história da humanidade” (Nascimento, 2019, p. 300).

Para Blackburn (2003), a escravidão negra nas Américas foi responsável pela discussão de dois marcos contemporâneos, a Revolução Industrial, no plano econômico, e os direitos humanos, no plano político. Desta forma, a construção do capitalismo contemporâneo está diretamente relacionada ao processo de exploração, violência e diáspora que passaram os africanos escravizados. Na modernidade, os sistemas escravistas se reinventaram diante dos antigos modos de escravidão, transformando relações comerciais através do Atlântico, como marcos fundamentais durante os séculos XVI ao XIX.

Portugal, de acordo com Alencastro (2000), antes mesmo de invadir o Brasil, encontrou a África e, junto, desenvolveu a maior forma de rentabilidade violenta já instituída na história do mundo, o tráfico de seres humanos. A escravização não era simplesmente uma hierarquia entre a pessoa escravizada e o seu senhor, mas uma relação social política que movia toda a sociedade da época.

Com o aval do Estado e da Igreja, Mendonça (2019) expõe que as justificativas para tal ato seriam a confirmação biológica de que os negros eram mais resistentes às doenças e mais adaptáveis à rotina exaustiva de trabalho. A escravidão seria, portanto, uma etapa necessária para que a pessoa escravizada se tornasse livre e a sociedade caminhasse para uma civilização consubstanciada.

Campos (2015) e Santos Neto (2004) afirmam que o tráfico de negros africanos deve ser compreendido em seu sentido mais completo, onde, além de configurar um negócio rentável, era, principalmente, uma estratégia de Portugal para manter controle sobre dois eixos, a América e a África. Este poder imperial no Atlântico não se reduz apenas ao comércio de negros, mas este tráfico ultrapassa as operações de compra e venda, configurando um conjunto social baseado na economia, demografia e política da América portuguesa.

A escravização nas Américas trouxe à tona uma relação comercial de disputa entre europeus e colonos americanos. A corrida por lucros cada vez maiores aqueceu um mercado por meio de empreendimentos comerciais, que renunciaram ao governo e seguiram por

iniciativas próprias; um mercado focado em fazendas e em tráfico negreiro. Houve então uma rápida racionalização das práticas de comércio que tinha como cerne o tráfico de africanos (Blackburn, 2003).

No Brasil, segundo Santos Neto (2004) e Alencastro (2000), mais de 4 milhões de pessoas negras foram sequestradas para o Brasil e escravizadas, realizando um total de 12 mil viagens, ao longo de três séculos de escravidão, sem contar com as pessoas que já nasciam na condição de escravizadas¹. Animalizados, os escravizados africanos eram substituídos com certa facilidade, eximindo os seus senhores de preocupar-se em fornecer alimentação ou dignidade de moradia em suas curtas vidas.

Barreto (2002, p. 5) destaca ainda que, além de serem arrancados da África, os negros trazidos para outros continentes eram submetidos à perversão de distanciamento e separação de seus entes e semelhantes; “[...] não se deveria permitir a existência, no mesmo lote, de dois ou mais indivíduos que falassem o mesmo idioma, impossibilitando assim até mesmo a troca das mínimas informações necessárias à sobrevivência.”

Foram arrancados de suas terras na África, em torno de 100 milhões de negros, desestabilizando, assim, sociedades inteiras, já que os próprios africanos eram diferentes entre si; vinham de regiões, línguas, etnias e costumes diferentes, o que interessava os fazendeiros, visto um obstáculo de comunicação e ligação entre eles (Santos Neto, 2004).

Como bem analisado por Gomes (2015), os europeus ignoraram as múltiplas origens existentes no continente africano, transformando todos os escravizados em africanos. Foi admitida uma homogeneidade de línguas, culturas, religiões, sistemas de poder, classes etc. Este processo culminou na construção de uma *colonialidade* - que será ainda discutida neste trabalho, mas em outra seção - que destruía as diferenças e homogeneizava as culturas, ao mesmo tempo que classificava o subjugado como atrasado e primitivo (Mendonça, 2019).

Ao atravessar o Atlântico, todos eram violentados igualmente, forçados a adotar um trabalho intenso de exploração, subjugação e de produção de riquezas. “Trabalharam demais, receberam castigos e maus-tratos sem cessar, e conheceram índices de mortalidade altíssimos” (Gomes, 2015, p. 8).

¹ A expressão *Partus sequitur ventrem* era um princípio jurídico que determinava que a condição da criança nascida, deveria seguir a condição da mãe. “No âmbito do Direito Civil, o princípio '*partus sequitur ventrem*' é utilizado para definir a filiação e a legitimidade dos filhos, aplicando-se para determinar os direitos de herança e a nacionalidade, em conformidade com a condição da mãe no momento do nascimento” (JurisHand, p.1, 2026)

Quando eram deportados para o Brasil escravocrata, os negros chegavam ao Novo Mundo, sob correntes, praticamente de mãos vazias. Apenas a música, a dança e a fé embarcavam com eles nos navios tumbeiros. Seus objetos de arte religiosa e de uso cotidiano, assim como o resto de suas tradições, ficavam para trás. A escravidão, com seus múltiplos aspectos de irracionalismo e crueldade, despojava a condição humana dos escravos. Debilitados pela má alimentação, eles sucumbiam facilmente às doenças que assombram os navios negreiros. Perdiam a liberdade, a língua natal, os costumes e até a identidade, misturados a africanos de outros povos (Santos Neto, 2004, p. 107).

Dentro desta perspectiva, Barreto (2002, p. 6) cita que, apesar de todos os esforços demandados para apagar a memória de toda uma etnia, como aconteceu com os negros africanos, esta se mostrou resistente, “a ponto de sobrepujar seus algozes e plantar no seio de uma cultura eurocêntrica as sementes culturais africanas, marcas indelévels que hoje caracterizam fortemente a cultura brasileira”. Como pontuado por Silva (2014), a identidade e a hierarquização das diferenças convivem neste universo onde a uma identidade são atribuídas todas as características positivas, e às outras são avaliadas de forma negativa.

É importante ressaltar que, mesmo diante de tamanha violência e subjugação, as sociedades escravistas foram marcadas por diversas formas de protesto. Diante da brutalidade dos feitores e senhores escravistas, rebeliões, insurreições e fugas indicaram um movimento de resistência diante da exploração. Os escravizados que conseguiam fugir criavam comunidades, geralmente nas áreas rurais, estabelecendo uma estrutura social própria. No Brasil, essas comunidades ficaram primeiramente conhecidas como mocambos, depois como quilombos (Gomes, 2015).

A palavra *kilombo*, da língua angolana dos Imbangala, significa campo de guerra. Os quilombos muitas vezes eram clarões no meio da floresta que demonstravam a resistência e a luta contra a opressão, desmascarando o mito da passividade dos escravizados. No Maranhão, os quilombos históricos estabelecidos na época da colonização, depois da Abolição de 1888, permanecem até os dias atuais, mantendo as tradições dos seus ancestrais (Santos Neto, 2004).

“Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativeiro e da organização de uma sociedade livre” (Nascimento, 2019, p. 280). O grande número de quilombos demonstrou a capacidade de articulação para estratégias de sobrevivência dos escravizados exilados de sua terra natal.

De acordo com Cunha Júnior (2012), os quilombos na atualidade ganharam um novo conceito. Além de espaços de resistência, os quilombos remetem à história escravista, assim como reformulam o conceito de negro no campo do pertencimento étnico e cultural, ou seja, apresentam diálogos com a ideia de cultura, identidade, territórios, propriedades etc.

O conceito de quilombo foi pensado no campo da identidade cultural, do território e da permanência histórica. O conceito de patrimônio cultural pode ser pensado como de patrimônio material e imaterial, mas ambos ligados à produção da identidade e da territorialidade (Cunha Júnior, 2012, p. 163).

A apropriação e autenticidade do seu lugar identitário demonstram a combatividade que permitiu aos negros encontrarem, dentro do seu processo de colonização e opressão, a sua manutenção da herança cultural. A ancestralidade, a memória coletiva e a identidade desses povos se mantiveram e se fragmentaram de modo a não cair no esquecimento de quem são e de onde vieram.

Em 1831, foi estabelecida a primeira lei antiescravista que proibia o tráfico negreiro no Brasil. No entanto, somente em 1850, sob pressão do império britânico, pela Lei Eusébio de Queiroz, foi de fato implementada tal ação. Porém, “A lei Eusébio de Queiroz, que ratificou a extinção do tráfico negreiro, contribui para aumentar a corrupção e a importação ilegal de cativos para o Brasil” (Santos Neto, 2004, p. 164).

De acordo com a história contada, em 1888 a princesa Isabel assinou a Lei Áurea e em 13 de maio “findou” o regime escravista no Brasil, que já estava em decadência desde o fim do tráfico negreiro. Deixando de ser escravo, o negro foi negligenciado ao trabalho não remunerado, sem condições dignas de sobrevivência e estigmatizado a condições marginalizadas de cidadania.

O racismo e a discriminação racial constituíram a sociedade brasileira, atrelando inclusive, a ilusão de que a identidade nacional do Brasil é de uma nação não racista. Em 1922, a Semana Modernista tenta cunhar o ideal imaginário de que a miscigenação está presente na cultura brasileira, transformando-a em uma nação híbrida capaz de reconhecer as diferenças. Na verdade, este fingimento operou como uma barreira para que o negro e o indígena enxergassem o racismo a eles aplicado (Santos Neto, 2004).

No ano de 1937, o ministro da Educação e Saúde, Eduardo Capanema, junto ao modernista Mário de Andrade, garantiu no projeto de nação brasileira, um lugar para o registro da memória popular. Por meio do Serviço de Patrimônio Histórico Nacional, construíram um projeto onde foram instituídos dois instrumentos de registros: o livro de tombo das Belas Artes (cultura europeia vigente) e o livro de tombo arqueológico e etnográfico (valorização do bem popular) (Barreto, 2002).

[...] o livro de tombo arqueológico e etnográfico, destinado à inscrição do que era produzido fora destes padrões, na prática com certa imprecisão na valorização do bem “popular” sem caracterizar nem distinguir os bens provenientes da cultura indígena brasileira, daqueles de origem cultural africana ou mesmo aqueles da cultura camponesa europeia, refletindo assim a própria generalização e diluição dos valores étnicos-culturais que permeiam a história da Instituição Patrimônio Cultural, na configuração do Estado Brasileiro (Barreto, 2002, p, 6).

Arantes (2010) toma como exemplo deste reconhecimento patrimonial associado a itens indígenas e afro-brasileiros, o primeiro tombamento inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o acervo do Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro. Os objetos religiosos (guias, vestimentas etc.) haviam sido apreendidos pela Polícia Federal, visto que o Candomblé era uma prática religiosa proibida na época.

Lima (2012) confirma a relevância da década de 1930, principalmente por esta ser palco de mudanças significativas no modo de abordar as representações e discursos elaborados sobre o processo de formação do Brasil. O reconhecimento da diversidade cultural e a superação dos determinismos raciais auxiliaram para a dinâmica de reconhecimento da contribuição dos africanos e seus descendentes, não só na construção do país, mas nas dimensões da cultura brasileira.

Cabe destacar também as iniciativas relacionadas ao movimento folclórico que foram fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas sobre as tradições afro-brasileiras. O conceito de cultura popular, entendido por folcloristas, engloba expressões e práticas culturais representativas das classes populares.

Buscando a essência da nacionalidade por meio da identificação das nossas raízes culturais, esse movimento teve papel relevante no estudo das manifestações populares, entre elas as de origem africana. Essas análises, realizadas a partir da sistematização de elementos das culturas afro-brasileira e indígena, contribuíram para a emergência de uma visão mais ampla da cultura nacional (Lima, 2012, p. 34).

Apesar desta inclusão das referências culturais enquanto patrimônio cultural nacional, esta ampliação não foi seriamente debatida até a década de 1980. Nesta década, começaram a surgir movimentos sociais que realmente reivindicavam direitos civis, lutando pela inclusão dessas classes populares, principalmente afro-brasileiras e indígenas, em um processo político formal e institucionalizado de reconhecimento (Arantes, 2010).

Abreu (2010), diante do discurso da patrimonialização das diferenças, reafirma que a preservação do diverso, do diferente, precisa ser um exercício de proteção à diversidade das culturas numa sociedade que por muito tempo enalteceu o homogêneo. Visto por outra perspectiva, categorizar esses povos como “populações tradicionais” ou “conhecimento

tradicional” os reduz a um conjunto de singularidades de uma pequena coletividade social. “A noção de ‘conhecimento tradicional’ parece se opor à ideia de um conhecimento universal” (Abreu, 2010, p. 75).

Não diferente, Lima (2012, p. 51) explicita justamente que “a tendência dos movimentos sociais negros em acessar uma identidade racial como fator de mobilização político-cultural foi determinante no processo de reconhecimento de bens culturais afro-brasileiros nos anos 80”.

Neste intervalo, Barreto (2002) lista alguns pontos relevantes na trajetória pela busca do reconhecimento desses referenciais culturais afro-brasileiros dessa classe popular, que seriam:

- a) Em 1975, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC);
- b) Em 1979, Aloísio Magalhães assume a diretoria do IPHAN;
- c) Em 1980, a Fundação Nacional Pró-memórias, junto a personalidades negras, como Joel Rufino e Carlos Moura, cria o Memorial Zumbi, que mais tarde vem a ser a Fundação Cultural Palmares;
- d) Em 1981, o antropólogo Ordep Serra e o arquiteto Orlando Ribeiro de Oliveira desenvolveram um projeto voltado para a preservação do patrimônio cultural das religiões de matriz africana na Bahia;
- e) No ano de 1984, o Conselho Consultivo do IPHAN aprovou o tombamento do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, o Ilê Axé Iyá Nassô Oká;
- f) Em 1985, o tombamento do Sítio Histórico da Serra da Barriga em Salvador.

Ainda segundo Arantes (2010), estes tombamentos, como o do Terreiro da Casa Branca, ocorreram em meio a muitas polêmicas, como o questionamento político das ideologias conservadoras mediante o reconhecimento cultural de uma casa de candomblé; o entrave quanto à excepcionalidade estética deste tipo de edificação, que não se encaixava nos parâmetros estabelecidos; e, após o tombamento, a perda da autonomia em modificar essas edificações.

Em 1988, a Constituição Federal então trouxe a ampliação do conceito de patrimônio, definindo-o sob uma ótica na qual contempla a sua constituição em bens de natureza imaterial e imaterial, tomados por identidade, memória e ação dos seus sujeitos, as quais as referências culturais fazem sentido (Tamaso, 2005). Desta forma, este novo código jurídico passa a incluir os diversos grupos culturais que integram a identidade nacional, deixando de privilegiar somente as classes elitizadas e suas obras de arte notáveis.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

[...]

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

A partir do discurso fundador da Constituição de 1988, Abreu (2010) traz à superfície da discussão patrimonial “uma nova ordem discursiva” capaz de tornar possível por meio de leis, a “patrimonialização das diferenças” ancoradas na categoria de “conhecimento tradicional”. “A base para o reconhecimento destes grupos como sujeitos de direitos, [...] relaciona-se à perspectiva da etnicidade como referência teórica para caracterizar grupos populacionais na sociedade contemporânea” (Abreu, 2010, p. 71).

Oliveira (2019) e Chuva (2012) contestam que apesar da evolução histórica da presença das referências da cultura afro-brasileira no conjunto patrimonial nacional – samba, capoeira, religião de matriz africana etc. – que fazem parte da história, da memória e da identidade do país, essa separação do patrimônio em material e imaterial pode soar como “conceitualmente enganosa” e “artificial”. Pois, as reflexões sobre a inclusão tardia destes referenciais, representam a fragilidade das relações sociais, marcadas pela violência, preconceito e discriminação sofridos pelos negros africanos escravizados no Brasil.

Como Nascimento (2016) enfatiza em sua obra “O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”, infelizmente não era só a violência física, a “matança”, que mais atingia os negros africanos escravizados, mas a extinção dos valores culturais de um povo, a subjugação das expressões culturais, da religião, da memória, da ancestralidade.

Neste contexto, Oliveira (2019) revela que, em mais de 80 (oitenta) anos de existência, o IPHAN tombou em torno de 3.836 bens em todo o país, destes, somente 13 (treze) dizem respeito à cultura afro-brasileira, o que apresenta uma parcela pequena diante da participação

dos negros africanos escravizados e seus descendentes, os afro-brasileiros, na formação social e cultural no país.

No entanto, cabe celebrar esta inclusão, que, nos meandros, representa uma conquista significativa para a população afro-brasileira. Rotman e Castells (2007, p. 60) concluem que a valorização de classes ditas subalternas por meio de processos jurídicos, reconhecidos pelo Estado e poderes públicos, são elaborados pela associação “[...] a circunstâncias sociais e políticas específicas, muitas vezes ligadas à ação de diferentes agentes que contribuem para o seu reconhecimento”.

Em continuidade, Tamaso (2005) ainda pontua alguns marcos na história do patrimônio que merecem destaque: em 1989, a Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular; em 1997, o Seminário Internacional sobre a proteção do patrimônio imaterial, que resultou na Carta de Fortaleza; e, em 1988, a formação da comissão sobre a proposta de acautelamento do patrimônio imaterial.

No ano de 2000, é instituído o Decreto Nº 3.551, de 4 de agosto, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. Este decreto tem por objetivo reconhecer os bens e os valores que estes têm para a nação, contemplando a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira (IPHAN, 2000). “Os patrimônios imateriais são sentidos atribuídos a suportes tangíveis, às práticas e aos lugares” (Tamaso, 2005, p.17).

Para Geertz (1989) a compreensão da cultura de um povo expõe a sua normalidade, sem reduzir a sua particularidade. Portanto, conhecer e reconhecer as práticas culturais dos grupos, o conceito semiótico de suas ações, é conhecê-la dentro de sua densidade; a cultura torna-se então um contexto, algo interno, descrito pela sua inteligibilidade e imaterialidade.

São considerados bens culturais imateriais as festas, as danças, as músicas, narrativas orais, os modos de fazer artesanais etc. Para a implementação desta política do patrimônio imaterial, foram instituídos quatro livros de registro, que possuem força no instituto legal do tombamento: o Livro dos Saberes, o Livro das Celebrações, o Livro das Formas de Expressão e o Livros dos Lugares (Abreu, 2010).

Arantes (2010) também reflete sobre outro marco importante para o patrimônio afro-brasileiro, o Decreto 4.887/2003 que institui uma definição mais complexa de quilombo. A importância deste reconhecimento se dá não apenas pela materialidade territorial do quilombo, mas pela imaterialidade da construção de identidades e organização social construída nesses espaços, que representam resistência e testemunhos de eventos históricos.

Outra legislação que convém mencionar por ter bastante impacto não apenas no patrimônio cultural em si, mas possivelmente na educação patrimonial, é o Estatuto da Igualdade racial, regido pela Lei 12.288/2010. Ferracini Neto (2022) enumera algumas prioridades da citada lei, alegando que este documento tem como foco, a busca da igualdade da população negra por meio dos direitos fundamentais à saúde, educação, cultura, esporte e lazer.

Diante do processo de construção social marcado pela discriminação, racismo e marginalização do negro na sociedade, o Estatuto da Igualdade Racial representa um meio jurídico de acesso destes sujeitos à uma educação e cultura capaz de representá-los. Como bem articulado por Bourdieu (2011) existem diferentes formas de capital, na qual os indivíduos podem se apropriar, no entanto, o capital cultural configura-se como uma das mais relevantes dentro do campo cultural. Proporcionar experiências, educação e habilidade, introduzem os indivíduos nesse campo vasto e rico de conhecimentos.

Segundo Ferracini Neto (2022) o primeiro passo a ser implementado pelo Estatuto, foi a inserção obrigatória da história geral da África nos ensinos fundamental e básico das escolas públicas, de acordo com a Lei de Bases e Diretrizes da Educação 9394/96. Torna-se fundamental a exposição da contribuição da população negra para a história do Brasil, contribuição esta que passa “[...] pelo entendimento da História da África, da colonização de seus países e da forma como agia o tráfico escravo com o domínio dos povos africanos” (Ferracini Neto, 2022, p. 5).

Quanto à integração da cultura, o Estatuto estabelece que o poder público é responsável pela garantia do reconhecimento das sociedades negras, quaisquer formas de manifestações e expressões coletivas da população negra, dentre eles o patrimônio histórico e cultural.

A preservação do patrimônio histórico e cultural vem entrelaçada com a questão educacional. Tal preservação serve não apenas para garantir que siga viva a cultura e a história da população negra, mas ainda para que seja visitado diuturnamente por parte daqueles que frequentam o ensino fundamental e médio e ainda que seja objeto de pesquisa para o ensino superior. Trata-se de mecanismo extremamente importante para que a educação se paute visando reportar o histórico da população negra e contar a História com detalhes, de como realmente ocorreu (Ferracini Neto, 2022, p. 7).

Cardoso (2015), neste contexto, coloca que o racismo, visto como negação de direito, age especificamente em cima do silenciamento e esquecimento da memória da população subalternizada. Por isso, a escola, a biblioteca e os meios de comunicação de massa que por muito tempo se voltaram para a cultura branca e europeia, devem repensar o seu papel social e a sua contribuição para uma educação patrimonial menos elitista.

Instituições sociais como escolas, bibliotecas e museus são espaços ricos capazes de trabalhar o patrimônio cultural de forma dinâmica e representativa. Pensar em uma educação patrimonial afrocentrada dentro desses espaços é tarefa contingente de toda uma sociedade que precisa agir em função de uma reparação histórica que jamais será sanada, mas que pode caminhar para um futuro menos segregado.

Evidenciar a múltipla função dos livros e bibliotecas é um aspecto fundamental para um entendimento mais completo no âmbito do patrimônio cultural: são fontes de informação para ensino e pesquisa; são lugares de memória e espaços de custódia; a biblioteca é local de preservação e armazenamento de patrimônio documental em suportes diversos; e pelo conjunto são a expressão, em si mesmos, do patrimônio cultural, mais especificamente, do patrimônio bibliográfico. As funções coexistem naturalmente e, com frequência, podem ganhar cores mais fortes num ou noutro aspecto (Napoleon; Beffa, 2022, p. 624).

As bibliotecas públicas – objeto de estudo do presente trabalho – devem configurar lugares onde o patrimônio cultural seja pertencente em todos os âmbitos, acervo, ações, atividades culturais etc., encontrando acolhimento e ressonância social. O patrimônio afro-brasileiro, deve, portanto, estar refletido nas estratégias de catalogação de materiais informacionais e na disseminação da informação e da história do Brasil.

No campo cultural, como afirma Bourdieu (2011), diferentes agentes interagem, sejam eles artistas, instituições ou sujeitos visitantes; nessa interação, há uma competição, que se dá principalmente pelo capital cultural e simbólico, visto que estes são meios de reconhecimento e prestígio dentro dessa esfera. A dinâmica de poder e das relações sociais que moldam a valorização da cultura, apresentada por Bourdieu, também pode ser sentida em instituições sociais como bibliotecas.

Desta forma, vista a trajetória pela qual passou o patrimônio afro-brasileiro até os dias atuais, percebe-se a relevância de uma abordagem decolonial em espaços culturais e sociais como bibliotecas públicas, para compreender como um patrimônio cultural marginalizado, precisa ser inserido, visibilizado e difundido para toda a sociedade. Por se tratar de um patrimônio cultural com sistema de valores intrínsecos à constituição do país, o patrimônio cultural afro-brasileiro busca notoriedade e relevância que de fato deve-se a ele.

Como já explicitado, segue agora a apresentação de uma categoria fundamental para a compreensão da presente pesquisa. Apresenta-se a seguir a biblioteca pública enquanto lugar de cultura e saberes, capaz de tornar-se espaço de discussão decolonial e disseminadora da cultura e patrimônio afro-brasileiro.

4 BIBLIOTECAS PÚBLICAS: lugares de culturas e saberes

Nesta seção são apresentados breves apontamentos do surgimento e da história das bibliotecas públicas no mundo, no Brasil e no Maranhão, a fim de compreender sua constituição e evolução ao longo dos anos. Nesta mesma perspectiva, apresentam-se conceitos de biblioteca pública, principalmente apontando-a como centro de cultura, como um local real de compartilhamento e de mudanças significativas. Assim, introduz a discussão decolonial nas bibliotecas públicas, caracterizando-a como possível elemento propulsor de decolonização de saberes, abordando autores decoloniais dos estudos culturais e da própria Biblioteconomia.

Com o intuito de suprir o objetivo de apresentar as bibliotecas públicas como possíveis locais de decolonização de saberes e práticas, esta seção dialoga com autores que versam sobre biblioteca pública, como: Milanesi (1986; 2003; 2002), Almeida Júnior (1997), Ferreira (2021); assim como autores que abordam a decolonialidade: Cardoso (2015), Silva (2020), Fanon (2020), Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016); Césaire (2020) etc.

4.1 Histórico e conceitos de biblioteca pública

A humanidade, na sua intenção de zelar e preservar tudo o que foi pensado e registrado, vê a biblioteca como um espaço de guarda e conservação para a sua própria história construída ao longo dos tempos. “A história da biblioteca é a história do registro da informação, sendo impossível destacá-la de um conjunto amplo: a própria história do homem” (Milanesi, 1983, p. 16). No entanto, são perceptíveis as diferentes definições que a biblioteca perpassou ao longo dos tempos, vista como um local de depósito de registros e informações até a chegada de uma instituição fomentadora de mediações culturais e sociais.

Na construção do conhecimento, a biblioteca ocupa uma posição de destaque, performando em todos os campos do saber, com o objetivo de transmitir informações, cultura e valores para as gerações que seguem. Não só ligado essencialmente à prática da leitura, mas a noção de biblioteca surge no momento em que o sujeito se tornou capaz de perceber a necessidade de produzir e organizar, simultaneamente, os registros feitos por ele próprio, no intuito de utilizá-los novamente.

Revisitando Milanesi (2002, p. 21), é fundamental ressaltar que a concepção primeira de biblioteca surge genuinamente da ideia mais primitiva da necessidade informacional

humana, ou seja, “[...] do desejo e da necessidade quase instintiva de poder utilizar várias vezes uma informação que pudesse ser significativa”.

O surgimento das primeiras bibliotecas é marcado então pela intencionalidade de preservação de documentos com fins comprobatórios, que mesmo diante das transformações sociais, é capaz de conservar, manter e disponibilizar materiais representativos cultural e socialmente, daquilo que foi (re)pensado, (re)interpretado, (re)elaborado e registrado pelo homem (Silva; Castro, 2012, p. 14).

Na Antiguidade, as bibliotecas eram restritas a um determinado público. Na Idade Média, graças aos copistas e aos nobres bibliófilos, a biblioteca já avançava em uma perspectiva de transmissão e perpetuação de valores sociais e culturais. Após a Idade Média, já são perceptíveis características de uma instituição leiga e civil, pública e aberta.

É difícil determinar a trajetória específica das bibliotecas públicas, mas Brettas (2010) esclarece que a noção de “público” vinculado a essas instituições ocorreu após a Revolução Francesa, com a abertura ao público das bibliotecas e arquivos. Na intenção de romper com o Antigo Regime, a classe plebeia acessou documentos que comprovavam a nobreza aristocrática, a fim de extingui-los e traçar uma nova ordem social sem segregações.

No entanto, o destaque que cabe a esta trajetória é pautado na indissociabilidade da relação já existente entre a biblioteca, a cultura e a memória, como apontam Baratin e Jacob (2006, p. 11):

Pois a história das bibliotecas no Ocidente é indissociável da história da cultura e do pensamento, não só como lugar de memória no qual se depositam os estratos das inscrições deixadas pelas gerações passadas, mas também como espaço dialético no qual, a cada etapa dessa história, se negociam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade das genealogias e das escolas, a natureza cumulativa dos campos do saber ou suas fraturas internas e suas reconstruções.

No final do século XIX, na Inglaterra, como consequência da Revolução Industrial, as bibliotecas públicas passaram por transformações profundas em seu conceito. Almeida Júnior (2013) pontua que estas instituições surgiram com base na necessidade de mão-de-obra especializada para a classe popular e da exigência da sociedade por acesso a direitos e à educação pública.

Apesar de algumas considerações contrárias a estes fatos, como a colocação de Madalena Wada e sua posição de que a biblioteca pública foi cunhada a partir de uma ação filantrópica, Almeida Júnior (1997) afirma que, mesmo advinda de manifestações populares e

ressignificando o seu conceito para as classes populares, a biblioteca pública não conseguiu representar e disseminar os interesses desta classe, preservando então, os valores hegemônicos das classes sociais vigentes.

Para tanto, a Fundação Biblioteca Nacional (2010) elenca alguns fatores que foram relevantes para a evolução das bibliotecas públicas. O primeiro ponto é que a Revolução Industrial vinculou a função educativa à biblioteca pública, de fato. Já no século XX, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, a imagem da biblioteca pública integra o conceito de atuar como ferramenta para estabelecer a paz e a democracia, se voltando principalmente para a classe média e para os estudantes.

A evolução do conceito de biblioteca pública ganha notoriedade em 1949, quando a UNESCO publica pela primeira vez o Manifesto da Biblioteca Pública, corroborando com a sua função educativa e de ensino, e caracterizando-a como centro de educação popular. Em 1950, nos Estados Unidos e na Inglaterra, a classe bibliotecária inicia o descontentamento com os valores da elite e da classe média ainda presentes nas bibliotecas públicas (Fundação Biblioteca Nacional, 2010).

No Brasil, na segunda metade do século XVI, os Jesuítas foram os responsáveis por criarem as primeiras bibliotecas, com nuances escolares. O acervo era composto por materiais exclusivamente de fora do país, visto que o objetivo era instruir os sujeitos “não cultos” que aqui habitavam (Silva; Castro, 2012).

Os jesuítas, como não podia deixar de ser, organizaram as primeiras bibliotecas no Brasil, nascidas nos lugares onde eles assestavam suas armas para a conversão do gentio. Elas não nasceram públicas, mas, como o ensino, privadas e com direção ferreamente dirigida: a catequese, o aprimoramento o espírito missionário. Os livros que faziam parte desse arsenal religioso espalhado pelas primeiras povoações e colégios eram apropriados ao objetivo: fundamentalmente obras litúrgicas ou de amparo doutrinário ao trabalho apostólico, sempre sob o respaldo do colonizador, o poder atemporal indissociado da pregação religiosa (Milanesi, 1986, p. 65).

Para Ferreira (2021), as primeiras bibliotecas públicas no Brasil foram criadas como consequência dos projetos de educação para todos, com foco na intelectualidade da época, o surgimento foi motivado para que os filhos das famílias abastadas que estudavam na Europa, tivessem acesso, no Brasil, a um local de estudo, pesquisa e encontro de intelectuais.

A prática desenvolvida por essas instituições estava em profundo descompasso com a maioria da sociedade, na medida em que eram administradas, organizadas e utilizadas por intelectuais cuja formação era totalmente europeia, e, por outro lado, tais instituições possuíam um acervo composto por registros gráficos, portanto,

inacessível à população, como já mencionado, analfabeta e pobre, em sua grande maioria (Ferreira, 2021, p. 61).

Em se tratando da primeira biblioteca pública criada no Brasil, Suaiden (2000) reitera que o primeiro documento elaborado no país como o objetivo de promover o acesso ao livro, foi em 1811, feito pelo senhor de engenho Pedro Gomes Ferrão de Castelo Branco, que encaminhou para o governador da Capitania da Bahia, solicitando a aprovação do plano para a fundação da biblioteca.

Moraes (2006) ressalta que o objetivo claro de Pedro Gomes Ferrão de Castelo Branco era de estabelecer uma instituição capaz de instruir o povo, sendo formada pela participação de todos aqueles que quisessem dela fazer parte. “A administração seria exercida pela sociedade e os fundos necessários proviriam dos sócios. Castelo Branco nada pedia ao governo senão a indispensável aprovação do seu plano” (Moraes, 2006, p. 17).

Freitas e Silva (2014) enfatizam que a história das bibliotecas públicas no Brasil de fato foi iniciada com a fundação desta Biblioteca Pública da Bahia, conhecida como a Biblioteca do Colégio dos Jesuítas, no entanto, é notório que esta biblioteca, assim como as que a seguiram, era desprovida de infraestrutura. Com acervo desatualizado e condições estruturais precárias, a imagem das bibliotecas públicas no país “[...] passou a ser negativa, pelo povo e eram comuns as afirmações de que se tratava de um local de castigo ou para uma pequena elite composta de eruditos” (Suaiden, 2000, p. 52).

Ainda segundo Moraes (2006), a iniciativa de fundar uma biblioteca com a colaboração dos cidadãos, sem apoio governamental, não vingou; todas as iniciativas que vieram depois desta, foram de governos provinciais. Ainda há muito o que se pesquisar sobre a história dos livros e das bibliotecas no Brasil colonial, mas, é interessante saber que o país não viveu sem livros e sem bibliotecas.

Apesar de a Biblioteca Pública da Bahia viver das subscrições de poucos provincianos, a sua existência, segundo Santos (2010), prova que a presença de bibliotecas no Brasil desde o período colonial apresenta uma forte necessidade de preservação e registro de conhecimentos, que instigou parte da sociedade ao desejo de montar bibliotecas.

Ferreira (2021) traz outro ponto relevante ao afirmar que, para reconstituir a verdadeira história das bibliotecas públicas no Brasil, além da Bahia, o Maranhão também merece destaque, já que foram esses os primeiros estados do país a criarem bibliotecas públicas. “A criação dessas duas bibliotecas é considerada um marco histórico em virtude de as mesmas não

terem sido iniciativa governamental, mas devido à insistência de muitos cidadãos baianos e maranhenses” (Ferreira, 2021, p. 61).

No século XX, já em 1922, a Semana de Arte Moderna trouxe um interesse pela cultura brasileira, fomentando e disseminando os materiais produzidos no próprio país. A produção intelectual brasileira se fortaleceu e ganhou notoriedade mediante a população, culminando na criação e inauguração da Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, em 1926. Esta biblioteca representa uma referência para a cultura brasileira e até para a América Latina, visto que o Brasil ganhou um centro de informação que verdadeiramente contribuiu para a constituição de uma população com mais acesso à esses espaços (Freitas; Silva, 2014).

As iniciativas de Mário de Andrade, juntamente com ações do Departamento de Cultura de São Paulo, contribuíram para o fortalecimento das bibliotecas públicas. Mário de Andrade tinha como ideal a preservação da memória com o intuito de conservar as tradições e os valores nacionais. Ele criou o Departamento de Cultura da Municipalidade Paulistana, tornando-se posteriormente a Secretaria Municipal da Cultura. Foi no Departamento de Cultura da Municipalidade Paulistana que nasceu a idéia [sic] de uma biblioteca que servisse como depositária da história cultural da cidade e do Brasil. O intelectual lançou novo paradigma no campo das bibliotecas, paradigma este que forneceu bases para o desenvolvimento de bibliotecas públicas de fato empenhadas em promover o contato da população com a cultura escrita, tendo em vistas a apropriação cultural (Freitas; Silva, 2014, p. 124).

Ferreira (2021) pontua que, apesar do crescimento das bibliotecas públicas no Brasil, até a terceira década do século XX, as bibliotecas públicas ficam restritas quase que exclusivamente aos grandes centros urbanos. Somente em 1937, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) realizada por Getúlio Vargas, e com a criação de leis e políticas públicas para livros e bibliotecas, houve ampliação no número de bibliotecas no país. “Com a criação do INL, as bibliotecas públicas municipais passaram a fazer parte do cenário cultural brasileiro, porém situadas nos Estados mais prósperos, o que não significou que, nessa época, não houvesse reclamações sobre a ausência de verbas[...]” (Ferreira, 2016, p. 604).

O intuito deste estudo não é apenas o de traçar a trajetória das bibliotecas públicas ao longo dos anos, além de extenso e complexo, o que se pretende de fato, é demonstrar a interface das bibliotecas públicas para com a cultura e educação desde os primórdios. Percebe-se assim, que as bibliotecas públicas, ao longo de sua existência, além de passar por problemáticas e mudanças estruturais e técnicas, também se articulam para evoluir junto à comunidade a qual integram, influenciando no desenvolvimento do país, estado e município.

Especificamente no Maranhão, Ferreira (2021) explicita o fato de as dificuldades de as bibliotecas públicas já serem explicitadas desde o século XIX. No século XX, mediante o

governo de Flávio Dino, há algumas melhorias significativas com a legalização do Sistema Estadual de Bibliotecas, que interfere diretamente no assessoramento das bibliotecas municipais. No entanto, atualmente, é notório o baixo investimento direcionado às bibliotecas públicas e escolares, assim como a ausência do profissional bibliotecário como mediador da leitura e da informação dentro desses espaços.

No Maranhão, a descontinuidade das bibliotecas municipais e o fechamento destes espaços realizado pelos gestores municipais demonstram a falta de demanda por parte da sociedade dos municípios onde as bibliotecas estão inseridas. A implantação dessas bibliotecas sem a participação efetiva dos cidadãos pertencentes à área da educação e da cultura culminam em um estranhamento para com estes lugares. “É bom lembrar que enquanto a biblioteca não for vista como um bem social e cultural, a serviço da sociedade, ela não se constituirá demanda social” (Ferreira, 2016, p. 617).

A intensidade das ações implementadas no campo da cultura, nas primeiras décadas do século XXI, demonstra que o Brasil, embora tardiamente, vem efetivando políticas de estado voltadas para as bibliotecas municipais, com a perspectiva de criar uma sociedade leitora cidadã. Contudo essas políticas ainda são descontínuas, haja vista o fechamento de muitas bibliotecas, nos diversos municípios brasileiros, nas últimas décadas (Ferreira, 2016, p. 616).

De fato, a história das bibliotecas municipais está diretamente ligada à história da constituição do Estado de Direito no Brasil, visto a necessidade premente em garantir aos cidadãos, além de saúde, educação e trabalho, acesso aos bens culturais, dentre eles o livro e a biblioteca. Não obstante, esta é uma das funcionalidades da biblioteca pública, ser ponto de acesso ao livro, promovendo dinamicidade para com a sociedade onde está inserida, potencializando a vida social, cultural e educativa dos cidadãos.

A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) determina que a biblioteca pública deve ser de responsabilidade das autoridades locais e nacionais; deve ser resguardada por legislações específicas e atualizada, alinhada aos tratados e acordos internacionais. “Ela deve ser financiada pelos governos nacionais e locais. Bibliotecas devem ser um componente essencial de qualquer estratégia de longo prazo para a Cultura, para o acesso à informação, para a aprendizagem e Educação” (IFLA, 2022, p. 3).

Ainda segundo o Manifesto de Bibliotecas Públicas da IFLA (2022, p. 3), são muitos os conceitos, os serviços e missões da biblioteca pública, mas para a compreensão deste estudo, três tópicos merecem destaque entre suas missões:

- Preservar e promover acesso a dados, conhecimentos e tradições locais e indígenas incluindo a tradição oral, proporcionando um ambiente no qual a comunidade possa ter um papel ativo na identificação de materiais a serem coletados, preservados e compartilhados de acordo com os desejos da comunidade;
- Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
- Promover a preservação e o acesso a expressões culturais e tradições, à apreciação das artes, ao acesso aberto a conhecimento científico, pesquisas e inovações expostas na mídia tradicional ou em materiais digitais ou que venham ser digitalizados.

Como já visto nos breves apontamentos da história das bibliotecas públicas, estas sempre estiveram, de alguma forma, vinculadas à preservação de alguma coisa. Algo político, educacional, social ou cultural, a função da biblioteca pública sempre foi a de manter resguardado um conhecimento com alguma intencionalidade. Ao destacar essas missões da biblioteca pública, busca-se explorá-la como um local capaz de promover mudanças mediante um diálogo real com a sociedade.

Desta forma, visto o reconhecimento da IFLA (2022) quanto à preservação das tradições locais, do fomento do diálogo intercultural e da apreciação das artes, é possível afirmar que a biblioteca pública se configura como um local de cultura? No tópico que segue, serão apresentados conceitos de bibliotecas públicas, elucidando a concreta concepção de biblioteca como centro de cultura.

4.2 Seriam as bibliotecas públicas centros de cultura?

Como já foi explicitado, a ideia de cultura pode performar distintos significados a depender de sua abordagem. Neste trabalho, a concepção de cultura compartilha da ideia do teórico clássico da cultura Clifford Geertz (1989) e a sua interpretação da cultura como um sistema de significados, partilhado entre os indivíduos sobre uma coletividade, para interpretação do mundo que os cerca.

A cultura é entendida como um conjunto de histórias, simbologias, expressões, rituais e práticas que dão sentido à vida das comunidades. Para Geertz (1989, p. 24), a cultura não pode ser reduzida a um simples conjunto de tradições, mas a uma espécie de "tecido de significados" que molda a forma como as pessoas percebem e agem no seu dia a dia; “ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade”.

Hall (2024) parte de uma concepção de cultura semelhante, visto que esta se apresenta como um conjunto de práticas, símbolos e significados que são produzidos e reproduzidos pelos grupos sociais. No entanto, a cultura não pode ser determinada como algo fixo ou estático, a

cultura tem caráter dinâmico, é uma constante negociação e interpretação. Arelada ao poder e às relações sociais, a cultura é influenciada por questões de identidade, raça, classe e história.

Ainda para Hall (2024), essas relações sociais marcam, inclusive, a identidade cultural dos sujeitos na modernidade, como o processo de globalização e a diáspora, que influenciam na fragmentação e na hibridização dessas identidades “não fixas”. Os “homens traduzidos” são, por exemplo, produtos das novas diásporas criadas pelas migrações pós-coloniais. Essas pessoas,

[...] são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços da cultura, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão *unificadas* no velho sentido, porque elas não são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não a uma “casa” em particular) (Hall, 2024, p. 52).

Ao mesmo passo que a identidade cultural está intrinsecamente ligada ao processo de representação, a globalização impacta diretamente neste processo, visto que o espaço e o tempo também são afetados pelas coordenadas básicas dos sistemas de *representação*.

Para tanto, estes conceitos sociais e antropológicos de cultura abordados até a presente discussão do trabalho apontam para um local fundamental de mediação dessas relações sociais e culturais, assim como para um local de guarda e preservação dessas representações que moldam as identidades culturais, notadamente a biblioteca.

Milanesi (2003) pontua que a biblioteca é a instituição mais antiga identificada com a cultura. Desde o início dos registros de conhecimento em argila e papiros, passando pela Biblioteca de Alexandria nos tempos de Cristo, até os dias atuais, utilizada como indicador de intelectualidade, a biblioteca é a representação de uma construção cultural e social essencial na formação dos indivíduos.

“É exatamente no conteúdo dos velhos textos que as bibliotecas conservaram que aparecem os primeiros sinais de ‘Cultura’ e ideias ligadas a ela” (Milanesi, 2003, p. 79). Do vocábulo latino *colere*, o termo cultura era designado para os cuidados com plantas e animais. No século XVIII, o conceito de cultura foi apropriado com mais profundidade por pensadores como Rousseau, Voltaire, Kant, Marx, Freud e outros. Essa apropriação transformou o conceito em algo menos acessível, segmentando os setores da sociedade e interferindo também no conceito de centro de cultura (Milanesi, 2003).

No Brasil, na década de 30, a área da Cultura se delimitou e desvinculou-se da área da educação, alcançando lugares que não fossem exclusivamente escolas e igrejas. A cultura atingiu “[...] instituições imprecisas, quase sempre engastadas em organogramas oficiais, em departamento de Cultura e, posteriormente, com seu templo específico: ‘os centros de Cultura’” (Milanesi, 2003, p. 92). No entanto, a problemática ainda segue, uma vez que Milanesi apresenta que na década seguinte, em 1940, as bibliotecas públicas ainda não figuravam como centros de cultura.

Como enfatiza Mendes (2014), as bibliotecas ainda eram configuradas como locais de guarda de livros, voltadas somente para acervos físicos, enquanto teatros e galerias, por exemplo, poderiam ser designados como centros culturais. “As bibliotecas estabeleceram-se como instituições a serviço unicamente da escola e de seus alunos, sem ter um objetivo específico nem desempenhar um papel próprio no campo das atividades culturais” (Mendes, 2014, p. 58).

Segundo Ramos (2008), no início dos anos 90, é notória a impossibilidade de construir um discurso de que a biblioteca pública e o centro de cultura sejam dissociados. A biblioteca passa a não ser apenas um local de coleção de livros e o centro de cultura necessita de informações e conhecimento para atuar. “O caminho, portanto, é o do espaço polivalente, que integra o acesso ao conhecimento às ações de discussão, criação de novos conhecimentos e difusão de novas informações” (Mendes, 2014, p. 59).

Milanesi (2003) marca essa nova perspectiva da ideia de biblioteca não apenas como um acervo literário, mas a compreende como um centro de cultura, que rompe com a ideia estática de acervo físico, onde o usuário pode acessar a informação de diferentes formas por diversos meios, em um local dinâmico, informativo e cultural.

Almeida Júnior (1997) aponta para os novos termos surgidos a partir desta nova configuração de bibliotecas, como: Centros Populares de Documentação, Bibliotecas Populares, Biblioteca Viva, Biblioteca Ação-Cultural etc. Todos esses termos levam a um conceito de biblioteca que foi expandido, repensado; o acervo e as atividades de mediação tornaram-se vivos, acompanhando a cultura e estimulando uma evolução natural dos espaços milenares que são as bibliotecas.

Na concepção de Rabello e Almeida Júnior (2020), sob a ótica de um refletir contemporâneo, é possível compreender a biblioteca, a partir deste lugar de mediação da

informação², considerando as unidades de informação como um “tipo ideal”, que atende os mais variados públicos; e não só as bibliotecas cabem nesse contexto, mas também os museus, arquivos, centros de documentação etc.

Na concepção de Nuñez (2002), a biblioteca é um centro cultural, capaz de propiciar encontros entre cidadãos diversos, independentemente de idade, qualificação profissional, sexo, classe social etc. A biblioteca pública deve ser acessível para todos, suprir as necessidades informacionais, educar, entreter e acolher os que a solicitam.

Faz-se necessário atentar para a evolução tecnológica na biblioteca, que também é uma grande responsável por expandir a comunicação e os serviços que estas desempenham. A biblioteca deve adaptar-se aos novos usos e práticas atuais, pois isto abrirá caminhos para as novas gerações adentrarem neste espaço, por diferentes formas.

Em um mundo direcionado para a tecnologia cada vez mais atuante e presente, a biblioteca deve incentivar e continuar a reservar um espaço para a mediação. Ao adaptar-se a esta realidade com novos usos e novas práticas, a biblioteca alcançará aqueles que estão à margem da sociedade. Mendes (2014) ainda afirma que, diante deste processo informacional, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) foram fundamentais para as bibliotecas públicas otimizarem os processos técnicos, saindo da perspectiva unicamente tradicional e focando também nas atividades culturais, construindo cada vez mais a ideia de biblioteca como centro de cultura.

As bibliotecas públicas, enquanto centros culturais, são instituições que representam a ambiguidade da guarda e da disseminação de memórias coletivas e identidades sociais. A riqueza da perspectiva da biblioteca como centro de cultura expõe a particularidade e coletividade da cultura de povos e grupos sociais, potencializando uma dinâmica cultural a partir da informação, das mediações e das ações culturais que a biblioteca pode promover.

Nesse sentido, a Cultura, envolvendo com o intelecto e as emoções, direciona com liberdade as escolhas. Ela é uma ação contínua que trabalha com a informação, a descoberta, separando a essência da aparência, desordenando a ordem convencional, criando um novo conhecimento. A informação é o fio e a Cultura, o tecido. A coletividade tece. A elaboração dessa tessitura é, enfim, a construção do homem que pensa com a própria cabeça e sabe o que importa para si e para o meio onde vive (Milanesi, 2003, p. 127).

² A mediação da informação consiste em um processo autônomo, dinâmico e dialógico que, por meio da interferência, visa a apropriação da informação e contribui para a emancipação do sujeito na satisfação de sua necessidade informacional. Considera-se que a ação mediadora está diretamente relacionada à práxis do arquivista e do bibliotecário e ao seu nível de conscientização, e que os entornos de um cenário informacional contemporâneo trazem novos desafios para essa atuação (Brandão; Lima, 2022, p. 1).

Santos (2015) pondera a participação efetiva da comunidade, pois a biblioteca torna-se um local de cultura, principalmente, pela troca e presença dos usuários. A biblioteca realiza as suas atividades direcionando-as para os seus usuários. As ações culturais planejadas só são possíveis mediante o conhecimento da comunidade para a qual elas se direcionam. A biblioteca, enquanto agente cultural, não está posta somente para preservar e expor bens culturais, mas para promover o diálogo e a reflexão destes bens para com a comunidade.

A ação cultural é um dos pontos fundamentais da biblioteca pública, pois o diálogo e a interação entre os envolvidos no processo negociam e disputam os sentidos simbólicos destinados à leitura, ao conhecimento e à aquisição de valores culturais, ou seja,

Em outros termos, ao intermediar o contato entre os sujeitos e os diferentes códigos, sentidos e universos simbólicos que perpassam a realidade concreta de suas vidas, as bibliotecas públicas propiciam a cada agente inscrito neste processo, que é interacional por natureza, a capacidade de dilatar as compreensões que possuem do mundo e de si mesmos (Silveira, 2014, p. 132).

A biblioteca pública, como centro convergente das necessidades comunitárias, deve ter como objetivo primário para com a comunidade “[...] seja economicamente rica ou pobre, rural ou urbana, a biblioteca pública terá de ser uma só em sua finalidade e em sua concepção, e tanto mais democrática quanto mais estenda seus serviços a todos seus potenciais usuários” (Suaiden, 2008, p. 20).

Exaltando a colocação de Baratin e Jacob (2006), as bibliotecas só adquirem sentido pelo trabalho dos seus leitores. A história das bibliotecas, que passa pelos arquivos dos palácios até as bases de dados *on-line*, é reconfigurada também pelas mudanças sociais dos seus leitores e pelas práticas de leitura adotadas ao longo do tempo.

O pensamento do modelo tradicional de biblioteca precisa ser superado. A proposta e a implantação de bibliotecas como centros culturais já são uma realidade, principalmente devido à implantação de políticas públicas voltadas para o livro e para a leitura. Com a ideia advinda da Europa, muitos modelos de equipamentos culturais chegaram ao Brasil com a proposta de democratizar o acesso à informação e à cultura, proporcionando à sociedade condições concretas de resgatar e disseminar informações e memórias (Nascimento, 2004).

Arruda (2000) reitera ainda, que a biblioteca pública não almeja ocupar o espaço de outros equipamentos culturais como museus, galerias de artes ou outras instituições culturais. Mas, excluir a cultura de dentro das bibliotecas distancia cada vez mais os usuários deste

espaço, como se este ainda fosse um local inerte, alheio à sociedade à qual está inserido. A biblioteca é em si uma instituição cultural, é um centro de cultura.

Ao analisar os equipamentos culturais de São Paulo, Botelho (2003) apresenta as bibliotecas, principalmente as municipais, como lugares que desenvolvem, com frequência, uma diversidade de atividades ligadas às artes, como a dança, música, teatro e cinema, por exemplo. Possuem pequenos museus com a historicidade local de onde estão localizados. “Ou seja, percebe-se um esforço de se responder a demandas mais amplas do que simplesmente colocar livros à disposição de consulentes, funcionando, em alguns casos, como pequenos centros culturais” (Botelho, 2003, p. 6).

O Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), por exemplo, são importantes ferramentas para promover a importância do livro, da leitura, da escrita, da literatura, nas bibliotecas públicas no Brasil. Mas, no Maranhão, segundo Ferreira (2021), as políticas de leitura não conseguem alcançar toda a sociedade, principalmente as classes sociais menos favorecidas, por conta da precariedade e da falta de investimentos governamentais em bibliotecas públicas e escolares.

No Maranhão, as bibliotecas públicas são impactadas pela ausência do Estado em praticamente todos os municípios, gerando um déficit não só nas bibliotecas, mas em equipamentos culturais dos mais variados segmentos, como teatros, museus, arquivos, cinemas e livrarias.

O pouco investimento dispensado às bibliotecas públicas e escolares da rede pública, somada a ausência do bibliotecário como mediador da leitura e da informação, reflete nos dados da pesquisa na qual a maioria dos maranhenses afirmam não ter lido nenhum livro nos últimos três meses. Esse dado chega a 40% em alguns municípios, surpreende o fato de que muitos conhecem a existência da biblioteca, mas não tem interesse de frequentá-la. Um ponto positivo é o fato de que muitos afirmam que frequentariam a biblioteca se tivesse livros novos, se o espaço fosse adequado e agradável (Ferreira, 2021, p. 597).

Em São Luís, a Biblioteca Municipal José Sarney, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura (SECULT) da Prefeitura de São Luís, assume a responsabilidade cabível na designação abordada até o presente momento como centro de cultura. Inserida em uma região periférica, a Biblioteca Pública Municipal atua mediante várias implicações; enquanto instituição social, cultural e educativa, a biblioteca assume notável diálogo com a comunidade, tornando-se um local real de construção de memórias coletivas, atravessado por experiências reais e referenciais significativos.

Dentro deste contexto, diante da construção política e econômica do estado do Maranhão e da cidade de São Luís, a discussão acerca da contribuição da cultura negra africana é fator premente nos espaços sociais e centros culturais como as bibliotecas públicas. Investigar a Biblioteca Municipal José Sarney enquanto um centro de cultura é reconhecer a importância desta biblioteca na construção de uma cidade concebida por meio de uma diáspora, de uma violenta travessia – travessia entendida nesta discussão, não somente física, de corpos, mas cultural, étnica.

As bibliotecas públicas ganham, neste estudo, destaque pelo potencial ativo de evidenciar a discussão decolonial e fomentar a relevância de abordar temáticas étnico-raciais, que constituem a formação cultural e política do país, do estado e da cidade na qual estão inseridas. Como aponta Silva (2019), muitas questões permeiam essa perspectiva decolonial no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, sejam elas relacionadas à formação dos profissionais bibliotecários sistematizados em uma epistemologia colonializada, ou à própria ideia ultrapassada de que a biblioteca deva ser um local neutro.

A biblioteca pode ser um canal importante de inclusão social, de justiça social e democratização do acesso a políticas sociais para minorias. A preocupação de inserção de culturas deve acontecer através das bibliotecas públicas, que são o locus privilegiado da população em geral (Silva, 2019, p. 162).

Portanto, discute-se agora a decolonialidade, principalmente no campo da Biblioteconomia, a fim de elucidar a notoriedade da biblioteca pública enquanto elemento decolonial em uma cidade como São Luís (MA), majoritariamente composta de pessoas negras. Inserir e disseminar as tecituras do patrimônio cultural afro-brasileiro é papel fundamental das bibliotecas públicas, visto a função que estas instituições exprimem.

4.3 Decolonizando saberes e práticas em bibliotecas públicas

O compromisso desempenhado por instituições sociais como as bibliotecas na construção e fortalecimento identitário de um indivíduo ou comunidade é essencial, pois constitui um projeto a partir do passado, sem jamais esquecer das questões elaboradas no presente que se quer compreender. A valorização e o reconhecimento da cultura negra e do patrimônio cultural afro-brasileiro representam uma abordagem decolonial de conquista da participação desses povos que são até hoje excluídos e marginalizados.

O evidenciamento da cultura negra e do patrimônio cultural afro-brasileiro em bibliotecas públicas é um recorte do projeto decolonial que busca desmistificar cada vez mais o etnocentrismo arraigado em instituições brasileiras. De fato, como elucidam Silva e Silva (2020, p. 2), o patrimônio negro, ao longo da história, “foi subestimado e interpretado de forma depreciativa, tanto antes quanto após a escravatura [...]”.

Diante destas desigualdades sociais, é interessante ressaltar que, apesar de mudanças, os órgãos responsáveis pela política patrimonial do país, que escolhem os patrimônios que representam a cultura brasileira, ainda estão buscando, mesmo que de forma morosa, incluir os diversos grupos minoritários subalternizados nestas categorias de inclusão e representação.

O Estado assegura, por meio da Constituição Federal de 1988, no Art. 215, a manifestação das culturas populares, tanto indígenas quanto afro-brasileiras, e de outros participantes do processo civilizatório nacional. O patrimônio cultural afro-brasileiro, constituído de crenças, danças, culinárias, artesanatos, rituais etc., foi sendo moldado a partir de costumes identitários dos sujeitos escravizados que precisavam se “adaptar” no Brasil. Na busca de preservar suas tradições, costumes e saberes, precisaram se reinventar, a fim de não perderem as suas memórias culturais (Lima, 2012).

Na construção dessa memória identitária de grupos que ficaram marginalizados ao longo de toda a história, cabe trazer à tona a real perspectiva social transformadora e decolonial que a biblioteca deve assumir. A Decolonialidade, aqui abordada não como um projeto acadêmico e teórico, mas como um programa para se pensar novas formas de viver, de pensar, de existir e de resistir.

O projeto decolonial refere-se primordialmente à condição de libertação dos povos subalternos, reconhecendo sua autenticidade cultural, política, econômica e ideológica; trata-se de uma busca pelo direito à diferença e a uma abertura para um pensamento-outro (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016).

Para compreender a questão da decolonialidade, é necessário traçar uma análise sobre o modelo moderno colonial e, por sua vez, sobre a colonialidade. Quijano (2005) traz a concepção da colonialidade como uma consequência do fenômeno causado pela violência e dominação cultural, social e política gerada pelo colonialismo. Desta forma, encara-se a colonialidade como uma extensão perpetuadora das relações sociais advindas deste processo violento; a colonialidade, é, portanto, a continuidade e o reflexo do processo de colonização, dominação que subalternizou e invisibilizou diferentes formas de existências.

Colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais; o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a ‘descoberta’; e colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais (Maldonado-Torres, 2023, p. 35).

A decolonialidade vem como uma perspectiva que analisa e busca desmistificar esse processo de colonização opressiva e violenta, que gerou a colonialidade e a dominação dos sujeitos, sob a sua vida social, cultural, política etc.

Os estudos decoloniais são definidos como ‘um conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre a colonialidade’ (Quintero; Figueira; Elizalde, 2019, p. 4). A decolonialidade busca dissolver estruturas de dominação e exploração que constituem a colonialidade. A colonialidade se refere à colonização do saber e do imaginário social, sendo considerada um dos elementos que compõem o padrão de poder capitalista mundial (Cardona; Silva, 2020, p. 123).

Decolonialidade, para Fanon (2023), é sobre pensar na emancipação dos povos periféricos; nos desafios de construção de uma verdadeira nação sem o colonialismo cultural, abordagem de uma práxis revolucionária radical, livre do eurocentrismo. A luta desse processo decolonial não é somente pela preservação da cultura, é pela libertação do indivíduo e pela possibilidade de ressignificar essa cultura, de se desaprisionar do colonialismo.

Como bem pontuado por Césaire (2020, p. 21) sobre o processo de dominação, é contundente explicitar “[...] que ninguém coloniza inocentemente, ninguém coloniza impunemente; que uma nação colonizadora, uma civilização que justifica a colonização – portanto a força – já é uma civilização doente, uma civilização moralmente atingida[...]”. As vivências, experiências e sentimentos de uma determinada comunidade não podem ser liderados por um único modelo epistêmico, no caso, o eurocentrado.

Para Gonzalez (2020), esses valores advindos e impostos pelo ocidente branco, junto à sua superioridade de verdade e universalidade, causaram um estilhaçamento de fragmentação da identidade racial, culminando no apagamento da própria raça e cultura. Para tanto, a prática decolonial é um processo que busca transcender historicamente a colonialidade.

Como afirma Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2023, p.12), esse processo de construção do cientificismo e do eurocentrismo “[...] deu origem a uma ideia de universalismo abstrato, que marca decisivamente não somente a produção do conhecimento, mas também outros âmbitos da vida: economia, política, estética, subjetividade, relação com a natureza, etc.”.

Esse universalismo, com a naturalização de uma única perspectiva, expõe a contradição do colonialismo, que ao reafirmar a lógica da busca pela “civilização”, a faz do modo mais primitivo e violento possível. O apagamento, a tentativa de neutralização do “outro”, levou de forma primitiva ao extermínio da existência da diversidade, em detrimento do dito universal (Césaire, 2020).

Ao pontuar a similaridade entre a colonialidade e a modernidade, Mignolo (2016) expõe a ligação indivisível entre elas. Entende-se a modernidade a partir de sua complexidade de construção da civilização ocidental, mas é inevitável esconder a sua face mais obscura, a colonialidade. “Assim, ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis” (Mignolo, 2016, p. 4).

Nesta vertente, Garcês-da-Silva (2023) expõe a proposição da Biblioteconomia Negra como grande expoente na busca por uma epistemologia que rompa com os padrões hegemônicos eurocêntricos e estadunidenses, principalmente em universidades e bibliotecas. Essa concepção pode ser caracterizada como um “pensamento de fronteira”, que para Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), é uma resposta às epistemologias subalternizadas, à modernidade eurocentrada.

Enquanto antes os pensamentos foram dessa aceitação epistêmica, autorizados pela modernidade e pelas forças dominantes, apagados e inferiorizados; agora, esses conhecimentos mostram-se como modos de resistência, que sempre existiram e que, ao emergir, ressignificaram os seus processos e modos de vida ao longo dos anos, transformando a racionalidade eurocêntrica dominante de conhecimento.

Inserindo a decolonialidade para os estudos das bibliotecas e para a prática biblioteconômica, Silva (2020) e Cardoso (2015) exploram essa temática ao apontar que os bibliotecários e as bibliotecas assumem a responsabilidade social do ordenamento social vigente, desmistificando a ideia de neutralidade e comprometendo-se com a mudança social, educacional e política do contexto ao qual estão inseridos. Ou seja:

[...] existem epistemologias e pesquisas realizadas por grupos colocados em situação de subalternidade na produção do conhecimento, em diversos lugares do globo, além de elucidar que os estudos críticos e de diversos enfoques, para além do étnico-racial, fazem parte da Biblioteconomia Negra Brasileira. O que se espera é que o fazer científico leve em conta outras formas de saber e que as perspectivas que buscam a criticidade, a inclusão, o respeito à diversidade e à pluralidade de pensamentos, sejam evidenciadas na Biblioteconomia contemporânea (Silva, 2020, p. 102).

As bibliotecas devem contemplar as contribuições que atendam às necessidades de informação dos diversos públicos, lutando contra o racismo epistêmico; isto torna-se condição para que as desigualdades socioeconômicas, informacionais, educacionais e de acesso sejam superadas, fomentando e fortalecendo valores como justiça social, democracia e equidade étnico-racial (Silva, 2020).

Construir um pensamento que fuja das tradições epistemológicas nas quais se constitui a Biblioteconomia no Brasil não é tarefa fácil. Silva (2019) demarca alguns indicadores no campo biblioteconômico-informacional que dificultam o fortalecimento e o reconhecimento de uma Biblioteconomia Negra no país, entre estes indicadores: o racismo, o mito da democracia racial, a branquitude e a ausência de negros nos espaços de produção e conhecimento.

Góes (2018) ratifica que o racismo teve base na legitimação da Igreja Católica, pela lógica da desumanização do negro africano, promovendo a invasão e escravização por meio das diásporas africanas. Assim, o racismo é a

[...] base do colonialismo que transformou a ideologia racial em política genocida imprescindível à inauguração e perpetuação da ordem mundial ocidental: a *necropolítica*, ideário que fundamenta e sustenta a soberania inquestionável amalgamada sobre o poder, direito e gestão paradoxal sobre a vida e morte dos indesejáveis na sociedade branca, pois, ao mesmo tempo em que demanda(va) a morte, impunha a extensão da vida dos escravizados para exploração de sua força vital (Goés, 2018, p. 318).

No Brasil, o racismo contra a população negra encontra um modelo social advindo do “mito da democracia racial”³ e da ideia da construção de uma nação miscigenada e homogênea, que faz os indivíduos acreditarem em uma sociedade onde todos, independentemente de classe, tenham as mesmas oportunidades e aceitação no sistema social.

O racismo encontra meios diversos para se manifestar, a discriminação de pessoas contra outras, resulta em privilégios – para populações fenotipicamente brancas – em detrimento da restrição de acesso das outras; “[...] uma pessoa de fenótipo africano ou negro terá pouco ou nenhum acesso a bens materiais, imateriais e simbólicos, enquanto pessoas de fenótipo branco serão as que usufruirão do acesso a esses benefícios de forma ilimitada” (Silva, 2019, p. 37).

Dentre esses acessos, o racismo epistêmico na educação é um marcador social de destaque nas universidades brasileiras. Carvalho (2023) e Silva (2019) sinalizam para o caráter

³ O mito da democracia racial foi inserido pelo Estado no período da República em 1889, quando foram mobilizados esforços para a construção da ideia de uma nação construída pela unidade de seu povo e pelo esquecimento da abolição da escravidão (Silva, 2019; Xavier, 2014).

excessivamente eurocêntrico das universidades e de sua estrutura colonizadora. “Não seria de modo algum satisfatório implementar ações afirmativas para jovens negros e indígenas sem, paralelamente, mudar o currículo colonizado, racista e branqueado que vem se repetindo cronicamente em todas as nossas instituições de ensino superior” (Carvalho, 2023, p. 80).

As instituições universitárias devem compreender que a formação profissional precisa se construir a partir das questões que permeiam a sociedade. Os grupos que as compõem devem estar representados nos currículos educacionais, para haver a extinção da ideia de que somente um único saber importa, o branco eurocêntrico. O currículo é determinante do que deve ou não ser ensinado, é, portanto, um ato político.

“O pesquisador branco possui o privilégio/vantagem racial em divulgar suas pesquisas em detrimento do pesquisador negro” (Cardoso, 2018, p. 295). A validação do branco o coloca em posição de explorar e falar sobre todos os outros: negros, quilombolas, indígenas etc. A branquitude, termo abordado por Guerreiro Ramos desde 1995, expõe exatamente esse privilégio do branco sobre o negro (Cardoso, 2018).

Indo além dos traços físicos, a branquitude infere exatamente no poder e no pacto dos privilégios que eles exercem. Bento (2022) afirma sobre o acordo de privilégio, junto ao silenciamento dos brancos, em busca de atribuir o problema do racismo ao próprio negro, como se este tivesse criado tal problema social. As formas de exclusão e manutenção de privilégios, são sistematicamente reforçadas diariamente pela branquitude.

Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se “o diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele. Tal fenômeno evidencia a urgência de incidir na relação de dominação de raça e gênero que ocorre nas organizações, cercada de silêncio. Nesse processo, é fundamental reconhecer, explicitar e transformar alianças e acordos não verbalizados que acabam por atender a interesses grupais, e que mostram uma das características do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022, p. 19).

Na Biblioteconomia, Silva (2020) identifica que, mesmo diante das correntes estadunidenses e francesas que embasaram os estudos biblioteconômicos-informacionais, existiram (e existem) outras linhas epistemológicas de construção do conhecimento, que inclusive, evidenciam as questões étnico-raciais. São elas:

- a) Biblioteconomia de Guerrilha: termo criado em 1981, Jim Hennessy caracteriza os bibliotecários como “guerrilheiros” que constroem seu próprio futuro profissional

a partir de ações e valores políticos. Constroem bibliotecas em qualquer ambiente, desde que pessoas e informações se cruzem (Silva, 2020);

- b) Biblioteconomia Crítica/Progressista/Radical: refere-se à Biblioteconomia criada em 2007, pelo bibliotecário Sanford Berman, voltada para a justiça social e para o que acontece e pode acontecer no mundo, a Biblioteconomia não é neutra. As bibliotecas são partes de infraestruturas culturais e educacionais de sociedades democráticas (Silva, 2020);
- c) Estudos Críticos da Branquitude em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI): iniciada em 2001, tem o objetivo de analisar e refletir criticamente as nuances da branquitude no campo e na profissão biblioteconômica (Silva, 2020);
- d) Biblioteconomia Negra Americana: iniciada no século XIX, desenvolveu estudos baseados em bibliografias produzidas por bibliotecários afro-americanos, escolas de Biblioteconomia para formação de bibliotecários negros; evidenciou a atuação bibliotecária em prol da diversidade, equidade e dos direitos humanos (Silva, 2020).

No Brasil, diversos autores já desenvolvem pesquisas sobre a importância de explorar e inserir efetivamente o tema étnico-racial, sob diferentes perspectivas, na área biblioteconômica. Entender o tratamento da informação e o espaço das bibliotecas como lugares constitutivos de luta política, de representação cultural e de guarda de memória, é uma situação emergente que precisa ser notada.

Há o entendimento de que a profissão bibliotecária é ligada às Ciências Sociais e Humanas, e esta tem por obrigação estar atenta às demandas sociais, como o racismo. Compreender que a biblioteca deve ser pensada como instituição separada da sociedade é um pensamento infundado e inaceitável. Silva e Valério (2018), ao discutir sobre a ação urgente e necessária do fazer bibliotecário decolonizado, apresentam a possibilidade de uma atuação profissional alinhada aos serviços e pensamentos que busquem pensar a realidade da sociedade a qual está inserido, encarando o contexto sociopolítico e cultural dos usuários. É fundamental instigar e responsabilizar o profissional bibliotecário quanto às questões étnico-raciais, principalmente pela dívida histórica do Brasil com a população negra, visibilizando a história e a cultura africana e afro-brasileira.

Cardoso (2015) também discute a ausência da memória da população negra na Biblioteca Pública do Maranhão, desde 2015, quando expôs a exclusão das narrativas e da memória dos negros. “A história/memória desses grupos sociais raramente aparece nos registros informacionais e, quando aparece, é de forma estereotipada, e o que os negros e

brancos aprendem é baseado nesse modelo de representação em que os negros se espelham [...] (Cardoso, 2015, p. 18).

Atualmente, o bibliotecário não deve (e nunca deveria ter sido) mais um reproduzidor de preconceitos sociais e culturais dentro de uma unidade de informação. Ao assumir um currículo que contemple as diferenças culturais e sociais, que aborde as narrativas reais da história para a compreensão da conjectura da sociedade atual, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação constroem profissionais que entendem que a biblioteca é local de contribuição para a superação do silenciamento e da violência que os povos negros sofrem.

O profissional da informação/bibliotecário desta instituição pode acabar se tornando um reproduzidor de dominação cultural, podendo reforçar nos usuários negros o complexo de inferioridade construído historicamente e fortalecido pelas ideias de “branqueamento” e de “democracia racial”, construídas na sociedade brasileira no contexto em que se dava a abolição da escravidão e que ganharam força nos anos 30 após a publicação do livro *Casa Grande e Senzala*, do sociólogo Gilberto Freire (Cardoso, 2015, p. 18, grifo do autor).

Decolonizar saberes em bibliotecas não se constitui somente como um serviço superficial de incluir obras de autores(as) negros(as) no acervo ou de desenvolver ações culturais durante o Mês da Consciência Negra. Decolonizar saberes em bibliotecas, principalmente em bibliotecas públicas, é ecoar diferentes vozes na biblioteca, é contemplar a diversidade do presente sem excluir a história do passado, trazendo para o futuro uma representatividade real, composta de pessoas reais que fazem diariamente esta instituição social, transformando-a em um local de informação, em um centro de cultura.

Santana e Silva (2018) apontam para a responsabilidade social dos bibliotecários no que diz respeito à organização e à representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias, uma vez que é notório que estas unidades de informação ainda dispõem de mais esforços para organizar a cultura eurocêntrica nos sistemas de informação, do que a cultura afrocêntrica. Não obstante, as bibliotecas universitárias são elementos fundamentais no processo de formação dos profissionais bibliotecários, portanto, os seus materiais informacionais precisam contemplar a história de cada grupo social que adentra na academia.

Ao perceber a dificuldade que os cursos de Biblioteconomia no Brasil possuem em classificar e organizar as religiões de matriz africana por meio da Classificação Decimal de Dewey, Silva (2018) elucida como a representação dos aspectos culturais, do contexto sociopolítico e dos conhecimentos afrodescendentes ainda se mostra como um campo estranho e desafiador na construção do conhecimento científico.

O estranhamento para com o outro é a marca do racismo. Representar e categorizar o negro como indivíduo de um grupo marginalizado, com estereótipos que o submetem à criminalidade ou à cultuador de religiões demonizadas, faz parte do projeto político da branquitude. Ao inferiorizar ou ocultar aspectos culturais e sociais da população negra nas bibliotecas, a memória e a herança dessas pessoas não são resguardadas, portanto, não podem ser perpetuadas.

No entanto, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação precisam “aprender” a organizar e disseminar informações que versem sobre a questão étnico-racial. O bibliotecário deve assumir a função de reduzir a desigualdade racial, “sendo participante de uma proposta coletiva de construção de igualdade e justiça social” (Cardoso, 2015, p. 98).

A biblioteca, enquanto elemento decolonial, propõe-se a resgatar os materiais informacionais que expõem a memória das populações marginalizadas ao longo dos anos. Ao expor todas as histórias e narrativas, a biblioteca e o bibliotecário são capazes de extinguir a desigualdade social e o racismo dentro destas instituições. Inserir e disseminar o patrimônio cultural afro-brasileiro em bibliotecas públicas é um movimento decolonial de inclusão capaz de democratizar a informação à quem realmente precise conhecer a real história desses povos.

Ao se retirar da equação a ideia de neutralidade, tanto da(o) bibliotecária(o) quanto da biblioteca, possibilitamos que os mesmos tenham que assumir sua responsabilidade frente às críticas sociais e ao ordenamento social vigente, que ainda privilegia certos grupos étnico-raciais e sociais em detrimento de outros. Além disso, sem o discurso da imparcialidade, não há como justificar o descomprometimento com a mudança social, educacional e política da comunidade e do contexto na qual está inserida(o) (Silva, 2020, p. 102).

Com o objetivo de apresentar a possibilidade real de aplicação de saberes e práticas decoloniais em bibliotecas públicas no Brasil, foi realizado um levantamento exploratório na base de dados BRAPCI (Base de Dados em Ciência da Informação), onde foram encontrados trabalhos relevantes que validam a concretude discutida na presente pesquisa em tornar as bibliotecas públicas em espaços de transformação social, sendo possível um diálogo direto com temas que afetam diretamente a sociedade.

Dentre eles, destaca-se o trabalho de Achilles, Gonçalves e Peixoto (2022), que analisam o surgimento da biblioteca pública sob uma perspectiva da colonialidade do poder, do saber e do ser, propondo uma reflexão sobre a descolonização da memória do conceito de biblioteca pública e da iniciativa de se estabelecer esses lugares como pontos de diversidade sobre diferentes modos de ler a história e a memória dos sujeitos.

Pereira (2023), por sua vez, chama atenção para a formação de acervos decoloniais não somente em bibliotecas públicas, mas também em comunitárias/populares e escolares. Para o autor, incorporar a temática afro-brasileira e africana em bibliotecas é um processo de decolonização dos acervos brasileiros; e esta é uma prática de mediação da informação, que mediante uma política de desenvolvimento adequada, contribui para a libertação da dominação pela via do saber.

Em “Construindo a visibilidade da cultura negra: ações socioeducativas para combater o racismo nos espaços informacionais”, as autoras Silva e Lima (2019) caracterizam as bibliotecas públicas como espaço de cultura e informação, que promovem serviços e produtos que retratam a cultura e a história africana e afro-brasileira, e fortalecem a identidade desse grupo étnico. As autoras apontam que as ações culturais contribuem para desmistificar o preconceito e as representações negativas destes grupos sociais.

Ao discutir as interseções entre decolonialidade e as bibliotecas públicas, Mendes, Costa e Cutrim (2025) demonstram que as bibliotecas ainda são marcadas pela colonialidade do saber e que há uma urgência em romper com as hierarquias epistêmicas impostas pelo eurocentrismo.

Na assertiva da função da biblioteca pública, percebe-se a oportunidade de aprofundar uma abordagem dentro destes espaços que reconheça a diversidade, a multiplicidade de saberes e de culturas, não de modo meramente inclusivo, mas sob uma perspectiva concreta de desvinculação de amarras dominadoras, que silenciam e excluem continuamente muitos indivíduos. (Mendes; Costa; Cutrim, 2025, p. 2).

A decolonialidade abordada na área da Biblioteconomia deve ser mais que um discurso acadêmico, deve se tornar um compromisso real, assumindo as epistemologias diversas e promovendo transformação social. Essa prática pode ser vista no trabalho desenvolvido por Souza, Blanco e Sanches Neto (2024), no qual desenvolvem a política de desenvolvimento de coleções da biblioteca do Centro Cultural de Cidadania e Economia Criativa – MACquindo, na cidade de Niterói. Estes bibliotecários selecionaram obras que adotam temas como racismo, discriminação religiosa, xenofobia, gênero etc., com o objetivo de mediar a informação decolonial, para que os seus usuários formem pensamento crítico a respeito das condições em que vivem.

Trazer a perspectiva decolonial para a organização do acervo é essencial para que se tenha conhecimento dessas temáticas que, ao lado das narrativas hegemônicas, outras possam ser narradas. Dado isto, enfatiza-se que as temáticas decoloniais têm que ter representatividade nos acervos das bibliotecas que atendem as comunidades ou que

estão localizadas em territórios periféricos, onde o público majoritário advém das classes populares, como o MACquinho, que sofrem com as desigualdades sociais (Souza; Blanco; Sanches, 2024, p.10).

Ainda na vertente da decolonialidade, Garcês-da-Silva, Cardona e Santos (2024) apresentam o conceito de decolonialidade da natureza, proposto por Catherine Walsh, para refletir sobre as funções da biblioteca, independentemente de sua tipologia. Ao apresentar as 4 funções da biblioteca (cultural, educacional, política e econômica), os autores cunham mais uma função denominada função ecológica e/ou ambiental, ligada ao processo de cuidado, proteção e defesa da natureza e ao papel que as bibliotecas podem desenvolver, inclusive contra o racismo ambiental.

Sobre ações culturais desenvolvidas em bibliotecas públicas com cunho decolonial, Freitas (2010) avalia em seu trabalho “A biblioteca pública como agente de inclusão social: um estudo de caso da Biblioteca Demonstrativa de Brasília” como os projetos de incentivo à leitura e ações culturais podem ser um diferencial para a biblioteca pública se tornar um agente de inclusão social. Não muito distante desta perspectiva, Jarabiza e Alves (2017) entendem a ação cultural sob uma perspectiva emancipatória, fundamental na atuação do bibliotecário e encarada como um elemento indispensável nos cursos de graduação de Biblioteconomia.

A Biblioteca Pública de Santa Catarina foi investigada por Lipinski, Paletta e Cavalcante (2022) sobre sua atuação como um centro cultural ativo na comunidade catarinense e propulsora de transformação social. As autoras constataam a relevância dos serviços da biblioteca pública pensados e ofertados visando à melhoria de qualidade de vida da comunidade e atendendo aos anseios culturais ao seu entorno.

Rasteli e Cavalcante (2014) reconhecem que dispositivos como bibliotecas, são produtores de sentido, e por isso as ações de mediação cultural dentre destes espaços são como atos de significação, vivenciados por meio de diferentes experiências culturais. “As ações de mediação são compreendidas como práticas socioculturais e processos afirmativos de sujeitos na construção de sentidos, remetendo-se à produção e à recepção de bens simbólicos e aos dispositivos culturais como espaços de apropriação” (Rasteli; Cavalcante, 2014, p. 1).

Em Londrina, Silva e Santos Neto (2017) também discutem sobre a mediação cultural em bibliotecas públicas e suas práticas culturais, com foco na importância das ações culturais e na atuação dos bibliotecários diante do desenvolvimento destas atividades. Enquanto isso, Oliveira, Vieira e Lopes (2015) comparam realizar ações culturais em bibliotecas públicas

municipais, da cidade de Goiânia e de São Paulo, explorando o papel da biblioteca pública enquanto veículo cultural promotor do lazer e entretenimento.

Ainda nesse intuito de identificar práticas e serviços decoloniais em bibliotecas públicas, o Selo Nyota configura papel importante na disseminação de pesquisas sobre esta temática. Visando disseminar e visibilizar conhecimentos de grupos detentores de minorias de direitos, esta plataforma fomenta pesquisas produzidas por negros/as, mulheres, indígenas e população LGBTQIA+ na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Sobre bibliotecas públicas, pode-se encontrar no Selo Nyota o livro *“Epistemologias latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: bibliotecas desde Abya Yala e as sociedades e culturas na perspectiva Sul”*, que se apresenta como uma obra de referência aos primeiros passos de introdução da abordagem da diversidade epistêmica no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Sales e Garcez (2021), ao estabelecer a biblioteca como um contradispositivo de resistência e decolonialidade, reiteram a biblioteca pública como um espaço sociocultural onde deve haver a existência da pluralidade epistêmica, mas que infelizmente não condiz com a realidade do país. Porém, os autores afirmam que ações de insurgências vêm ocorrendo, mesmo que de forma tímida. Como exemplo, tem-se o impacto das bibliotecas digitais na transferência da informação para os alunos indígenas na Universidade de Brasília, isso devido às questões de dificuldade na língua portuguesa e na cultura tecnológica.

Se a diversidade de culturas, de gêneros, de sexualidades, de etnias, de origens e de regionalidades estiver no centro (nos elementos) de uma biblioteca que se rebela contra as ordenações prévias e exclusivas, potencialmente estaremos diante de um contradispositivo de resistência operando a favor da decolonialidade (Sales; Garcez, 2021, p. 203).

Os bibliotecários devem apoiar a construção de uma biblioteca pública que preze pelo seu caráter totalmente aberto e dialógico, onde, segundo Oliveira e Araújo (2021), deva ser um lugar de experiências, atravessamentos e transformações. A biblioteca pública deve ser, portanto: um bem cultural que merece ser experienciado e não sacralizado; um lugar de narrativas e de memórias que constroem sujeitos políticos; e um local da diferença, conflito e tensões (Oliveira; Araújo, 2021).

“Em biblioteca pública e representação da subalternidade? Uma questão pertinente” Gomes e Silveira (2019) investigam sobre como as bibliotecas públicas contemplam (ou não) os segmentos populacionais subjugados pela “invisibilidade pública”. Fundamentados na obra de Chakravorty Spivak – *“Pode o subalterno falar?”* –, os autores analisaram ações

desenvolvidas por bibliotecas públicas locais e estrangeiras voltadas para população negra, em situação de rua e mulheres aborígenes, como as bibliotecas públicas de Porto Alegre, do Pará e dos Estados Unidos. Diante de uma constatação de que esses sujeitos dessas populações de fato não são representados nestes espaços, marca-se a importância social destas instituições, onde “os ‘subalternos’ podem e devem falar na e por intermédio da biblioteca pública” (Gomes; Silveira, 2019, p. 451).

Sendo a biblioteca pública um local de mediação da informação, tornar-se-á uma decolonizadora de saberes e práticas somente quando aplicar em suas ações cotidianas, juntamente com o bibliotecário(a), ferramentas que possibilitem a participação e acesso desses sujeitos. “Dito em outras palavras, apenas quando se abrirem à pluralidade humana é que as bibliotecas se constituirão em espaços efetivamente públicos” (Gomes; Silveira, 2019, p. 451).

Diante deste novo perfil do bibliotecário(a), Casal (2020) articula referenciais dos Estudos Culturais, Decoloniais e da Psicologia Social, para apresentar a ação cultural em bibliotecas como um modo de encarar esses lugares como “[...] lugares de encontro e produção de saberes, espaços vivos e abertos ao conflito, à diferença e à diversidade de modos de ser e viver” (Casal, 2020, p. 201). Compreende que uma visão assistencialista das bibliotecas se torna insustentável quando o bibliotecário(a) começa a entender a complexidade da cultura e o livro não é somente uma produção de conhecimento, mas sim um elemento que deve interagir com os sentidos produzidos pela comunidade.

Em suma, diante de todos os trabalhos citados, foi perceptível como a forma que a biblioteca pública mantém uma relação com a sua comunidade, é indicador sobre como esta se posiciona sobre assuntos sociais, culturais e políticos. Encarar a biblioteca pública como um centro de cultura, fortalece a prática de ações decoloniais que podem ser desenvolvidas com caráter humano, social e político, vetor de múltiplas visões e concepções de mundo.

A Biblioteca Pública Municipal José Sarney, objeto deste estudo, foi fruto de pressões políticas e comunitárias, o que demonstra a interface desta biblioteca para com as questões sociais e culturais na cidade de São Luís. As barreiras administrativas por quais esta biblioteca e inúmeras outras passam, é um reflexo de como essas instituições precisam passar por um processo de escuta ativa e compreender os indivíduos/grupos que as integram de fato.

Com o entendimento sobre a trajetória da biblioteca pública no mundo e no Brasil, compreendendo-as como centros de cultura e local de discussões e práticas decoloniais, apresenta-se na seção a seguir, a Biblioteca Municipal José Sarney, a fim de conhecer a sua

constituição inicial, até os dias de hoje. Apresenta-se a sua história, acervo, serviços, produtos e ações culturais voltadas para a cidade de São Luís.

5 A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSÉ SARNEY

Como essenciais para o processo de desenvolvimento educativo, político, social e cultural dos indivíduos, as bibliotecas se colocam como espaços não apenas de registro de conhecimentos, mas como importantes elementos de transformações sociais. Como pontua Ferreira (2021, p. 58), os serviços das bibliotecas, principalmente das bibliotecas públicas, “[...] devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, Língua ou condição social”.

Inserida em uma comunidade periférica, localizada no Bairro de Fátima, a Biblioteca Pública Municipal José Sarney (BMJS) desenvolve, ao longo dos anos, atividades que contemplam a funcionalidade de uma biblioteca pública; com mediações efetivas notáveis na comunidade onde está inserida.

Torna-se então essencial, como proposto em objetivo específico deste estudo, contextualizar a Biblioteca Municipal José Sarney no cenário ludovicense, traçando as transformações que passou ao longo do tempo, tanto em aspectos estruturais quanto administrativos. Não obstante, é objetivo também desta seção, identificar as ações culturais e educativas da biblioteca com foco no fortalecimento da identidade negra e do patrimônio cultural afro-brasileiro na cidade de São Luís.

Conhecer como a BMJS desenvolve as suas ações, serviços e produtos, auxilia na compreensão sobre como uma biblioteca pública impacta e pode contribuir efetivamente em uma comunidade, fortalecendo diálogos e construindo conhecimentos reais e significativos.

5.1 A trajetória da Biblioteca Pública Municipal José Sarney na cidade de São Luís, MA

É de conhecimento público que a Biblioteca Municipal José Sarney foi criada através da Lei Municipal nº 2.617, de 11 de maio de 1983, ficando vinculada a partir de então, à estrutura da Secretaria Municipal de Educação, que na época acumulava as competências da área Cultural (São Luís, 2023). No entanto, cabe relatar que esse processo ocorreu mediante a um movimento que pressionava às autoridades competentes a manterem a biblioteca dando continuidade ao seu funcionamento, que apesar de funcionar, tinha outra configuração.

Inaugurada ainda na gestão do prefeito Roberto de Pádua Macieira (governo 1980-1983), a BMJS foi criada oficialmente somente em 1983, como um órgão municipal vinculado à Secretaria de Educação, através de uma solicitação que, na época, tramitava pela Câmara

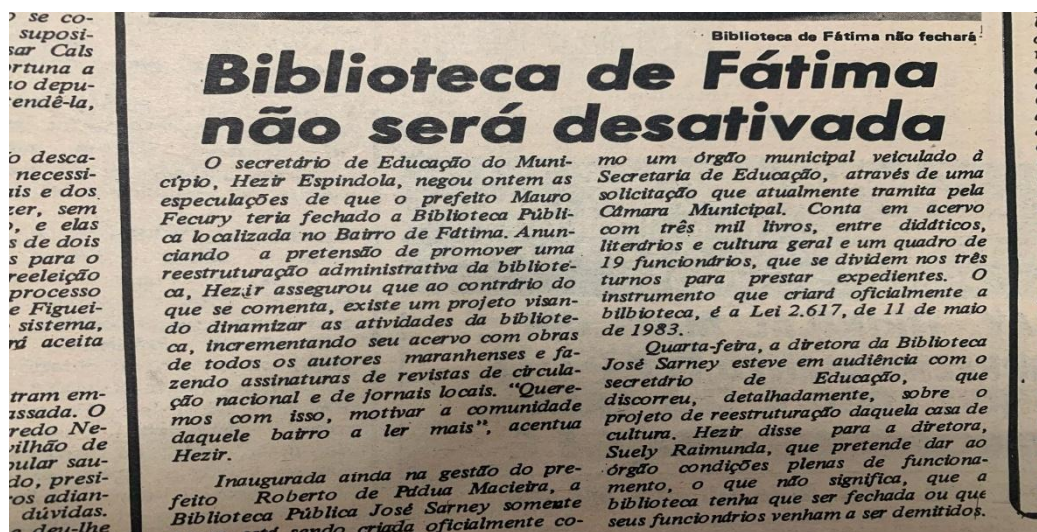
Municipal. O acervo, naquele determinado momento, possuía em torno de três mil livros, entre didáticos, conhecimentos gerais e literatura; e com um quadro composto por 19 funcionários, que trabalhavam na escala de três turnos diários na biblioteca (Secretario..., 1983, p. 2).

Em 11 de maio de 1983, o jornal O Imparcial noticiou que vereadores do PMDB e PDS, teceram duras críticas na sessão ocorrida no dia anterior (10 de maio de 1983) na Câmara Municipal, ao secretário de Educação e Ação Comunitária, Hezir Espíndola, responsável naquela época, pela biblioteca. O secretário de Educação e Ação Comunitária sofreu severas críticas, juntamente com o vereador Manoel Ribeiro, também presente no plenário.

Os vereadores explicitaram a posição e ocupação de um cargo de secretário, exclusivamente pelo *status*, quando na realidade o ocupante não parecia conhecer a realidade educacional da cidade – o que incluía a biblioteca –, assim como não saber nem quantos colégios tinham na cidade de São Luís, deixando, portanto, as escolas abandonadas (Secretario..., 1983, p. 3).

Diante de tal pressão e críticas, o secretário de Educação do município negou as especulações de que o então prefeito Mauro Fecury teria fechado a biblioteca pública localizada no Bairro de Fátima (Figura 1). Anunciou a intenção de reestruturá-la, expondo a ideia de um projeto que dinamizava as atividades da biblioteca, focando em seu acervo de obras maranhenses, assinaturas de periódicos etc. O objetivo do projeto, nas palavras do Hezir Espíndola era: “Queremos com isso, motivar a comunidade daquele bairro a ler mais” (Biblioteca..., 1983, p. 2).

Figura 1 – Reportagem sobre desativação da Biblioteca de Fátima



Fonte: Biblioteca... (1983)

A diretora da biblioteca, Suely Raimunda, participou da audiência com o secretário de Educação, discutindo os detalhes do projeto de reestruturação administrativa, garantindo o não fechamento da biblioteca e a não demissão dos seus funcionários, assim como a afirmação de melhorias para que a casa de cultura continuasse funcionando em condições apropriadas (Biblioteca..., 1983, p. 2).

Interessante pensar na pressão advinda das classes populares sobre a manutenção da biblioteca, uma vez que a representação de uma biblioteca como lugar de acesso ao conhecimento muitas vezes distancia o público desse espaço. O acesso ao conhecimento e aos bens culturais, como apontado por Bourdieu (2014), é um modo de apropriação de valores e significados, do “capital cultural”, como um caminho necessário para a emancipação, como escape das violências simbólicas mediante a imposição dos valores culturais dominantes impostos aos excluídos.

Em 1997, a biblioteca passou para a responsabilidade da Fundação Municipal de Cultura, Desporto e Turismo, ligada à Coordenadoria de Memória e Documentação do Município, que foi extinta ainda no mesmo ano, ficando, portanto, vinculada diretamente à presidência da Fundação Municipal de Cultura de São Luís (FUNC) (Biblioteca Municipal José Sarney, 2014).

Mais à frente, no ano de 1998, a governadora Roseana Sarney anunciou a ampliação dos projetos “Viva” para os municípios maranhenses. Os investimentos do projeto seriam regionalizados através da reforma administrativa do governo. A intenção foi modernizar e revitalizar a cultura dos bairros. Na data referida, foram contemplados os bairros: Vinhais, João Paulo, Madre Deus, Maracanã, Anjo da Guarda e Bairro de Fátima. Segundo a governadora idealizadora do projeto, “o objetivo do programa é para todos os lugares onde existam manifestações culturais” (Roseana..., 1998, p. 3).

Em dezembro de 1998, a Prefeitura e Governo do Estado estabeleceram um acordo, ocasionando a demolição da biblioteca para que uma praça advinda deste projeto estadual “Viva” fosse construída no local, Praça Viva Coxinho. A BMJS seria então reconstruída em um outro local (São Luís, 2023, p. 2).

Desta forma, a BMJS foi demolida pelo governo do Estado no ano de 1999, tendo a sua reinauguração apenas no ano de 2003, no endereço que permanece até os dias atuais, na rua do Correio, s/n., no Bairro de Fátima, próximo ao Ginásio Guioberto Alves (Biblioteca Municipal José Sarney, 2014). Apesar da nova estrutura, em relatos de populares da época, foi

notável a insatisfação da população com a mudança de local da biblioteca, como será visto mais adiante.

Diante de manifestação e pressão da comunidade do bairro, em junho de 2003 o prefeito Tadeu Palácio reinaugura a biblioteca, vinculada então à Fundação Municipal de Cultura. Em seu novo prédio a biblioteca abriga mais de três mil títulos, entre livros de literatura, didáticos e periódicos; incorpora em seus serviços um setor especial para atender crianças; e, um posto da *Internet para Todos*, projeto da prefeitura de São Luís. O presidente da FUNC, o arquiteto Adirson Veloso, relatou na reinauguração: “Pretendemos atualizar o acervo com uma campanha de doações e também adquirindo novos títulos” (Prefeitura..., 2003, p. 2). Reconhecendo a importância do equipamento cultural para a comunidade, foi noticiado ainda:

Em dezembro de 1998, o prédio onde funcionava a biblioteca deu lugar ao Viva Bairro de Fátima. A comunidade nunca concordou e agora conseguiu reaver. Depois de passar por um processo de higienização, o material recebeu a devida classificação bibliográfica para que se destinasse ao manuseio dos usuários (Prefeitura..., 2003, p. 2).

Ao destacar a discordância da comunidade com o deslocamento da biblioteca e com a demora da entrega do novo prédio, é notório a percepção da comunidade para com o equipamento de cultura. Difícil determinar se pela representatividade do livro e da leitura, ou pelo fato de a biblioteca ser um local onde o encontro de sujeitos diversos, sem exclusão, com objetivos educativos e sociais comuns. De qualquer forma, a BMJS já apresentava uma interação com a comunidade, difundindo a informação e a cultura, enriquecendo a sociabilidade e a inclusão.

No ano de 2020, diante da pandemia do Covid-19, a biblioteca precisou fechar as portas para o atendimento ao público, mas continuou a desenvolver projetos sociais para auxiliar a comunidade. Realizou projetos sociais de entrega de alimentos no bairro e promoção da leitura através das redes sociais.

Mantida pelo governo municipal, a biblioteca pública tem por objetivo preservar e difundir o conhecimento, e dentre todos os tipos de bibliotecas, esta é a que mais caracteriza-se como instituição social, principalmente por desenvolver ações que interferem diretamente na comunidade. Independentemente de onde está inserida, a biblioteca pública tem como finalidade ser democrática e estender os seus serviços a todos os seus usuários, de forma humanizada e igualitária.

Com o passar dos anos, em setembro de 2021 a BMJS apresentou necessidades extremas de uma intervenção, devido à falta de manutenção do local, ocasionando em estragos profundos em sua estrutura, oferecendo riscos aos usuários e ao acervo, dentre outros problemas. Assim, a biblioteca foi fechada para atendimento ao público, iniciando uma reforma executada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp) (São Luís, 2023, p. 2).

Esta reforma acarretou um investimento de R\$ 200 mil e teve por finalidade solucionar problemas de infiltração na estrutura do prédio e no telhado, conserto e substituição de portas e janelas, pintura nas áreas internas e externas da biblioteca, substituição das calhas, reparo no piso, recuperação de paredes com rachadura, levantamento completo dos muros, instalação elétrica, hidráulica, paisagismo e a implantação do sistema de climatização completo. Um dos destaques foi o recebimento de mobiliário totalmente novo para receber os usuários na parte interna da biblioteca (Miranda, 2023).

A reinauguração ocorreu no dia 11 de março de 2023, realizada pelo prefeito Eduardo Braide (Figura2). Contou com a participação da vice-prefeita Esmênia Miranda, secretários, vereadores, deputados, lideranças comunitárias, representantes de Academias de Letras, de alunos e professores do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, escritores maranhenses, servidores, comunidade e pessoas ligadas ao segmento livro, leitura, literatura (São Luís, 2023, p. 2).

Figura 2 – Fachada atual da Biblioteca Municipal José Sarney



Fonte: São Luís (2023)

Na presente data, a BMJS completava 20 anos, e clamava pela manutenção predial para que abrigasse com excelência os mais de 16 mil livros que compunham o seu acervo, assim como manter condições para receber os usuários que utilizavam os seus serviços. O prefeito ressaltou o compromisso em manter o equipamento cultural, enfatizando a importância dos livros e da leitura:

É uma alegria entregar esta obra tão especial, no Dia da Mulher Maranhense e aniversário da Escritora Maranhense Maria Firmina, e que tem um valor que vai além do valor do espaço físico e do seu acervo, mas acima de tudo, o valor das pessoas que são a alma da biblioteca municipal e responsável pelo seu funcionamento. Destaco também que não tem forma melhor de conhecer a cidade de São Luís e sua história do que lendo um livro e aqui uma série de atividades com os alunos da rede municipal irão acontecer (Miranda, 2023, p. 1).

Reitera-se a importância da valorização cultural e do reconhecimento da gestão da relevância da presença de equipamentos culturais em comunidades e cidades. É fundamental que gestores conheçam o seu público, os almejados e os potenciais, estabelecendo e traçando seus perfis, sua cultura e suas demandas de programação e utilização do espaço. “Todo este conjunto de informações contribui para a elaboração de estratégias de aproximação mais efetiva e afetiva entre públicos e o equipamento” (Kaurk; Rattes, 2018, p. 182).

Como Bourdieu (2011) expõe, apesar do acesso universal, capitais culturais como música, arte, educação, esporte etc., ou equipamentos culturais como museus e bibliotecas, produzem certas barreiras simbólicas que excluem determinados grupos sociais. O modo como esses equipamentos são utilizados é desigual, pois quem mais se sente próximo e pertencente a essas instituições são aqueles que detêm o poder do capital cultural, adquirindo mais sensação de pertencimento, devido à estrutura social (Alves, 2008).

Nos dias atuais, a BMJS está vinculada à Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), e permanece como um centro de informação e cultura, integrada à comunidade do Bairro de Fátima e desenvolvendo atividades que abrangem toda a cidade de São Luís. Por se tratar de uma biblioteca pública, tem como função básica democratizar o acesso à informação, disponibilizando para os seus usuários todo tipo de conhecimento, além de contribuir para a formação de leitores críticos.

Sendo a segunda maior biblioteca pública do Estado, em responsabilidade, tem como área de atuação todo o Município de São Luís, zona urbana e rural. Para tanto, oferece um ambiente propício para que crianças, jovens, adultos, idosos e todo tipo de usuários desenvolvam o hábito e o gosto pela leitura, bem como, potencializa as habilidades para lidar

com a informação, proporcionando assim, igualdade de acesso para todos, independente, de idade, raça, sexo, religião, posição social ou nacionalidade (Biblioteca Municipal José Sarney, 2014).

É fundamental que a biblioteca pública se constitua em um centro convergente das aspirações comunitárias, ou seja, deve representar as nuances de sua comunidade, gerando grande identificação e contribuindo para resolver os problemas que são próprios à mesma comunidade. “Por exemplo, se há na comunidade um número razoável de mulheres que costumam para sobreviver, a biblioteca pública deve divulgar obras sobre corte e costura, e contribuir assim para melhorar suas atividades” (Suaiden, 2008, p. 20).

Desta forma, contemplando sua função de biblioteca pública, a BMJS desenvolve uma programação de eventos bem diversificada, admitindo reconhecer a importância de compreender sobre a comunidade a qual está inserida. O estado do Maranhão, segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), possui uma população com 79% composta por população negra, mais de 5,4 milhões de pessoas; especificamente na cidade de São Luís, 761,1 mil pessoas são negras (Ramos, 2025).

Somado a isso, a biblioteca fica localizada no Bairro de Fátima, bairro próximo ao centro da cidade de São Luís, conhecido pelo número exacerbado de manifestações culturais, possuindo escolas de samba como Marambaia e Unidos de Fátima, bumba-meu-boi, blocos afros, blocos tradicionais, blocos de rua, quadrilhas, tambor de crioula etc., em termos quantitativos, é o bairro que mais possui brincadeiras ou manifestações culturais de São Luís.

Segundo o geógrafo e Secretário de Igualdade Racial do Maranhão, Gerson Pinheiro, o Bairro de Fátima é um dos dez bairros formados por um grande número de pessoas negras retiradas da Baixada Ocidental e do Vale do Itapecuru, sendo então uma comunidade majoritariamente composta de pessoas negras (Rocha, 2024). Com legado histórico rico para a cidade de São Luís, o Bairro de Fátima, no ano de 2023, representado pelas lideranças comunitárias, deu início ao processo de levantamento de dados e informações para que a comunidade tenha reconhecimento oficial pela Fundação Palmares como segundo quilombo urbano de São Luís, sendo o primeiro o Quilombo Liberdade (Maranhão, 2023).

De acordo com Batista (2023, p. 57), a BMJS, por ser de origem comunitária e estar inserida no segundo maior reduto cultural da cidade de São Luís, tem “[...] características populares que contribuem para a construção da cultura local e participação ativa da comunidade nas atividades desenvolvidas pela biblioteca, uma vez que esta, busca atender às necessidades informacionais da comunidade a qual está inserida”.

A BMJS desenvolve atividades e projetos sociais, sempre incentivando a leitura e potencializando a cultura da comunidade local. Estas atividades acontecem de acordo com um calendário de atividades e no decorrer de todo o ano, possui como principal objetivo proporcionar um espaço de promoção da educação, da cultura, de informação e de lazer, em torno do livro e da leitura de modo gratuito e universal (Biblioteca Municipal José Sarney, 2014).

Realiza atendimento ao público de forma direta, não sendo necessário aviso prévio e nem agendamento para utilizar os seus serviços. No entanto, quando se trata de visitas orientadas e/ou participação nos projetos sociais e de incentivo à leitura, o agendamento é necessário. Funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, com funcionamento, excepcionalmente aos sábados, caso haja alguma ação cultural realizada na biblioteca (São Luís, 2023).

O prédio atual da biblioteca é relativamente amplo, possui na área interna:

- a) **Recepção:** localizado na entrada do prédio da biblioteca, com servidor para recepcionar, fornecer informações e direcionar o usuário até o balcão de referência;
- b) **Setor de Referência:** balcão de atendimento às atividades de circulação da biblioteca como: empréstimos, devoluções, renovações, cadastros de usuários, pesquisas no sistema, levantamento bibliográfico etc.;
- c) **Salão de Leitura:** espaço com 6 mesas e 30 cadeiras para realização de pesquisas e estudos dos usuários. Utilizado também para a realização de eventos, ações culturais etc.;
- d) **Seção Infantil:** local adaptado para público infantil, com mobiliário adequado, livros infanto-juvenis, atividades lúdicas, brinquedoteca, materiais educativos etc.;
- e) **Acervo:** estantes com materiais informacionais organizadas e classificadas segundo o sistema de Classificação Decimal de Dewey (CDD), segmentado por seções específicas, e com obras de autores maranhenses em classificação específica para facilitar a recuperação da informação;
- f) **Sala da Diretoria:** escritório da bibliotecária coordenadora para assuntos administrativos da biblioteca e para realização do processamento técnico dos materiais informacionais;
- g) **Depósito:** espaço destinado à guarda de materiais que antecedem o processo de inserção no acervo. Recebimento e guarda de materiais de doação, separação, catalogação e reserva técnica;

- h) **Sala de Cursos e Oficinas:** sala utilizada para a realização de eventos que demandam maior concentração, como cursos de capacitação, oficinas etc.

A área externa do prédio da biblioteca possui um jardim na entrada, espaço com bancos e área descoberta arborizada; na parte de trás há um pátio, com acesso direto para a rua e para a biblioteca.

Atualmente a BMJS conta com 18 servidores, que atuam no funcionamento, na administração e no desenvolvimento de atividades operacionais da biblioteca. Segue Quadro 3:

Quadro 3 – Servidores da Biblioteca Municipal José Sarney

QTD.	SERVIDOR	SITUAÇÃO
02	Bibliotecária	Cargo comissionado
01	Bibliotecária/Coordenadora	Servidora efetiva
06	Apoio Técnico	Serviço prestado
03	Auxiliar operacional	Serviço prestado
06	Vigia	Serviço prestado

Fonte: Adaptado de São Luís (2024)

Como observado, a BMJS ao longo dos anos sofreu com a falta de manutenção e estrutura, mas sempre esteve focada em sua missão de biblioteca pública atuando de forma essencial na cidade de São Luís, proporcionando junto à sua equipe de colaboradores, a democratização do acesso à informação, principalmente através do seu acervo, serviços e produtos, que será apresentado na seção seguinte.

5.2 Acervo, serviços e produtos

Vinculada à Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Luís (SECULT), a Minuta da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Pública Municipal José Sarney tem como objetivos: identificar os elementos adequados à formação da coleção; determinar critérios para duplicação de títulos; estabelecer prioridades de aquisição de material; traçar diretrizes para o descarte de material; e, permitir o crescimento racional e equilibrado do acervo em todos os campos do conhecimento (Biblioteca Pública Municipal José Sarney, 2023).

A formação do acervo da Biblioteca Municipal José Sarney ocorre através de compra, doação e permuta, obedecendo as normas estabelecidas pela Instituição, levando em consideração alguns fatores como:

- ✓ Qualidade do conteúdo
- ✓ Acessibilidade da língua;

- ✓ Autoridade
- ✓ Custo justificável;
- ✓ Atualidade da obra;
- ✓ Demanda;
- ✓ Falhas nas coleções
- ✓ Pertinência do assunto;
- ✓ Obras raras ou especiais;
- ✓ Primeiras edições ou edições diferentes das existentes na biblioteca;
- ✓ Anotações ou dedicatórias de notáveis;
- ✓ Valor histórico para a Instituição/área;
- ✓ Estado físico de conservação;
- ✓ Texto em idioma acessível;
- ✓ Estado físico de conservação (Biblioteca Pública Municipal José Sarney, 2020, p. 3).

Apesar de contemplar as três modalidades de aquisição, a composição do acervo acontece quase exclusivamente de doações, realizadas por usuários, advindos por meio de programas do Governo Federal, Estadual, editoras, autores independentes, obras advindas dos Concursos Literários de São Luís etc. De acordo com a política da biblioteca, a doação de materiais bibliográficos será aceita pela biblioteca, desde que a equipe técnica as considere pertinente ao acervo e que estejam dentro dos critérios pré-estabelecidos pela biblioteca. Não serão incorporados livros danificados, infectados por fungos e insetos.

É importante ressaltar que o equipamento desenvolve uma política de atendimento constante ao público, principalmente o estudantil e comunitário, e segundo a São Luís (2025a) vem focando na melhoria do acervo e intensificando os serviços de registro, catalogação e classificação das obras.

O acervo da biblioteca é formado por diversos materiais informacionais, contando com mais 17 mil títulos, dentre eles: obras de referências, literárias, didáticas, livros infantojuvenis, livros adaptados em *braille*, materiais multimídias como dvd's com conteúdo didáticos, artísticos e contextos sociais, fitas de vídeo que se encontra em fase de digitalização, apostilas com materiais para vestibulares e para concursos, periódicos, brinquedos educativos, jogos pedagógicos, peças tridimensionais do corpo humano, mapas e painéis educativos (Coelho, 2013; São Luís, 2023).

Cabe destacar que o acervo literário é dividido em obras de conhecimentos gerais (acervo geral), literatura maranhense, literatura diversa (alemã, portuguesa, italiana etc.), materiais de referência etc. Possui ainda obras com temáticas étnico-raciais, literatura de cordel, poesia etc., como visto na Figura 3.

Figura 3 – Setor de Obras Étnico-raciais e Cordelteca



Fonte: Autoria própria (2025)

A BMJS participa ativamente da Feira do Livro de São Luís (FeliS) realizada anualmente, visto que é um evento coordenado pela coordenadora da BMJS. Este evento, o maior literário do Maranhão, foi criado pela Lei Municipal nº 4.449, em 11 de janeiro de 2005, e realizado pela Prefeitura de São Luís, por meio das secretarias municipais de Cultura (SECULT) e Educação (SEMED) (São Luís, 2025b). De todos os livros lançados durante o evento, pelo menos um exemplar é doado para a BMJS, auxiliando no crescimento do acervo e atualizando as obras com edições e temas atuais, de autores locais e nacionais.

O processamento técnico dos materiais informacionais (livros, periódicos, multimídias etc.) é realizado pela coordenação das bibliotecárias e com auxílio da equipe de apoio. O material recebido é advindo diretamente dos usuários ou da SECULT, selecionado de acordo com a relevância para o público, catalogado devidamente e, por fim, inserido no acervo da biblioteca, tornando-se disponível para pesquisa e empréstimo.

A BMJS desenvolve serviços diários de circulação desses materiais, por meio do software Biblioteca Fácil, que automatiza e gerencia os serviços da biblioteca. Realiza atendimento e cadastro de usuários, sendo necessários documentos básicos para a confecção da carteirinha dos usuários a partir dos 14 anos. Após cadastrado, o usuário pode realizar empréstimo de até 3 (três) livros do acervo, os quais ficam sob sua posse por 7 (sete) dias, podendo ser renovado por indistintas vezes, caso não tenha sido solicitado e reservado por outro usuário. A devolução ocorre em qualquer dia de funcionamento da biblioteca, possibilitando um novo empréstimo (Biblioteca Municipal José Sarney, 2020).

A biblioteca possui profissionais bibliotecárias capacitadas para realizar levantamento bibliográfico (se solicitado pelo usuário), visitas orientadas, orientação de trabalhos escolares e

acadêmicos, consultoria e orientação em pesquisas bibliográficas e bases de dados, em suporte físico e online. Oferece acesso gratuito à internet, disponibilizando wi-fi e computadores conectados à rede de internet.

O serviço de comunicação da BMJS ganha relevância pela eficácia e interatividade nas redes sociais. Durante a pandemia do ano de 2020, a biblioteca criou o perfil @bibliotecamunicipalslz no Instagram com o intuito de manter a divulgação de seus produtos e estabelecer conexão com os seus usuários. A exposição das atividades e ações culturais realizadas na biblioteca chama a atenção de novos usuários que por vezes não conhecem os serviços oferecidos pela BMJS, obtendo um alcance maior de usuários e utilizando essa ferramenta como espaço de divulgação e convite para o público em geral.

Com conteúdo diverso, o Instagram @bibliotecamunicipalslz criou quadros como: “Riqueza Literária”, que apresenta semanalmente um autor maranhense, expondo obras e temas atuais; “Segunda Curiosa” com vídeos de pequena duração, com fatos desconhecidos da cidade e do mundo literário; “Dicas de Leitura”, com informações sobre educação, literatura e cultura etc. (Batista, 2023).

No ano de 2024, segundo o Relatório de Atividades (São Luís, 2024), a biblioteca realizou no decorrer do ano uma média de 6.029 ações, dentre atividades de leitura com contação de histórias, saraus literários, bate-papo com escritores, palestras, ações socioculturais, oficinas, cursos, empréstimo domiciliar, visitas agendadas etc. E obteve um fluxo de visitantes e leitores que correspondem a 4.888 usuários, dentre eles com mais frequência, os alunos do ensino fundamental.

Além disso, a BMJS estabelece parcerias anuais, desenvolvendo serviços de extensão com escolas municipais, hospitais e comunidade local. Convida com frequência escolas para participar de atividades de contação de histórias, oficinas educativas e de lazer e palestras. Caso haja impossibilidade de locomoção, a biblioteca se desloca do seu espaço físico e realiza as atividades até o local estabelecido.

Em datas comemorativas realiza atividades de contação de histórias e teatrais em hospitais da cidade de São Luís, principalmente voltado para crianças. Na comunidade local, utiliza os diversos espaços, como praças, mercados e centros comunitários, para realizar atividades extensionistas da biblioteca, integrando a comunidade ao equipamento cultural. Oferece oficinas, palestras, rodas de conversas, cursos, exposições etc. em seu espaço físico para obter visibilidade e potencializar seus serviços, mas foca também em levar a biblioteca a

todos os espaços possíveis, a fim de cumprir a missão de democratizar o acesso à informação e a cultura.

Esses serviços de extensão desenvolvidos pela BMJS têm como objetivo primário “[...] a inclusão do público mais distante da biblioteca, disseminando a informação e participando do processo formativo de cidadãos mais críticos e conscientes de sua realidade” (Batista, 2023, p. 61). Desenvolve também ações culturais e educativas, que serão expostas na seção seguinte, devido às suas especificidades.

5.3 As ações culturais e educativas da Biblioteca Pública Municipal José Sarney e as tecituras da cultura

De acordo com Santos (2017), relacionada ao ideal iluminista, a ação cultural surgiu no século XX assumindo o encargo de uma educação popular, na qual a sociedade deveria se apropriar de ferramentas do pensamento crítico não apenas limitado ao conceitual intelectual.

Já no Brasil, a ação cultural nasce em meados da década de 1970, a partir da construção de centros de cultura, o que segundo Coelho (1989), intensifica a função dos centros enquanto facilitadores da ação cultural. Entretanto, são poucos os centros culturais que realmente façam parte do espaço de pertencimento das pessoas. Geralmente, essas instituições estão localizadas nos centros e ficam distantes das periferias (Santos, 2017, p. 6).

Para isso, conhecer a comunidade na qual a biblioteca está inserida, ouvindo suas nuances, particularidades, cultura, sociabilidades etc., é um fator fundamental para promover ações culturais e educativas úteis para a integração do equipamento com a comunidade. Reconhecer as necessidades informacionais dos usuários da biblioteca é pressuposto indispensável para o planejamento de todos os serviços realizados dentro ou fora da biblioteca (Coelho, 2013).

Como apontado por Suaiden (2008), o planejamento de bibliotecas públicas, e por sua vez de ações culturais, antes de qualquer coisa, deve realizar um estudo da comunidade para conhecer suas necessidades informacionais e sociais, este ato deve inclusive preceder a construção do prédio, do mobiliário, da aquisição do acervo e da contratação de pessoal. “Assim sendo, o primeiro passo é efetuar um amplo diagnóstico sobre as necessidades de informação da comunidade, baseado na situação política, social, cultural e educacional” (Suaiden, 2008, p. 12).

Revisitando Flusser (1983, p. 159), nota-se que a “ação cultural é uma síntese entre ciência e política, entre pesquisa e moral[...]”, ou seja, as práticas culturais são dotadas de intencionalidade social, com objetivo antropológico, etnográfico e social. A noção de cultura e de ação cultural, segundo Flusser (1983), é um instrumento de superação do poder do especialista, que cunha uma relação entre a biblioteca e a sua comunidade.

As ações culturais e educativas desenvolvidas em bibliotecas potencializam um diálogo com os indivíduos da comunidade, usuários reais e potenciais, assumindo um compromisso social, com troca de conhecimentos sociais, culturais e educativos que proporcionam um retorno positivo para ambos os sujeitos, os que participam e os que realizam a ação. Assim, a ação cultural “[...] pressupõe que os indivíduos saiam das atividades culturais com algum efeito positivo, isso significa que os usuários que participaram das atividades culturais tenham sido beneficiados com algum acréscimo em seu conhecimento” (Martins, 2008, p. 5).

Pode-se afirmar que as ações culturais em bibliotecas públicas representam práticas advindas de atividades que envolvem teatro, música, poesia, dança, gastronomia etc. Rompendo com o estereótipo da biblioteca como local estático, a realização de uma ação cultural dentro deste espaço deve preocupar-se em disseminar informação, cultura, sociabilidades e conhecimento a respeito de algo.

Assim sendo, as ações culturais em bibliotecas dizem respeito – no sentido aqui adotado – ao conjunto de práticas e atividades que a unidade desenvolve, aproximando seu público da cultura e fomentando neste, formas distintas de lazer e apreensão de conhecimento. As manifestações são variadas, indo do teatro à contação de história, exposição, sarau, jogos, dança, encontros literários, entre outras (Oliveira; Vieira; Lopes, 2015, p. 147).

Santos e Brandão (2021) chamam atenção para essa intencionalidade das ações culturais, compreendendo que estas ações devam ter um planejamento, estrutura e objetivo claros, o de instruir a comunidade sobre temas culturais e educativos relevantes, assim, os usuários são conduzidos a adquirir conhecimento de diversas áreas, de modo prático, conceitual e dinâmico. “Na execução de ações culturais pela biblioteca pública, portanto, é preciso haver planejamento, cuidadosa concepção e preparo de todas as atividades” (Oliveira; Vieira; Lopes, 2015, p.149).

A ação cultural é um complexo e rico terreno de atuação, onde apresenta-se ao bibliotecário diversas possibilidades de práticas a serem trabalhadas em bibliotecas, sejam elas escolares, especializadas, públicas, comunitárias e centros culturais, sendo determinante sua

relevância no objetivo de dinamizar esses espaços e de potencializar o processo de produção cultural dentro dessas instituições (Rasteli; Cavalcante, 2014).

É importante atentar ainda para o fato de que a pessoa bibliotecária, conhecendo a sua realidade estrutural, tenha capacidade de estender as ações culturais para além dos muros da biblioteca. As práticas culturais baseadas nas necessidades da comunidade e na representatividade cultural e social podem ser ferramentas educativas potentes que contribuem para a preservação da memória e da identidade.

A ação cultural pensada como elemento decolonial promove um fluxo mais diverso e representativo da multiplicidade de conhecimentos existentes, tornando a atuação da biblioteca pública contribuinte para o fim da marginalização de determinados saberes, que por anos segue sendo negligenciado dentro destes tipos de instituições. Ainda se percebe que:

A ação cultural não tem outra finalidade que não o próprio encontro. É no espaço-tempo do encontro que se dá todo o seu potencial como disparadora de fluxos no porvir. Esse potencial de criação do novo a partir do encontro possibilita à ação cultural se tornar um meio de navegar pela dinâmica cultural de uma comunidade, seus afetos e modos de ser e de se relacionar com o mundo, em composições de fluxos e linhas que interagem de forma complexa, envolvendo as relações em determinado território (Casal, 2020, p. 19)

Ou seja, como elucidado por Casal (2020), a ação cultural não tem outra finalidade que não o próprio encontro, do encontro projetado e compreendido por meio de uma coletividade e da produção das subjetividades através da dinâmica cultural.

Rudakoff *et al.* (2024) pontuam a importância das ações culturais como fator de transformação da realidade social, atuante na promoção de um pensamento crítico, capaz de estimular a construção de conhecimentos novos, estimulando o interesse e a participação dos usuários nas diferentes atividades desenvolvidas pela biblioteca, principalmente nas ações que fomentam questões sociais de inclusão e cidadania.

Nesse sentido, o bibliotecário é um processador da cultura, portanto é essencial que se comprometa ativamente nos projetos políticos e sociais da comunidade da qual está inserida, no sentido de gerar uma integração de forma que todos trabalhem em conjunto. Desta forma, ele propicia possibilidades das pessoas discutirem e exporem suas ideias como também proporcionam aos indivíduos condições para criar e ter autonomia para assim desenvolver novos conhecimentos (Cavalcanti; Araújo; Duarte, 2015, p. 26).

As ações culturais são serviços desenvolvidos pelas bibliotecas capazes de aproximar os seus usuários e comunidade em geral de modo mais interativo e diferenciado. Ao apresentar oportunidades de viabilizar o conhecimento sobre diferentes formas, o bibliotecário integra nas atividades os anseios e interesses da comunidade sobre as questões culturais e educativas.

“Sendo assim, pode-se evidenciar que o bibliotecário, como agente cultural, contribui no desenvolvimento de ações e práticas culturais que contribuem para o fortalecimento dos traços culturais e identitários do sujeito” (Rudakoff *et al.*, 2024, p. 6).

Como afirmado por Flusser (1983), a ação cultural deve ser uma prática libertadora, inventiva, capaz de formular técnicas e ideias que englobam uma reflexão crítica e com intencionalidade educativa e política.

A ação cultural é a injeção de um pensamento político em uma atividade profissional, ou em outros termos, que ela é a síntese da interação entre moral e conhecimento, entre polis e logos. Essa síntese, por comportar uma opção política, pode ser orientada – grosso modo – em duas direções, que não se excluem mutuamente, mas apenas caracterizam-se pela motivação de base em duas, sendo uma a motivação manipuladora e outra a que visaria promover a emergência cultural. A primeira seria normativa e segunda transformadora (Flusser, 1983, p. 155).

Esquivando-se de um estereótipo cultural, Santos (2015) atenta para a distinção necessária entre ação cultural e animação cultural. A ação cultural não está limitada apenas a mostrar os bens culturais; ela necessita da participação ativa das pessoas na produção dos bens culturais, facilitando a interação de indivíduos e grupos que se apropriam dos espaços, serviços e produtos da biblioteca. A ação cultural, nesse sentido, tenta criar oportunidades para que o usuário possa também elaborar sua produção. “Está claro que ação cultural não significa nem o espontaneísmo, o *laissez-faire*, e nem o dirigismo, que tem a pretensão de dar à coletividade a cultura que se imagina que ela necessite” (Santos, 2015, p. 71).

Assumindo uma das principais funções da biblioteca pública, a função cultural, apresentam-se agora as ações culturais e educativas desenvolvidas pela Biblioteca Pública Municipal José Sarney, nos anos de 2023 e 2024, e constam no calendário anual de ações culturais a serem desenvolvidas com frequência todos os anos. Se faz importante elucidar que as ações culturais expostas nesta seção, referem-se às atividades que têm por objetivo a promoção da cultura, do conhecimento e do acesso às informações de forma ampla e inclusiva.

As informações aqui apresentadas foram retiradas dos Relatórios da Biblioteca Municipal José Sarney dos anos de 2023 e 2024, bem como do perfil no Instagram @bibliotecamunicipaljosesarney, com ciência da coordenadora e da equipe técnica da biblioteca. São ações direcionadas para estimular o interesse pela leitura, proporcionando um diálogo com os usuários, promovendo conhecimento cultural e construindo um espaço de aprendizagem, troca e reflexão para a comunidade.

a) Projeto Férias na Biblioteca

Tem como objetivo oferecer momentos de lazer, entretenimento e incentivar a leitura literária, durante as férias escolares, como também, aproximar as crianças e adolescentes do ambiente da biblioteca. Durante mais ou menos 5 dias de atividades há contação de histórias, oficinas e brincadeiras literárias. Este evento acontece com crianças da comunidade por meio de inscrição.

Para seguir a programação planejada, é necessária uma rotina pré-estabelecida para elaboração de todo material e ações para o evento, como: ficha de inscrição, divulgação na comunidade, crachá, confecção de recursos pedagógicos, seleção das histórias para contação, jogos e brincadeiras, oficinas, aquisição do lanche servido no encerramento de cada dia, dentre outras.

Paralelo à programação do “Férias na Biblioteca”, ocorrem oficinas e/ou ações direcionadas às mães, pais e responsáveis pelas crianças que estão participando da programação diária do projeto Férias. Como exemplo, tem-se a Oficina de Artes Empreendedora, com a confecção de bonecas em 3D, ministrada pela servidora Goreth Pereira.

b) Projeto Bora Empreender com Comida

Espaço cedido para a realização do Curso Bora Empreender com Comida, que é uma capacitação de mulheres que trabalham no ramo alimentício, com o objetivo de incentivar a geração de renda no bairro. É um programa realizado pela Ambev em parceria com a Rede Mulher Empreendedora (RME). O Programa Empreender com Comida possui várias etapas, as inscrições são realizadas online, e o público, em sua maioria, são mulheres do Bairro de Fátima e adjacências.

c) Carnaval Literário

Este projeto tem como objetivo integrar crianças, em uma festa repleta de arte, cultura e literatura. A programação contempla roda de leitura, contação de histórias, oficinas de confecção de máscaras e de indumentárias carnavalescas, além do tradicional baile e desfile de fantasias ao som de marchinhas antigas, com a apresentação de grupos culturais e com a participação da Corte Momesca do carnaval da cidade de São Luís, que já tem presença garantida em todas as edições deste evento.

Geralmente possui como público-alvo crianças da comunidade e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, do CRAS Bairro de Fátima, e idosos. Nas diferentes etapas do evento é realizado um momento literário e de recreação.

d) Ação da Cidadania

A BMJS mantém parceria com a coordenação da Ação da Cidadania – Comitê

Maranhão, na aquisição de cestas de alimentos que são destinadas ao grupo de idosos do Projeto Sopa Evangelizadora da Igreja Bom Pastor – Parque Amazonas. A biblioteca contribui com as atividades da sopa há mais de 10 anos.

e) Projeto Biblioteca vai à Escola

Em comemoração ao Dia da Escola (15 de março) e em datas aleatórias, a equipe de contadores de histórias da BMJS realiza atividades de leitura em escolas municipais e/ou comunitárias. Convém ressaltar que, o projeto Biblioteca Vai à Escola, tem como objetivo contribuir com o processo de ensino aprendizagem, divulgar os serviços e produtos da biblioteca, além de levar até as escolas da rede municipal e comunitária, atividades de incentivo à leitura. Essas atividades ocorrem por meio de agendamento com as escolas.

f) Projeto Março Mês da Mulher

Neste período, evidencia-se o Projeto Março Mês da Mulher, que tem como foco principal comemorar o Dia Internacional da Mulher, por meio de uma programação diversificada visando a geração de renda e a valorização da mulher. A programação acontece durante todo o mês, com ações formativas e de entretenimento, como: oficinas, cursos, palestras, bate papo, roda de conversa, sarau literário e o tradicional Chá Literário para as mulheres.

g) Oficina de Páscoa

Com a proximidade da Páscoa, a BMJS promove uma Oficina de Produção de Ovos de Páscoa e Bombons Recheados, ministrada por confeitadeiras. Esta atividade faz parte do Projeto Março Mês da Mulher, a fim de ensinar as técnicas necessárias, auxiliando na geração de renda às mulheres participantes. Os materiais para a oficina são adquiridos por meio de doação, viabilizados pela equipe de servidores da biblioteca.

h) Projeto Abril, Mês do Livro Infantil

Mês dedicado ao Projeto "Abril, Mês do Livro Infantil", que tem como objetivo comemorar as quatro datas relevantes para o mundo literário e para o incentivo às práticas de leitura: dia 02 (Dia Internacional do Livro Infantil); dia 09 (Dia da Biblioteca); dia 18 (Dia Nacional do Livro Infantil), data de nascimento do pai da Literatura Infantil no Brasil: Monteiro Lobato; e dia 23 (Dia Mundial do Livro).

O referido projeto é realizado com estudantes das escolas do entorno e com escolas da zona rural que possuam ônibus para traslado, previamente agendadas, que durante a visita participam de um passeio pelas dependências da biblioteca, onde observam a exposição "Abril, Mês do Livro Infantil", e concentram-se para a hora do conto e de jogos pedagógicos e literários.

A programação conta ainda com a participação de contadores de histórias, com alunos do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, escritores e autores de literatura infantil e outros profissionais da literatura. Por vezes, pode ser realizada dentro das escolas.

i) Projeto Biblioterapia

Atividades de leitura em hospitais. Essa atividade tem como objetivo proporcionar momentos literários com contação de história e atividades lúdicas e pedagógicas em hospitais com público infantil. A programação geralmente ocorre em homenagem ao Dia Mundial do Brincar, mas pode ocorrer em datas aleatórias.

j) Aniversário da Biblioteca Municipal José Sarney

A Biblioteca Municipal José Sarney, dia 11 de maio comemora o seu aniversário realizando saraus, oficinas e palestras. Conta com a participação dos servidores, comunidade local, autores maranhenses e profissionais da área do livro e leitura.

k) Arraial da Leitura

O Projeto Arraial da Leitura tem como foco principal, possibilitar aos participantes um maior conhecimento sobre o folclore e a cultura maranhense, destacando os contos folclóricos e seus personagens, as danças e músicas típicas da época festiva. A programação conta com a participação de escolas da Rede Municipal do entorno da Biblioteca.

l) Café com Cordel

Em comemoração ao Dia do Poeta da Literatura de Cordel (1º de agosto), a BMJS realiza um sarau com a participação de vários nomes da Literatura de Cordel Maranhense. Além de fomentar a cultura cordelista, traz notoriedade para o acervo literário de cordel presente na biblioteca.

m) Julho das Pretas

O Julho das Pretas é um movimento que surgiu em 2013 na Bahia. Realizado no mês de julho, tem por foco celebrar a luta e as conquistas das mulheres negras de todo o Brasil. A biblioteca reúne mulheres negras para rodas de conversas sobre temas como racismo e empoderamento feminino; convida as mulheres empreendedoras, profissionais de diversas áreas e usuários(as) para troca de experiências pessoais e profissionais, proporcionando também momentos de lazer e descontração.

O evento é organizado nas seguintes etapas: solenidade de abertura; atividades de leitura com livros sobre a temática racial; roda de conversa com líderes e empreendedoras visionárias; exposição de negócios afro empreendedores; levantamento dos negócios liderados por mulheres negras para constar no mapa de Territórios Criativos e chá de encerramento.

n) Projeto Folclore

Em comemoração ao Dia do Folclore (dia 22 de agosto), a BMJS realiza atividades de leitura com estudantes de escolas da Rede Municipal e usuários. A programação geralmente é composta por contação de histórias sobre o folclore brasileiro, lendas, concurso de desenho, jogos criativos, entre outras atividades.

o) Clube de Leitura

O Clube de Leitura da Biblioteca possui encontros quinzenais na biblioteca. Os participantes são estudantes, usuários e servidores. O Clube de Leitura é uma forma divertida de aprender e descobrir novas leituras; ele permite treinar o senso crítico, a criatividade, melhorar a leitura, a escrita, pensar fora da caixa e sentir-se entre amigos.

p) Semana das Crianças

Evento realizado nas dependências da biblioteca com contação de histórias, dinâmicas, jogos educativos, doação de livros e atração cultural. Convida crianças do bairro, de escolas e centros comunitários. Também se caracteriza como serviço de extensão, se deslocando até hospitais, escolas e centros comunitários.

q) Oficina de Teatro

A oficina de teatro é ministrada pelo colaborador da BMJS, Bruno Oliveira, realizada num período de 3 semanas, e conta com a presença de adolescentes da comunidade, que já participam do Clube de Leitura da BMJS. Durante a oficina, são trabalhados jogos, dramaturgia, oralidade e teatro de máscaras.

r) Ação na Feira do Livro de São Luís (FeliS)

A Feira do Livro de São Luís (FeliS) é realizada pela Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Cultura (SECULT) e da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). A sua realização envolve uma série de atividades estratégicas e operacionais coordenadas pela gestora da Biblioteca Municipal José Sarney (BMJS). A biblioteca participa da Feira do Livro de São Luís desde a 1ª edição, em 2007, com espaço de atividades de leitura, com servidores realizando atividades para o público infantil que visitava o evento.

s) Novembro Mês da Consciência Negra

Durante todo o mês de novembro, a BMJS realiza a programação direcionada ao Dia da Consciência Negra (20), com a finalidade de promover a conscientização de questões ligadas ao combate ao racismo, além de valorizar a cultura afrodescendente, bem como seus valores, lutas e ensinamentos. Ocorrem saraus, palestras, rodas de conversas, todas as atividades são focadas nesta temática étnico-racial.

t) Expo BF Preta

Em parceria com o projeto BF Empreendedor, a BMJS promove a Expo BF Preta. A ideia do evento é construir saberes acerca das culturas negras, fomentando o afroempreendedorismo e o fortalecimento da comunidade. É parte do calendário de atividades do Mês da Consciência Negra, realizada na BMJS. É um movimento de conexão com a cultura preta e saberes ancestrais, visando a valorização do afroempreendedorismo na comunidade do Bairro de Fátima e adjacências.

Geralmente, a organização deste evento fica a cargo da BMJS e da professora Dolores Soares, mobilizadora social e responsável pelo Projeto “BF Empreendedor”. Na programação, há troca-troca literário, contação de histórias, oficinas, roda de conversa, cases de sucesso, bazar, feira criativa com empreendedores (as) do bairro, apresentações culturais e muito mais.

u) Sarau/ Sarau na Praça

Realizado em datas comemorativas, os saraus ocorrem ao longo do ano, focando em uma temática ou data comemorativa, podem ser de poesias, trovas, cordéis etc. Além de ocorrer dentro da BMJS, esta também leva para a comunidade, geralmente nas praças do bairro onde está localizada, promovendo recitais de poesias, contação de histórias, todas voltadas para a específica data comemorativa; proporciona lanche, café, brindes etc.

v) Mediação de Leitura/Oficina de Contação de História

A biblioteca realiza sem datas definidas, mas com certa frequência desenvolve mediações de leitura com grupos de crianças e adolescentes, com dinâmica musical, contação de história, atividade lúdica de fixação etc. Realiza oficina de contação de história com profissionais capacitados, geralmente com temáticas estabelecidas, como por exemplo: étnico-racial, cordel etc.

w) Rodas de Conversas/Bate-papo

As rodas de conversas, como demonstrada na Figura 4, são ações culturais de grande retorno para a comunidade e para a biblioteca. Ao estabelecer um tema e levar para dialogar com os atores sociais da comunidade ou profissionais habilitados no tema, os usuários estabelecem uma conexão entre eles e a biblioteca, tornando esta um local de acolhimento, segurança e representatividade.

Figura 4 – Contação de história na Biblioteca Municipal José Sarney



Fonte: São Luís (2024)

A BMJS reitera que enfrenta algumas dificuldades na realização de suas ações, visto que não dispõe de materiais de expediente suficientes para atender às necessidades básicas no ambiente de trabalho e para a realização das diversas ações culturais. Apesar do processo de requalificação que ocorreu em 2023, alguns antigos problemas já apareceram, a exemplo: infiltração nas paredes, goteiras, falta de manutenção do paisagismo, computadores e impressoras sucateadas, impossibilitando a realização dos trabalhos de rotina necessários ao bom andamento da biblioteca. Mesmo assim, a gestão busca meios para atender ao público de forma satisfatória (São Luís, 2024).

Pode-se notar que o envolvimento da comunidade e dos usuários é de fator fundamental para o planejamento e execução das ações culturais, onde, sem essas ferramentas, a biblioteca não realiza a atividade com objetivos reais e concretos de alcançar os usuários. A diversidade de eventos e ações culturais realizadas apresenta as inúmeras possibilidades pelas quais uma biblioteca pública pode se apropriar para envolver a comunidade em suas atividades, serviços e produtos.

Como bem apresentado por Silveira (2014), as bibliotecas públicas são pontos de interconexão e polos produtores de discurso identitário. A compreensão da ideia de enraizamento enriquece as práticas da comunidade sob uma socialização e diálogo para com o outro.

É, pois, este diálogo entre passado e futuro que faz com que a comunidade não perca suas raízes, ao mesmo tempo em que faculta estabilidade e sentido à vida e às ações das pessoas. Isto porque, o enraizamento pressupõe a participação ativa de um indivíduo entre outros agentes sociais em condições bastante específicas. Condições

que podem vir do seio familiar, da escola, do trabalho, da integração à vida religiosa, da cidade, da biblioteca (Silveira, 2014, p. 136).

Martins (2008) atenta para o aspecto de que as ações culturais na biblioteca contribuem de fato com a interação e o desenvolvimento crítico, possibilitando troca cultural na comunidade, mas para isso necessita de planejamento e conhecimento da comunidade, ou então se tornará somente mais uma animação do que uma ação cultural propriamente dita.

De acordo com a coordenadora da BMJS, a comunidade na qual a biblioteca está inserida é um elemento propulsor para o desenvolvimento de atividades e ações culturais que representam as necessidades informacionais, sociais e culturais dos usuários. Ao identificar as ações culturais e educativas da Biblioteca Municipal José Sarney com foco no fortalecimento da identidade negra e do patrimônio cultural afro-brasileiro na cidade de São Luís, como proposto em um dos objetivos específicos deste trabalho, foi percebido que ao conhecer a comunidade, a biblioteca realiza ações que alcançam não só usuários reais, mas também os usuários potenciais, fazendo com que a BMJS cresça enquanto unidade de informação, tornando-se um equipamento cultural significativo para a comunidade e para a cidade.

Na seção próxima, analisa-se como essa comunidade reconhece as atividades desenvolvidas pela BMJS enquanto uma biblioteca pública e centro cultural, assim como impacta e/ou fortalece sua construção cultural, social e identitária. Apresenta-se, também, a visão da equipe técnica responsável pelas atividades da biblioteca e sob como esta estabelece interferir na vida desses sujeitos.

6 UM OLHAR DECOLONIAL SOB A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSÉ SARNEY: perspectivas dos usuários e da equipe técnica

Neste capítulo são apresentadas as análises e os resultados da pesquisa realizada na Biblioteca Municipal José Sarney sobre os serviços, ações culturais e educativas desenvolvidas na biblioteca. Na busca de compreender como a biblioteca impacta os seus usuários na construção identitária e fortalecimento cultural por meio das evidências do patrimônio cultural afro-brasileiro presente em suas atividades, são expostas duas perspectivas: a perspectiva dos usuários, enquanto comunidade participante das atividades da biblioteca; e a perspectiva da equipe técnica enquanto gestora e promotora dos serviços e atividades.

Como já citado, advinda de uma biblioteca comunitária, a Biblioteca Municipal José Sarney assume o posto de uma biblioteca pública incumbida de atender uma demanda social, política, cultural e educativa, que impacta diretamente a cidade de São Luís. Ao investigar a BMJS analisando a perspectiva dos seus usuários e da equipe técnica que desenvolve os seus serviços, é possível caminhar rumo a um diálogo e a um olhar decolonial sob essa unidade de informação, principalmente pela relação que essa mantém com a sua comunidade, reconhecendo sua história, cultura e identidade.

Desta forma, analisa-se a Biblioteca Municipal José Sarney, sob a ótica dos usuários e da equipe técnica, a partir dos seguintes questionamentos: “Qual a importância da Biblioteca Municipal José Sarney para a cidade de São Luís?”, “Como os elementos da cultura negra e do patrimônio afro-brasileiro são inseridos nas ações culturais e educativas da biblioteca?”, “A Biblioteca Municipal José Sarney contribui no fortalecimento da cultura negra na cidade de São Luís?”. Portanto, busca-se analisar a perspectiva dos usuários e da equipe, analisando como esta biblioteca contribui e impacta a construção cultural e identitária destes.

O *corpus* empírico desta pesquisa foi composto por 31 (trinta e um) indivíduos, sendo:

- a) 06 (seis) profissionais que compõem a equipe técnica: bibliotecárias e técnicos administrativos;
- b) 25 (vinte e cinco) usuários(as) da biblioteca: usuários(as) cadastrados(as), não cadastrados(as), visitantes, participantes de eventos e ações culturais e colaboradores culturais da comunidade.

Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, com um roteiro de perguntas para a equipe técnica, com o objetivo de indagar sobre as ações culturais e educativas planejadas e realizadas pela biblioteca; e questionários com perguntas abertas e fechadas, para os usuários,

com o objetivo de avaliar os serviços da biblioteca e questionar sobre a relevância da biblioteca na sua construção cultural e identitária.

Tanto a realização das entrevistas, quanto dos questionários, zelou pelos princípios éticos da pesquisa, onde todos os participantes foram convidados de forma cordial para participar da pesquisa, com apresentação da pesquisadora e do seu objetivo de pesquisa. Ainda nesse aspecto, todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo todas as pessoas acima dos 18 (dezoito) anos, assegurando a não citação de seu nome pessoal no texto da pesquisa, bem como informadas sobre a gravação de áudio, no caso das entrevistas.

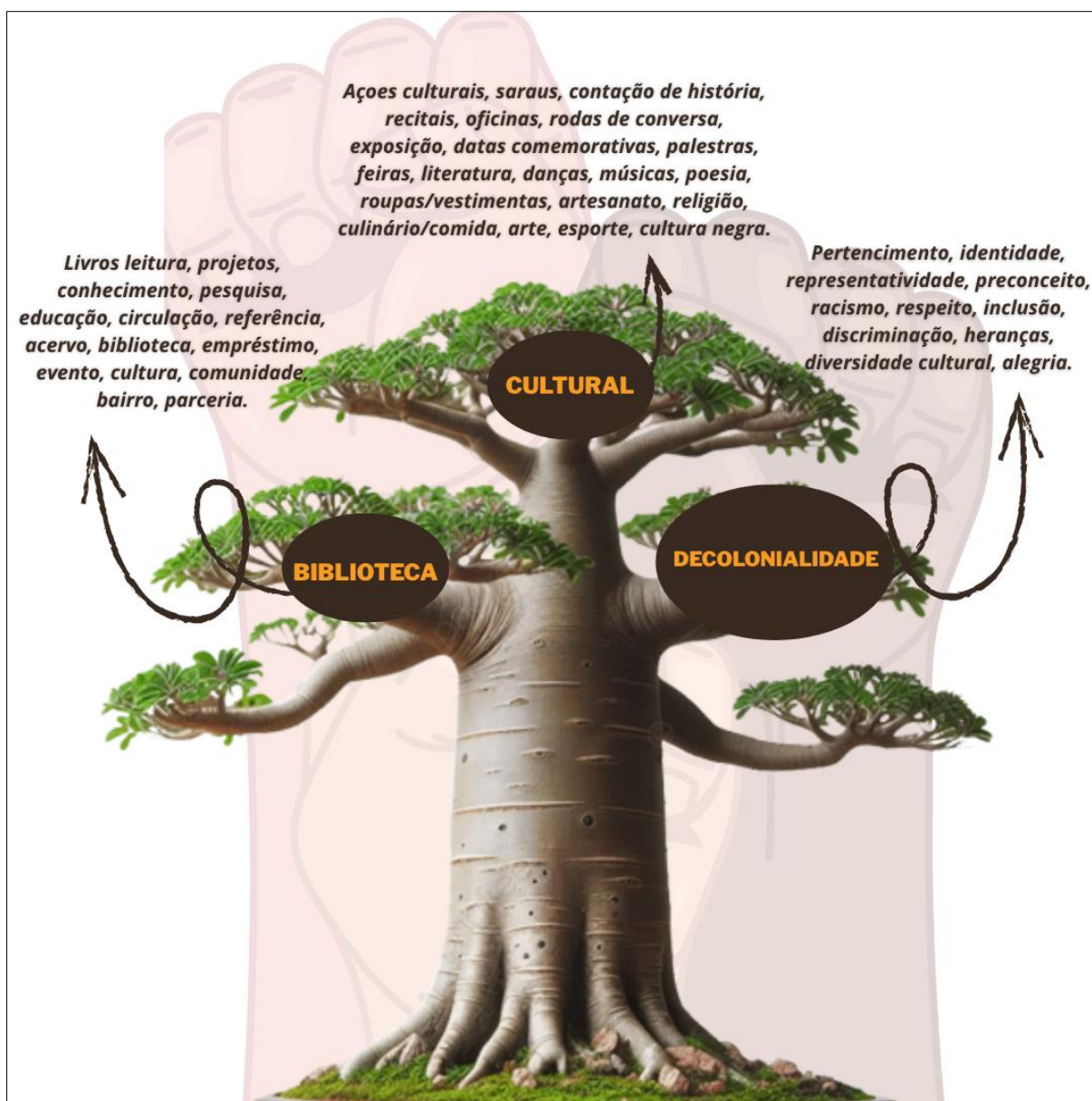
Na análise dos dados qualitativos, foi estabelecida uma categorização dos conteúdos a partir dos resultados analisados, junto ao diálogo com o referencial teórico que norteia o estudo e juntamente com os objetivos estabelecidos para a investigação. Ao analisar o material investigado, foram definidas categorias a partir da identificação e ocorrência das unidades de registros (códigos).

Com o objetivo de analisar a percepção dos usuários da BMJS e da equipe técnica de profissionais sobre a contribuição das ações culturais e educativas para o fortalecimento da identidade negra e do patrimônio cultural afro-brasileiro na cidade de São Luís, foram analisadas as respostas e construídas 3 (três) categorias, com os seguintes objetivos:

- I. Biblioteca:** analisar a dimensão prática da Biblioteca Municipal José Sarney enquanto biblioteca pública, avaliando a percepção da função, da missão, dos serviços e da importância da Biblioteca Municipal José Sarney na cidade de São Luís.
- II. Decolonialidade:** analisar a dimensão decolonial desenvolvida pela Biblioteca Municipal José Sarney e pelas bibliotecas públicas, refletindo acerca da importância da discussão decolonial em bibliotecas, reconhecendo a diversidade cultural dos usuários que a frequentam e a relevância da abordagem da temática étnico-racial na área biblioteconômica.
- III. Cultural:** analisar a dimensão cultural da Biblioteca Municipal José Sarney a partir da investigação das ações culturais e educativas desenvolvidas, bem como o impacto na construção cultural dos seus usuários, a partir da inserção dos elementos do patrimônio cultural afro-brasileiro e da cultura negra, sua construção histórica e sua relação com a construção identitária dos brasileiros.

A fim de relembrar tais categorias, apesar de já demonstrado no Quadro 2 deste trabalho, apresenta-se agora, de forma ilustrativa, uma árvore conceitual⁴, com as categorias e suas respectivas unidades de registro que serão expostas nas discussões das seções que seguem.

Figura 5 – Árvore de conceitos



Fonte: Autoria própria (2025)

⁴ Uma árvore de conceitos é uma técnica de estrutura de dados, utilizada para organizar informações, categorizando conceitos de forma hierárquica, semelhante a uma estrutura de uma árvore, com raízes, galhos e folhas; estabelecendo uma relação entre os conceitos e possibilitando uma melhor compreensão.

6.1 Perspectiva dos usuários

Analisar a perspectiva dos usuários da Biblioteca Municipal José Sarney é uma missão estimulante, visto a diversidade social e cultural que a biblioteca consegue contemplar em sua demanda diária. Inserida em uma cidade marcada por desigualdades sociais e influências culturais diversas, o público da BMJS reflete em sua demanda essa pluralidade. Para isso, se faz necessário a caracterização dos 25 usuários(as) que participaram da pesquisa, identificados pelo termo **Participantes**.

De acordo com as características denominadas dos grupos étnicos da população brasileira conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 40% dos participantes da pesquisa se declararam pardos, 36% pretos e 24% brancos, totalizando 76% de participantes negros na pesquisa desenvolvida. Essa maioria negra de participantes já pontua uma crescente presença desses grupos sociais em lugares como bibliotecas públicas, que por muitas vezes excluem esses sujeitos de instituições de informação e cultura.

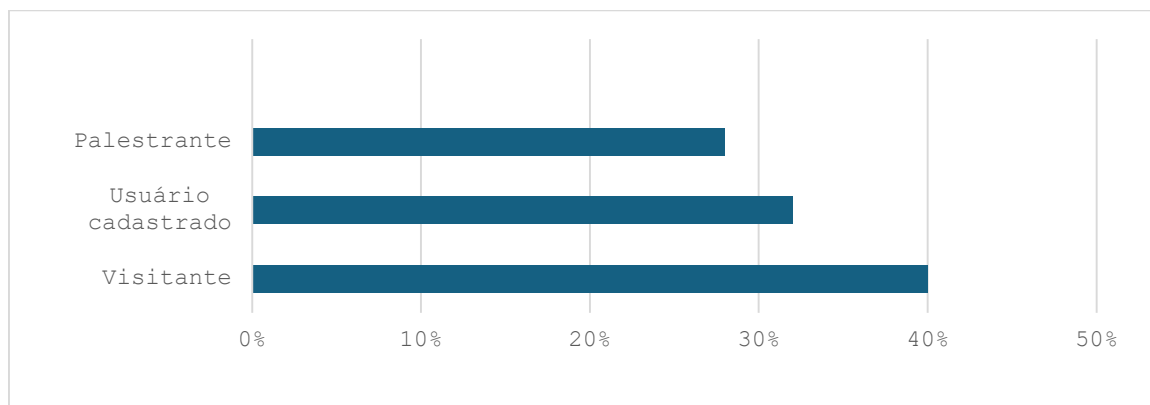
Uma variável que indica a presença massiva de usuários negros na biblioteca pesquisada, pode ser a localidade da BMJS, que como já foi dito, fica localizada em um bairro majoritariamente povoado por pessoas negras. Esses pontos analisados são fundamentais para abordar a temática da exclusão dos negros nestes lugares de informação e cultura, que por muito tempo propagou apenas culturas eurocêntricas e estadunidenses. Variáveis já levantadas por Cardoso (2015) apontavam que a marginalização do negro na biblioteca deve ser erradicada com a inclusão de narrativas orais afro-brasileiras, com ações culturais e com desenvolvimento de coleções que estabeleçam relações reais com a informação, a cultura e a sociedade.

Apenas a localização da BMJS não é o único fator responsável pela presença de pessoas negras na biblioteca. É preciso condições práticas capazes de viabilizar a participação plural e a presença de todos nas atividades da biblioteca. Enquanto biblioteca pública, pode-se afirmar, a partir da análise dos serviços e ações culturais, que a BMJS inclui e produz serviços capazes de resistir à cultura dominante e compor junto aos seus usuários, sua própria narrativa e história. Compreender essas relações étnico-raciais na Biblioteconomia (ou de qualquer outra área do conhecimento) é fator preponderante para se estabelecer uma biblioteca democrática e igualitária, já que todos os sujeitos envolvidos nessa relação, tanto profissionais quanto usuários, são atravessados pelas desigualdades sociais.

Aprofundando as questões relacionais dos usuários para com a biblioteca, buscou-se saber na segunda questão dos questionários sobre o vínculo dos usuários para com a BMJS,

obtendo o percentual de 40% de visitantes, 32% de usuários cadastrados e 28% de palestrantes, conforme o Gráfico 1:

Gráfico 1 – Vínculo com a Biblioteca Municipal José Sarney



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

É preciso pontuar que alguns questionários foram aplicados durante a realização de eventos e ações culturais, por isso a quantidade significativa de palestrantes e visitantes no decorrer da pesquisa. Ainda assim, esse dado revela uma característica marcante observada durante a pesquisa na BMJS, qual seja, a participação ativa da comunidade em eventos e ações culturais em detrimento dos serviços de circulação da biblioteca. Os visitantes de bairros próximos a biblioteca e visitantes de ações culturais não precisam de cadastro para participar das ações e eventos, por isso, por muitas vezes, frequentam a biblioteca com certa periodicidade, mas não possuem cadastro e nem utilizam o serviço de circulação da biblioteca.

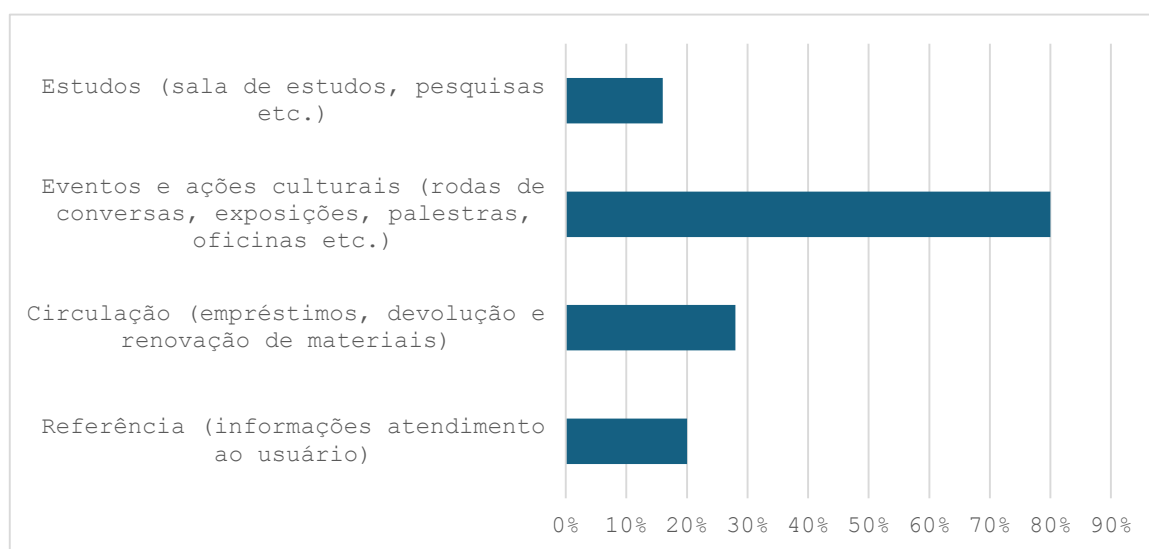
Não diferente, este estudo foi realizado devido à relevância destas ações culturais e educativas desenvolvidas pela BMJS e o reconhecimento que esta galgou na cidade de São Luís. Um dos fatores do baixo cadastramento de usuários, segundo a coordenadora da BMJS (em entrevista), pode ser o imaginário de o acervo ser direcionado apenas para crianças e estudantes até o ensino médio. No entanto, diante do crescimento do acervo, especialmente na área da literatura maranhense, busca-se disseminar a variedade de materiais informacionais capazes de atender às diferentes demandas dos usuários.

Ainda sobre o vínculo com a BMJS, a terceira questão do questionário indagou sobre quanto tempo os usuários investigados conhecem a biblioteca, obtendo os seguintes dados: 48% já conhecem há mais de 5 anos, 16% de 3 a 4 anos e 36% de 1 mês a 2 anos. Assim, para consistência do estudo, totaliza-se 64% de usuários que já estabelecem uma relação de mais de

mais de 3 anos com a BMJS, o que representa um tempo razoável de conhecimento dos serviços e ações culturais já desenvolvidos pela biblioteca. Ao analisar sobre a periodicidade que estes usuários frequentam a BMJS tem-se que: 44% raramente, 24% mensalmente, 16% semanalmente e 16% diariamente.

Sobre os serviços oferecidos pela BMJS, foi questionado quais serviços (podendo ser indicado mais de um serviço) são utilizados pelos sujeitos da pesquisa, dentre: estudos, eventos, circulação, referência e outros. Obteve-se que:

Gráfico 2 – Serviços utilizados na Biblioteca Municipal José Sarney



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Conforme o Gráfico 2, 80% dos usuários destacaram que os eventos e ações culturais são os serviços mais utilizados na biblioteca, enquanto os serviços de circulação, que contemplam empréstimos, devolução, renovação e reserva de materiais informacionais, atingiram 28% na escolha dos usuários. Observa-se que de acordo com as respostas dos participantes, que os serviços utilizados são variados, desde o uso de serviços básicos até a participação de eventos e ações culturais desenvolvidos pela biblioteca. O uso da biblioteca, desde serviços que contemplam a rotina diária dos usuários até a participação de eventos integradores sociais e culturais, ressaltam a importância de uma aproximação real das bibliotecas para com os seus usuários. Como explicitado por Costa (2020, p. 127) as bibliotecas públicas “utilizam de seus produtos, serviços, acervo, projetos e ações para a difusão da informação, mas, sobretudo para a apropriação do patrimônio, da cultura e dos elementos que compõem a história da sociedade onde estão inseridos”.

Nesse sentido, a BMJS deveria fazer uso da presença constante dos usuários durante os eventos e ações culturais para reforçar e sensibilizar a importância dos outros serviços e produtos menos utilizados na biblioteca. Por meio da divulgação do acervo rico, através de projetos sociais voltados para as escolas municipais, e com educação de usuários, a biblioteca tem condições de potencializar esses serviços e torná-los relevantes tal qual as ações culturais.

Agora analisa-se as respostas dos visitantes sobre a BMJS, a partir da metodologia de Bardin (2016), cunhada nas ocorrências da frequência de palavras e na categorização de dimensões a serem avaliadas.

I. Biblioteca

Esta categoria analisa a dimensão prática da Biblioteca Municipal José Sarney enquanto biblioteca pública, avaliando a percepção sobre a função, missão, serviços e importância da Biblioteca Municipal José Sarney na cidade de São Luís. Por meio das respostas da questão: “Qual a importância da Biblioteca Municipal José Sarney para o seu bairro e/ou para a cidade de São Luís?”, foram mineradas as unidades de registros que compuseram essa categoria (como visto no quadro a seguir).

Quadro 4 – Sistematização das unidades de registros da categoria Biblioteca (usuários)

Palavra (unidade de registro)	Contagem
conhecimento	7
leitura	7
cultura	4
bairro	3
comunidade	3
informação	3
pesquisa	2

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Ao avaliar as respostas dos participantes sobre a 7ª questão do questionário que indagava sobre a importância da Biblioteca Municipal José Sarney para o bairro e para a cidade de São Luís, foi notado a citação sobre o ideal da intenção primária da biblioteca, pautada em reconhecê-la como um local de conhecimento, detentora de saberes e informações, a partir de seus acervos, livros, documentos, suportes etc. Como explicitado nas falas dos questionados:

- Nos ajuda com **conhecimentos** gerais e trabalhos.
- A importância de promover o **conhecimento**, educação e cultura.
- É um centro de disseminação de cultura e **conhecimento**.
- É muito importante, pois o **conhecimento** engrandece quem o procura.

- Transformar vidas com **conhecimentos** do passado e ajuda as crianças e todos a estar sempre informados de tudo.
- O enriquecimento do **conhecimento**.
- É a fonte de transformação em prol de um mundo melhor, através de todo **acervo** existente e atividades desenvolvidas. (Dados da pesquisa, 2025, grifo nosso).

O reconhecimento da BMJS como este local de produção do conhecimento, capaz de propagar a história, de possuir suportes informacionais que resguardam a memória da cidade, é fundamental para se cunhar uma biblioteca atuante e com sua missão alinhada às missões propostas pela IFLA. Por se tratar de uma biblioteca pública, os usuários da BMJS a veem como um local que apresenta condições para que a população a utilize como um lugar onde se possa buscar aprendizagem ao longo da vida.

A BMJS caracteriza-se, portanto, como uma porta de acesso ao conhecimento. Nessa vertente, a biblioteca pública em sua função deve sustentar “sociedades saudáveis baseadas em conhecimento fornecendo acesso e permitindo geração e compartilhamento de conhecimento de todos os tipos, incluindo conhecimento científico e regional sem barreiras comerciais, tecnológicas ou legais” (IFLA, 2022).

Ao longo dos anos foi possível ver as transformações que a BMJS sofreu, tanto em relação a sua estrutura física, quanto em relação a sua tipicidade, que passou de comunitária para pública. No entanto, possuir o reconhecimento de que ela ainda se caracteriza uma instituição que representa um local de produção de conhecimento, de acesso ao saber, demonstra que a população ludovicense reconhece a sua importância na formação educativa e social destes.

Ao justificar que a BMJS “*é um espaço crucial para acesso à **informação** e formação crítico-social e cultural da cidade*” (Participante, 2025) este participante pontua a participação da biblioteca na formação integral dos indivíduos que a frequentam, uma vez que demonstra a influência da biblioteca no cunho educativo, social e cultural da população. Como dito por Ferreira (2021), o direito e acesso à informação é garantido por meio de ações de promoção do acesso à leitura e aos bens culturais, e isso engloba o acesso direto ao livro e à biblioteca; e a garantia desse acesso é que vai proporcionar uma formação crítica, fincada na clareza sobre a sua cidadania, seus direitos e suas responsabilidades na sociedade.

Acessar uma biblioteca, seja pública, escolar, universitária e/ou especializada é uma garantia de apresentar à um cidadão, uma ponte de acesso ao conhecimento e à informação. A possibilidade de acesso à um local que proporciona conhecer e pensar a realidade a partir de diferentes contextos, contribui na formação de sujeitos capazes de intervir na realidade e de

reconhecer a sua importância no mundo que o cerca. O primeiro contato com o livro e a aproximação da leitura é um dos pontos que tornam relevante a presença da biblioteca pública.

Sobre a importância da BMJS para o bairro e para a cidade de São Luís, foi obtido também falas relacionadas à **leitura** e à **pesquisa** que ganhou notoriedade nas premissas dos participantes da pesquisa:

- A biblioteca propicia **leitura**, conhecimento, aprendizagem e lazer.
- Tudo! Toda biblioteca é importante, o que falta mais é investimento. Toda biblioteca deve focar na **leitura**, **pesquisa**... sentir o livro. A biblioteca resgata o presente e o passado.
- A biblioteca permite acesso à **informação**, promoção da **leitura**, educação e aprendizado, espaço de convivência, inclusão social e cultural. Incentivo à **leitura** e cultura.
- Por causa da **leitura**, é importante!
- Suma importância, resgata a experiência presencial da **leitura** e conhecimento. A **leitura** é fundamental na vida do ser humano, e é o que a biblioteca oferece para o bairro.
- Acredito que tenha uma importância muito grande, representatividade cognitiva intelectual. Um local de **estudo** e **pesquisa**. (Dados da pesquisa, 2025, grifo nosso).

Ao organizar os acervos, os documentos e suportes, os bibliotecários conseguem criar ambientes propícios e adequados à leitura e à pesquisa. Assim, percebe-se que a BMJS cumpre a sua função social enquanto biblioteca pública ao promover o acesso à leitura, de modo que os próprios usuários reconhecem este ato. Como afirma Ferreira (2021, p. 595) “através da leitura dirigida e sistematizada pelos bibliotecários estes cumprem o importante papel de mediador da leitura, da informação e do conhecimento tanto nas bibliotecas públicas, escolares, universitárias, jurídicas [...]”.

Sobre o ato da leitura, Soares (2005) traz à tona a interação social de que esta necessita para acontecer. A leitura não é um ato solitário, ao contrário disso, a leitura é uma interação do leitor para com o mundo, baseado em sua estrutura social, sua relação com o outro e com o seu próprio eu. Usufruída na classe dominante como lazer e ampliação de horizontes, nas classes menos favorecidas, a leitura pode ser vista como um instrumento necessário à sobrevivência, ao acesso ao mercado de trabalho e à luta contra as desigualdades.

Assim, a leitura pode se apresentar como um elemento de conscientização social, que circula na sociedade dividida em classes antagônicas. E, ao citarem a leitura, a pesquisa e o estudo como elementos que tornam a BMJS importante para a cidade, os usuários mostram mais uma vez função educativa e social da biblioteca. A biblioteca pública deve estar preparada para auxiliar de modo eficiente nas demandas das escolas, na capacitação em competência

informacional, para tanto, deve promover o acesso e a disponibilidade à informação, traçando um objetivo eficiente nesses serviços e promovendo o acesso à leitura e ao livro.

A BMJS alcança visibilidade através de projetos que visam a disseminação da leitura em diferentes espaços. Inclusive, ao vincular-se diretamente com a Feira do Livro de São Luís, a biblioteca caminha em locais como: escola, centros culturais, casas de cultura etc., que coadunam objetivos em comum, e que potencializam atividades práticas como contação de história, por exemplo.

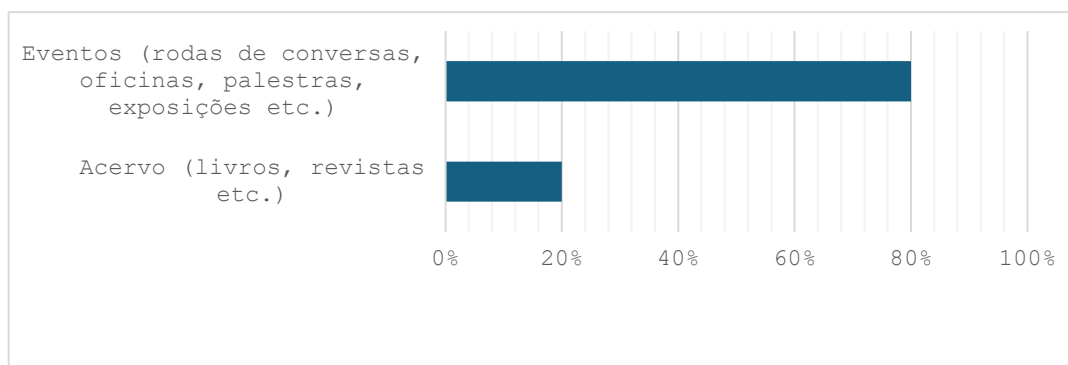
Silva e Zilberman (2005) ainda colocam a leitura como um meio de aproximação entre os indivíduos e a produção cultural, representando a possibilidade real de acesso ao conhecimento e o agravamento do poder de crítica por parte do público leitor. Nesta temática, alguns participantes também enfatizaram a importância cultural da BMJS para a comunidade e para a cidade.

- *É um centro de disseminação de **cultura** e conhecimento.*
- *Proporcionar conhecimento e integrar a sociedade através de **projetos culturais**.*
- *É de importância fundamental, já que promoveu tantos **eventos**.*
- *A biblioteca é importante para a cidade de São Luís, para promoção da **cultura** literária.* (Dados da pesquisa, 2025, grifo nosso).

A cultura aqui citada conflui com um dos serviços que devem ser desenvolvidos pela biblioteca pública perante a sua comunidade, introduzindo projetos culturais e atendendo ao seu objetivo de disseminar a cultura e a leitura aos seus usuários. A realização de projetos culturais e de leitura já faz parte do leque de atividades desenvolvidas pela BMJS, incentivando a leitura e a cultura local.

Dentro deste contexto, cabe ressaltar a relevância dos eventos e ações culturais da BMJS, ao serem indagados na questão 8 sobre os serviços mais utilizados pelos usuários pesquisados, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Serviços mais utilizados na Biblioteca Municipal José Sarney



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Conforme o Gráfico 3, obteve-se a porcentagem de 80% para eventos e 20% para acervo, apontando também que o uso da estrutura física não houve indicativos dos usuários na pesquisa. Como já mencionado, este dado pode ter sido enviesado pelo fato de a pesquisa ter sido realizada, em sua maioria, nos dias de eventos e ações culturais. No entanto, foi percebido durante os outros dias de investigação, que a circulação de usuários na BMJS é baseada mais nos empréstimos e devoluções de materiais informacionais, sem permanência duradoura no seu espaço físico para realização de pesquisa e leitura. Relatos de usuários e de funcionários mencionam que a localização da biblioteca possui entraves quanto o acesso ao transporte público e o risco de circular nas proximidades da biblioteca, por se mostrar um local deserto em determinados períodos do dia.

Apesar do indicativo negativo do uso da estrutura física, merece destaque a utilização e participação em eventos e ações culturais, onde a BMJS por meio de suas ações culturais e educativas trabalha com a coletividade dos grupos étnico-raciais e transformam a biblioteca em um espaço de mediação de informação e de conhecimentos considerados triviais para o fortalecimento de ideias, principalmente para a preservação da identidade cultural local. Através de coleções que relatam a história local e ao mesmo tempo desenvolvendo ações culturais com temáticas locais e regionais, a biblioteca interage com os seus usuários agregando valores históricos, sociais e culturais.

É necessária uma manutenção de parceria local para desenvolver atividades que aflorem a curiosidade da comunidade e que seja perceptível dentro do contexto o qual ela está inserida. “Uma função importante da biblioteca pública é proporcionar um ponto central para o desenvolvimento cultural e artístico da comunidade, bem como ajudar a formar e manter sua identidade cultural” (Koontz; Gubbin, 2012, p. 10).

A biblioteca como um centro de cultura deve se mostrar para os seus usuários como uma referência para a expressão cultural múltipla, aberta a comunidade, oferecendo uma visão dinâmica, ampliada e integrada. Como afirma Milanesi (2003), a atividade cultural em sua essência se mostra como uma prática que foge ao conhecido, ela perturba, instiga, incomoda.

Para Gomes (2014), a biblioteca pública ao encarar-se como um dispositivo cultural deve assegurar-se de comportamentos indispensáveis que potencializam a formação de protagonistas sociais e culturais, atitudes como: postura de acolhimento, atitude de projeção, implantação de políticas públicas, fomento de cooperação, favorecimento ao acesso à memória coletiva, estimular a dialogia e constituir-se enquanto uma estação cultural.

Para isso, é necessário a integração com a comunidade, com o bairro e com a cidade onde está inserida. “Interação, esta é a palavra que define os aspectos que auxiliam a biblioteca a desenvolver um relacionamento com a comunidade, de forma que tanto esta possa estar no ambiente da biblioteca pública, como possa também fazer parte desse espaço” (Bernardino, 2017, p. 111).

A BMJS fica localizada no Bairro de Fátima, comunidade caracterizada por ser um bairro repleto de expressões culturais, sendo considerado o segundo bairro com mais manifestações culturais na cidade de São Luís. Justamente por esse ponto, há falas de alguns participantes sobre a importância da BMJS vinculada a sua interação com o bairro e comunidade local.

- A biblioteca em nosso **bairro** é muito importante, pois faz parte da nossa **cultura**.
- Penso que, principalmente, a importância de termos espaços públicos de compartilhamento de conhecimento, **cultura** e ciência em territórios periféricos, de vulnerabilidade socioeconômica acentuada, como é o Bairro de Fátima e suas adjacências, uma vez que, a partir da Biblioteca, é possível garantir acessos e discussões ricas e transversais com toda a **comunidade**.
- A biblioteca desempenha um importante papel ao dispor de um acervo riquíssimo e de projetos que engajam os moradores do **bairro** e incentivam a **leitura**.
- Uma biblioteca que interage com a **comunidade** e valoriza nossa **cultura** maranhense em toda a sua diversidade. (Dados da pesquisa, 2025, grifo nosso).

A importância de se pensar no coletivo enquanto uma comunidade, coloca a BMJS em uma posição não só de detentora, mas de disseminadora e mediadora de informações capazes de transformar a sociedade ludovicense. Ao conhecer a comunidade a qual está inserida e utilizar deste conhecimento para atingir as necessidades informacionais dessa população, a BMJS consegue estabelecer uma relação de via dupla, onde potencializa as suas atividades e serviços, ao mesmo tempo que alcança diretamente os sujeitos da comunidade.

Os serviços desenvolvidos e oferecidos pela biblioteca pública, depende do vínculo entre as necessidades dos seus usuários, os objetivos e a política da própria biblioteca. Estes serviços só serão adequados quando refletirem e traduzirem as necessidades formuladas e determinadas pela comunidade, caso contrário, não serão úteis socialmente (Almeida Júnior, 2013).

“Construir comunidade exige uma consciência vigilante do trabalho que precisamos fazer continuamente para enfraquecer toda socialização que nos leva a ter um comportamento que perpetua a dominação” (Hooks, 2021, p. 78). Ou seja, ao se posicionar como propulsora de conhecimento, cultura e formação crítica dentro de uma comunidade, a BMJS se configura como ferramenta decolonial, que inclui, subverte e questiona as desigualdades sociais existentes na sociedade ludovicense.

Todas as bibliotecas públicas constroem a sua imagem organizacional pelo conjunto de produtos e serviços oferecem e pelo cumprimento de suas funções para com a comunidade, e principalmente pela forma como a comunidade recebe esses serviços (Bernardino; Suaiden, 2011). Desenvolver atividades sem antes conhecer os seus usuários e sua comunidade torna-se uma falha nas bibliotecas. Enquanto prestadora de serviços, a biblioteca pública precisa estar atenta e aberta a todos, assumindo a diversidade e a coletividade social.

A visão dos participantes da pesquisa demonstra a relevância de uma biblioteca pública dentro de uma comunidade marcada por forte participação social e cultural. Ao compreender que a importância da BMJS para a cidade e para o bairro está na forma como ela se relaciona com a comunidade, pode-se afirmar que a biblioteca se preocupa em estabelecer interações contínuas com seus usuários, gerando sentimento de pertencimento e valorizando tradições, histórias coletivas e práticas comuns.

A fim de conhecer como essa comunidade participante e como os usuários avaliam os serviços e atividades desenvolvidas pela biblioteca, foi questionado na 13ª questão do questionário: Como você avalia o desenvolvimento das atividades pela equipe da biblioteca? Como respostas verificou-se que: 56% consideram ótimo, 36% bom, 8% regular e 0% ruim; alcançando um índice de excelência de desempenho da dimensão prática da BMJS, principalmente no que diz respeito a interação e aceitação da comunidade com os seus serviços e atividades. De qualquer modo, melhorias ainda são necessárias no desenvolvimento de atividades da biblioteca, principalmente nas atividades que envolvem temáticas de diversidade cultural, no entanto, o reconhecimento positivo dos usuários quanto ao desenvolvimento de

atividades no geral já denota avanço no conceito tradicional perpetuado pelas bibliotecas públicas.

II. Decolonialidade

Esta categoria analisa a dimensão decolonial desenvolvida pela Biblioteca Municipal José Sarney, refletindo acerca da importância da discussão decolonial dentro de bibliotecas, reconhecendo a diversidade cultural dos usuários que a frequentam e a relevância da abordagem da temática étnico racial na área biblioteconômica. Fundamentado nas respostas sobre questões como: Como você se sente representado nos serviços e atividades da biblioteca que envolvem diversidade cultural? O acervo (livros, revistas etc.) possui nomes de autores(as) negros(as) conhecidos(as)? Caso sim, cite-os, e, você acredita que as atividades e serviços prestados pela Biblioteca Municipal José Sarney contribuem para o fortalecimento da cultura negra na cidade de São Luís - MA? Foram sistematizadas as seguintes unidades de registros:

Quadro 5 – Sistematização das unidades de registros da categoria Decolonialidade (usuários)

Palavra (unidade de registro)	Contagem
representatividade	8
inclusão	8
diversidade cultural	7
cultura	6
respeito	2

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

No intuito de analisar a perspectiva decolonial da BMJS, foi observado durante as visitas e durante a aplicação dos instrumentos de coleta de dados, atividades, serviços e ações culturais desenvolvidas pela biblioteca, que contemplasse temáticas étnico-raciais e que colocasse a cultura negra afro-brasileira em evidência. Conhecer a percepção dos usuários sobre como se sentem representados nessas atividades na biblioteca é uma variável fundamental para se explorar diante de uma discussão decolonial como a que se estabelece aqui. Ao serem questionados sobre a questão da representatividade nos serviços e atividades que envolvem diversidade cultural, os participantes pontuaram a questão da “representatividade”, do “pertencimento” e da “inclusão”.

- É uma forma de sentir a **representatividade** e **inclusão** (como mulher) em ter um espaço democrático.
- Com muita **representatividade** tendo em vista nossa cultura negra.
- É fundamental tal **representação** para a **inclusão** e valorização de todas as vozes da comunidade.

- *Por conta da convivência com o bairro e com as pessoas.*
- *É uma honra estar num local com tanto valor.*
- *Agora há mais **inclusão**, antes não havia. Agora possui acessibilidade arquitetônica que consegue atender a todos.*
- *Satisfeita e lisonjeada.*
- *Me sinto bem **acolhida**.*
- ***Acolhida e inserida.***
- *Me sinto muito privilegiada.*
- *Sinto-me **acolhida**, uma vez que a biblioteca nos oferece diversidade cultural necessária.*
- *Me sinto muito satisfeito e confortável em participar das atividades.* (Dados da pesquisa, 2025, grifo nosso).

Como já discutido no decorrer desta pesquisa, as pessoas colocadas em condição de subalternização foram mantidas excluídas do acesso ao conhecimento e à informação, sem qualquer representatividade nos lugares que promovem esta ação. A representatividade negra em instituições públicas faz parte de um projeto decolonial que busca explicitar o racismo estrutural enraizado no Brasil. Bento (2022) traz o capitalismo racial⁵ para a discussão como sendo um regime que funciona mediante uma lógica de exploração do trabalho assalariado, que se baseia nos marcadores de raça, etnia e gênero. Esse regime se mantém sob uma sociedade que se alimenta do lucro e do preconceito de raça vendido como liberalismo meritocrático.

A sociedade mantém estes grupos sociais apartados destes espaços ao mantê-los em um capitalismo racial que os impede de acessar estes lugares, por falta de tempo ou por falta de representatividade de sua história e modos de vida. A elitização de instituições sociais, inclusive é um dos entraves da democratização do acesso à informação, que barra de diferentes formas o acesso de determinados grupos sociais em locais como bibliotecas e universidades.

A experiência individual e coletiva que envolve reconhecimento, acolhimento e identificação para com algo, é um sentimento emocional que caracteriza a sensação de pertencimento e de fazer parte de um lugar, comunidade, grupo ou identidade; é um ato simbólico de construção de elo para com seus semelhantes. A representatividade e a sensação de pertencimento citadas pelos participantes demonstram a importância de a BMJS agregar valores reais às suas atividades, tendo em vista o impacto que ela causa na formação social e cultural destes usuários.

A identidade e a memória para Candau (2016) se imbricam para que os sujeitos possam se reconhecer enquanto membros de um determinado grupo social. Desse modo, a BMJS se

⁵ Essa expressão nasceu entre os sul-africanos que lutavam contra o regime do Apartheid na década de 1970. A expressão é amplamente usada hoje pelo Black Lives Matter a partir da perspectiva de Cedric Robinson, que em 1983 focalizou as formas como o racismo permeia a organização e o desenvolvimento do capitalismo (Bento, 2022, p. 41).

apresenta como um território onde as pessoas, ao usufruírem de seus serviços, encontram elementos favoráveis para construírem lembranças e, por sua vez, constituírem as suas identidades. Ao desenvolver atividades e serviços com temáticas étnico-raciais que marcam a individualidade e a coletividade dos usuários, a BMJS se posiciona como um lugar de memória, onde os acontecimentos vividos individual e coletivamente permanecerão como referência histórica.

A inclusão desses grupos sociais parte do entendimento de que as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela (Silva, 2014); incluir as diferentes demandas dos usuários é um ato de resistência ao universalismo abstrato que pressupõe apenas um modo de vida a ser estabelecido. A memória, a identidade, a inclusão e a representatividade mediada pela biblioteca pública, são também uma construção simbólica, que reforça os vínculos com comunidade e possibilita que um coletivo possa atribuir valores às suas experiências.

Outro ponto, citado durante as respostas dos usuários, também trata da representatividade, a partir da abordagem da própria diversidade cultural dentro da biblioteca, que demonstram a sensação de acolhimento com as questões culturais que são abordadas.

- *Sinto-me motivada a exaltar cada vez mais a nossa **diversidade**.*
 - *Acredito que a biblioteca explora a **diversidade cultural**, sobretudo porque o Bairro de Fátima tem a maior parte da população negra.*
 - *Me sinto **representada** com os elementos **culturais** da nossa **cultura**.*
 - *Um pouco triste, não há uma busca plena na **diversidade**, no plural.*
 - *Há bastante eventos **culturais** para a comunidade, principalmente par as crianças.*
- (Dados da pesquisa, 2025, grifo nosso).

A diversidade cultural é uma premissa que legitima a variedade de expressões culturais e que respeita a natureza humana em suas subjetividades. Mas, Silva (2014) aponta para o risco da aceitação da diversidade cultural apenas superficialmente e partindo de uma natureza comum; isto pode gerar um isolamento do problema central que seria o abandono do questionamento das relações de poder e dos processos de diferenciação responsáveis por produzir a identidade e a diferença. “Em geral, o resultado é a produção de novas dicotomias, como a do dominante tolerante e do dominado tolerado ou a da identidade hegemônica, mas benevolente e da identidade subalterna, mas ‘respeitada’” (Silva, 2014, p. 98).

A diversidade cultural na cidade de São Luís de fato possui interferências coloniais europeias devido a sua colonização, mas atualmente a cultura é fortemente influenciada por elementos indígenas e africanos; e essa variedade é marcada na língua, nas festas, na música, na culinária, na arquitetura e nas tradições populares da cidade. O Bairro de Fátima representa

uma comunidade com forte variedade de expressões culturais e artísticas de pessoas negras, trabalhar em cima dessa variedade cultural e desses marcadores sociais da diferença, possibilita que a BMJS, inclua e acolha a diversidade dos seus usuários de forma real e concreta.

Ao discutir essa diversidade cultural e social dentro de bibliotecas públicas, um elemento que merece ser abordado é o acervo. Mesmo diante de uma sociedade da informação pautada na tecnologia e na acessibilidade de busca em formatos remotos, o acervo de uma biblioteca pública ainda é um referencial no processo de busca de informações. A constituição de um acervo que contemple a diversidade e que acompanhe as transformações sociais, é uma estratégia decolonial essencial para a construção democrática da sociedade.

De acordo com Mendes e Cutrim (2024, p. 308), o acervo deve ser pensado como uma quebra ao pensamento colonialista, assim um acervo decolonial “[...] não deve ser visto como uma imposição de confronto com a supremacia colonialista que invisibilizou e silenciou tantos saberes, mas como um elemento decolonial, dentro de um espaço capaz de dialogar com os mais diferentes atores sociais”.

Sobre isto, foi indagado na 10ª questão: O acervo da BMJS (livros, revistas etc.) possui nomes de autores(as) negros(as) conhecidos(as)? Caso sim, diga quais você conhece e viu aqui na biblioteca. Dos 25 participantes da pesquisa, 12% responderam não possuir autores(as) negros(as) no acervo ou não lembrar das personalidades e 80% responderam que sim. Dos respondentes positivos, foram citados os seguintes autores: Machado de Assis, Maria Firmina dos Reis, Jessica Cantanhede, Zumbi dos Palmares, Bob Marley, Goreth Pereira, Luanda Martins, Camilla Reis, Carolina Maria de Jesus, Joana Bittencourt, Lindevânia Martins, Lenita Sá, Conceição Evaristo, Lázaro Ramos, Jefferson Tenório, Maura Souza Frazão.

A quantidade significativa de autores(as) negros(as) citados nas respostas dos usuários, demonstra que apesar de o acervo da BMJS ser formado exclusivamente por doações, ainda assim, consegue manter um acervo diverso, que contempla discussões e visões de mundo de grupos sociais minoritários. A citação de autoras maranhenses na pesquisa também representa que a política da biblioteca em ampliar o acervo com literatura maranhense e focar na cultura regional, surte efeito quando bem planejado, inclusive, talvez este diferencial pode ser um dos fatores dos usuários se sentirem representados na biblioteca.

Pensar em um acervo decolonial é reconhecer que a produção de conhecimento, assim como as práticas de organização e representação da informação podem contribuir para solucionar os problemas da sociedade brasileira nas áreas do conhecimento, da educação e da cultura.

A informação étnico-racial que interessa a africanos e afrodescendentes, com o propósito de gerar conhecimento oriundo da cultura afrocêntrica, deveria estar presente nos livros, projetos, monografias, dissertações e teses, etc. Hoje, se exige que as bibliotecas de todos os tipos, formatos, modalidades e características se adaptem às mudanças atuais, organizando, representando, disseminando e democratizando essa informação (Santana; Silva, 2018, p. 171).

A invisibilização da intelectualidade negra em detrimento da branquitude acadêmica, é uma forma de colonialidade do ser que perpetuou e perpetua até os dias atuais nas áreas do conhecimento. O não reconhecimento da intelectualidade, ou a estigmatização do negro dentro das áreas do conhecimento – acadêmico, literário etc. – é uma violência real que precisa ser interrompida com urgência.

Para Carvalho (2023, p. 24) falar de intelectualidade negra recai em um dilema ainda mais sensível, o de considerar intelectual ou relevante apenas aqueles com formação acadêmica, quando, no entanto, deve-se valorizar todas as “[...] pessoas capazes de criar consciência do papel da população negra tanto na economia e na sociedade quanto na política, e capazes também de indicar novos horizontes de esperança e transformação”.

Na Biblioteconomia, Garcês-da-Silva (2023) destacou o termo *princípio da ausência*, que estabelece a supremacia do pensamento racial branco nas produções científicas e na literatura; tornando ausente outras lentes teóricas de sujeitos marginalizados e recorrendo à injustiça epistêmica, segregando e ocultando conhecimentos advindos de grupos étnico-raciais historicamente excluídos.

A partir dos serviços e das atividades prestadas pela BMJS, ainda na dimensão da decolonialidade, foi questionado: Você acredita que as atividades e serviços prestados pela Biblioteca Pública Municipal José Sarney contribuem para o fortalecimento da cultura negra na cidade de São Luís - MA? Com o objetivo de aprofundar a percepção dos usuários sobre a cultura negra e o papel da BMJS nessa relação. Dos participantes questionados 100% responderam que sim, apresentando algumas considerações, como as seguintes:

- A gestora tem um compromisso com essa temática.
- O trabalho da biblioteca **fortalece a cultura**.
- Proporciona **visibilidade** dessa **cultura**.
- Sim, porque a comunidade do Bairro de Fátima é majoritariamente negra e essa participação negra e feminina está aumentando.
- **Valorização e inclusão**.
- Mostrando ao público a **cultura**.
- Tem contribuído para democratizar o acesso aos livros, divulgar a **cultura local**, **valorizar** as mulheres negras.

- Pois há desenvolvimento recorrente de atividade e eventos que **enaltecem** essa **cultura**.
- **Fortalece** o movimento.
- Dando espaço de fala aos autores negros locais e novos autores e leitores negros.
- É importante **fortalecer** oportunidades culturais para fortalecer a **cultura** e o povo negro (Dados da pesquisa, 2025, grifo nosso).

Os termos como “representatividade”, “valorização” e “inclusão” novamente surgiram na percepção sobre o papel da BMJS no fortalecimento da cultura negra na cidade de São Luís. Isso denota a busca pela manutenção da cultura desses grupos sociais que foram colonizados desde sempre e marcados pelo enredo da “civilização” de que suas cosmovisões carregadas de costumes e conhecimentos, eram primitivos e selvagens.

A cultura como um modo de se comportar no mundo e de interpretar o sistema simbólico a partir de um contexto dos significados, é entendida para Geertz (1989) como as manifestações humanas que são atravessadas pelos significados que damos às nossas ações. Para a compreensão de uma cultura, é preciso entender como os indivíduos se relacionam e quais os significados que eles atribuem às suas ações.

Nesse sentido, a cultura afro-brasileira é a representação do conceito de cultura citado por Geertz (1989), uma vez que esta foi constituída não sob uma estrutura maior que os indivíduos, mas a partir dos próprios indivíduos atribuindo significados para as suas ações. A cultura negra afro-brasileira é constituída de religião, dança, música, culinária, linguagem etc. que resistiram há violências ontológicas no Brasil e que permanecem, hoje, como práticas fundamentais de representação do povo brasileiro.

Levar elementos da cultura negra afro-brasileira para a BMJS é um ato de resistência política que incumbe não só a questão da representatividade negra, mas a descontinuidade da hegemonia de classes, cultura e conhecimentos na cidade de São Luís. As ações práticas e culturais, o acervo decolonial, e a colaboração da comunidade local, são um dos fatores determinantes que fazem os usuários acreditarem que a BMJS contribui para o da cultura negra na cidade de São Luís.

É importante relatar que, apesar de todas as respostas positivas sobre o fortalecimento da cultura negra mediado pela biblioteca, uma participante ressaltou que:

Parece mentira, mas não vejo o negro representado nas bibliotecas, há um vácuo muito grande. As pessoas negras não se veem representadas nas bibliotecas, pois a maioria são brancos, e pensam como brancos, agem como tal. Tem um discurso disfarçado de DEMOCRACIA RACIAL, MERITOCRACIA.... Reforçam estereótipos, e ainda não possuem letramento étnico racial. A história do povo negro ainda é totalmente desrespeitada, a visão cristã ainda impera, os elementos da cultura negra são demonizados. A questão racial, parece tabu. Quando se toca, vira um escândalo.

Se ouve a frase: ‘Eu não sou racista! Trato muito bem minha empregada, como se fosse algo grandioso e não obrigação...’ Principalmente no Bairro de Fátima, que a grande maioria é PRETA. Existe profissionais que mesmo sendo negros, não se veem negros, assumiram o discurso do BRANCO. (Dados da pesquisa, 2025).

O relato desta participante pontua a luta do negro em se manter em espaços que sempre lhe foram negados. Mesmo o Bairro de Fátima sendo uma comunidade de maioria negra, ainda assim, alguns usuários percebem a lacuna da sua participação e representatividade em instituições sociais que foram “pensadas” por brancos e mantidas para brancos. Este fato traz à tona questões que permeiam o racismo estrutural do Brasil, focando a exclusão e a ausência, até hoje, de pessoas negras em instituições de poder, mostrando a percepção real do sentimento destas pessoas e sobre como se sentem diante desta desigualdade e violência.

Apesar de a cultura e a história negra vir sendo desvelada em diversas áreas do conhecimento, como na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, por exemplo, a biblioteca pública precisa, junto ao profissional da informação, difundir os conhecimentos que retratem a realidade a partir de narrativas diferentes das que foram mantidas até agora e diminuir o vácuo entre os seus usuários e seus serviços (Cardoso, 2015).

III. Cultural

Esta dimensão analisa as ações culturais e educativas que a Biblioteca Municipal José Sarney desenvolve na cidade de São Luís, bem como o impacto dessas ações na construção cultural dos seus usuários, a partir da inserção dos elementos do patrimônio cultural afro-brasileiro, sua construção histórica e sua relação com a construção identitária dos usuários. Foram estabelecidas unidades de registros consubstanciados pelas questões: Você já participou de alguma atividade envolvendo a temática racial, afro-brasileira na biblioteca? Caso sim, o que mais lhe chamou atenção nessas atividades? Como você considera as atividades e serviços que abordam a diversidade cultural em bibliotecas? e; Identifique elementos que você identifica como mais marcante da cultura negra.

Quadro 6 – Sistematização das unidades de registros da categoria Cultural (usuários)

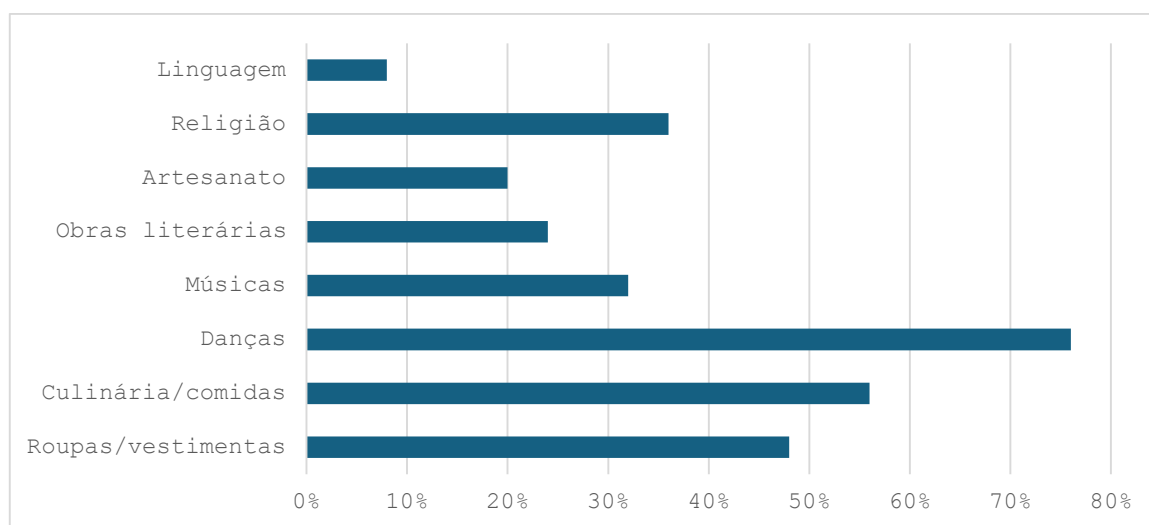
Palavra (unidade de registro)	Contagem
danças	19
culinária	14
vestimentas	12
religião	9
músicas	8
obras literárias	6
artesanato	5

linguagem	2
rodas de conversa	3
palestras	3
exposição	2
feiras	3
oficinas	2

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Compreendendo o patrimônio cultural afro-brasileiro como um conjunto de elementos e expressões culturais que constituem e identificam a cultura negra no Brasil, a pesquisa buscou investigar quais desses elementos são mais evidentes para os usuários da BMJS, com o intuito de avaliar se estes elementos se fazem presentes nas ações culturais e educativas desenvolvidas pela biblioteca. Foi possível constatar que elementos como a dança, a culinária e as vestimentas são características mais marcantes da cultura negra afro-brasileira para os participantes, como indica o gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Elementos mais marcantes da cultura negra para os usuários



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Embora o patrimônio cultural afro-brasileiro tenha se desenvolvido no Brasil, Lima (2012) apresenta uma definição que o remete ao contexto histórico onde foram elaboradas práticas e tradições culturais afro-brasileiras, constituídas de aspectos simbólicos que remetem, inevitavelmente, ao continente africano.

Abordar elementos do patrimônio cultural afro-brasileiro em bibliotecas torna-se então uma estratégia decolonial capaz de valorizar e resgatar as heranças culturais dos negros

Assim como o acervo consubstanciado com obras de personalidades negras é essencial para difundir a cultura negra maranhense e para incluir temáticas étnico-raciais na BMJS, as ações culturais realizadas também se configuram como estratégias práticas decoloniais de interação entre a BMJS e os seus usuários. Nessa perspectiva, foi questionado aos usuários: Você já participou de alguma atividade envolvendo a temática racial, afro-brasileira na biblioteca? Caso sim, o que mais lhe chamou atenção nessas atividades? Dos participantes respondentes, 24% não participaram e 76% afirmaram que sim.

Dentre as atividades foram citadas: Expo BF Preta, Mês de Novembro da Consciência Negra, Mobiliza Slz, Roda de Conversa Julho das Pretas, Palestra Biblioteca Antirracista, Oficina de História Pretas, Palestra sobre Biblioteca Antirracista, Exposições de mulheres negras maranhenses, Oficina de Contação de Histórias Pretas, Roda de Leitura do Geppem/UFMA etc.

Importante destacar que as ações culturais mais citadas pelos usuários foram a Expo BF Preta e Roda de Conversa Julho das Pretas, ações culturais que colocam a mulher negra em evidência. A Expo BF Preta é uma ação cultural que envolve toda a comunidade, com palestras sobre letramento racial e feira focada no afro empreendedorismo de mulheres negras periféricas, com oportunidade de expor seus empreendimentos e trocar informações sobre o mundo dos negócios a partir de uma visão afrocentrada. O patrimônio cultural afro-brasileiro se faz presente nesta ação cultural, com exposição e vendas de produtos da cultura negra, como: roupas, comidas, acessórios etc.

Figura 7 – Expo BF Preta



Fonte: São Luís (2023)

Já a Roda de Conversa Julho das Pretas reúne mulheres negras com histórias de vida de superação e alcance de sucesso, compartilhando suas vivências e perspectivas para o futuro. A identificação da vivência de mulheres negra sob uma mesma perspectiva, aproxima os usuários com a biblioteca, se sentindo acolhidos e vendo a BMJS como um centro social e cultural capaz de instigar sentimentos de pertencimento e valorização.

Figura 8 – Roda de Conversa Julho das Pretas



Fonte: Autoria Própria (2025)

Mesmo não sendo o objetivo deste estudo, a frequência com que a Expo BF Preta e a Roda de Conversa Julho das Pretas foram citadas pelos participantes da pesquisa, demonstraram um número maior de mulheres do que de homens envolvidas em ações culturais e frequentando com mais assiduidade a biblioteca.

Este dado (somente sugestionado por esta pesquisa) vai de encontro com o pensamento de Akotirene (2019, p. 36) quando afirma que, “[...] as mulheres negras sucumbem aos ativismos comunitários voltados menos para si, enovelados pelo padrão moderno no qual suas identidades são revertidas às de mães solteiras, chefas de família desestruturadas, ‘mulheres da paz’ efetivas no resgate de jovens criminosos”. Seria necessário um estudo mais aprofundado para afirmar a possível mudança dessa estatística (pelo menos na BMJS), mas ainda assim, já é possível a partir deste estudo, levantar uma variável interessante sobre este dado.

Continuando o objetivo da questão analisada, foi questionado sobre o que mais chamou atenção dos usuários durante as ações culturais que participaram na BMJS, foi relatado por alguns usuários que:

- *A força da representatividade.*
- *As criatividades dos turbantes e acessórios culturais.*
- *As experiências compartilhadas pelos palestrantes.*
- *A preocupação e atenção da equipe que, de certa forma, tem a Biblioteca, em chamar a comunidade para participar ativamente, seja prestigiando, ou discutindo* (Dados da pesquisa, 2025).

Oliveira, Vieira e Lopes (2014) chamam atenção exatamente sobre isso nas ações culturais, onde a biblioteca pode adotar um conjunto de práticas e atividades que aproximam verdadeiramente seu público da cultura e fomenta a partir disto, meios que integram o lazer e a apreensão de conhecimento. Se sentir representado, conhecer outras culturas e promover manifestações culturais é um dos objetivos alcançados pela BMJS ao realizar ações culturais, sejam elas: rodas de conversa, palestras, feiras, exposições, oficinas de danças, etc.

Analisando ainda as ações culturais desenvolvidas pela BMJS foi indagado na 13ª questão sobre como os usuários avaliam o desenvolvimento das atividades que abordam a diversidade cultural realizadas pela equipe da BMJS, obtendo um percentual de 58,3% ótimo, 29,2% bom e 12,5% regular. Indicativo importante para ressaltar que a BMJS consegue atingir os seus usuários positivamente quanto aos seus serviços prestados no que diz respeito a atividades voltadas para temas étnico-raciais.

Sobre esta dimensão cultural vê-se que os usuários se envolvem nas atividades e ações culturais desempenhadas pela BMJS, interagindo e reconhecendo que os traços da cultura negra, muitas vezes por meio do patrimônio cultural afro-brasileiro, estão presentes na biblioteca. Desta forma, a prática de ações culturais na BMJS denota que a ação cultural é um propulsor de difusão de conhecimentos, que assim como a leitura pode apreender a realidade do usuário e cumprir sua função social e cultural.

6.2 Perspectiva da equipe técnica

Para melhor identificação da equipe técnica que compõe a BMJS, será adotado nesta pesquisa os termos: **Bibliotecária 1**, **Bibliotecária 2**, **Bibliotecária 3**, **Administrativa 4**, **Administrativa 5** e **Administrativo 6**. Com o objetivo de conhecer o perfil dos participantes

dessa etapa da pesquisa, as entrevistas iniciaram com questões sobre o tempo de atuação na BMJS e suas formações profissionais.

A Bibliotecária 1 é formada em Biblioteconomia e está atuando na unidade de informação há mais de 15 anos, atualmente é responsável pelo maior evento literário da cidade de São Luís, a Feira do Livro de São Luís; a Bibliotecária 2 é formada em Biblioteconomia e Pedagogia e atua na biblioteca há 9 anos; a Bibliotecária 3 é formada em Biblioteconomia e atua na biblioteca há 7 anos. A Administrativa 4 atua como auxiliar administrativa, é formada em Comunicação Social, presente na BMJS há mais de 10 anos; Administrativa 5 é auxiliar administrativa, formada em Letras, atuando há 7 anos na biblioteca, e; Administrativo 6 atua como auxiliar administrativo, desempenhando a função de auxiliar atividades recreativas relacionadas as artes, teatro, danças e músicas, formado em Teatro, atuante na biblioteca há 14 anos.

Nota-se uma temporalidade consistente da equipe técnica, com profissionais que já atuam há mais de 7 anos na biblioteca, conhecendo os obstáculos e as oportunidades que se apresentam ao longo do desenvolvimento das atividades. A multidisciplinariedade da equipe é outro fator notável que merece destaque, ao possuir profissionais não só da Biblioteconomia, mas da área de Comunicação Social, Letras, Teatro e Pedagogia, a BMJS consegue englobar e conversar com diferentes áreas do conhecimento, interagindo e complementando ações que se focam no objetivo de cumprir a sua função enquanto biblioteca pública.

Mais do que isso, a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade da equipe da biblioteca, favorece uma conexão de diferentes áreas capaz de enriquecer a mediação da informação dentro deste espaço que se torna colaborativo. Ao propor atividades, serviços e ações culturais, a equipe contempla um objetivo em comum, mas a partir de diferentes perspectivas profissionais.

I. Biblioteca

Como já explicitado, esta dimensão busca saber a percepção da função, missão e importância da Biblioteca Municipal José Sarney na cidade de São Luís para a equipe técnica e se baseia na questão: Para você, qual o papel da BMJS na cidade de São Luís – MA? Dando continuidade às unidades de registros desta categoria, tem-se:

Quadro 7 – Sistematização das unidades de registros da categoria Biblioteca (equipe técnica)

Palavra (unidade de registro)	Contagem
comunidade	11

biblioteca	7
leitura	6
bairro	4
pesquisa	4
projetos	3
parceria	2
acervo	2
livros	2
conhecimento	2

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

As bibliotecas públicas precisam acompanhar as mudanças da sociedade e se adaptarem às novas demandas informacionais. Como local de interação, troca de saberes, conhecimentos e culturas, é interessante questionar sobre a importância da BMJS para a comunidade e para a cidade de São Luís, para compreender o nível de relevância desta biblioteca a partir da visão dos profissionais que nela trabalham.

Confluindo com a mesma percepção dos usuários, a visão da equipe técnica também compreende o impacto que a BMJS causa na comunidade, principalmente pela forma como a comunidade enxerga a sua participação na formação social destes. A compreensão de um apoio mútuo entre a comunidade e a biblioteca, estabelece uma relação de reciprocidade e acolhimento entre as partes. Termos como “parceria”, “comunidade” e “biblioteca” aparecem sempre citados e intrinsecamente relacionados nas falas dos entrevistados da equipe técnica.

O conhecimento de que a função da biblioteca deve perpassar por este caminho de entendimento da biblioteca enquanto instituição social, voltado para a comunidade, estabelecendo uma relação de parceria, fica bem evidenciado nas respostas durante as entrevistas realizadas com os profissionais da equipe técnica. Isto se mostra primordial uma vez que a participação da comunidade na gestão da biblioteca precisa ser efetivamente implantada, ou então a biblioteca perde a sua função social ao isolar a comunidade a que deve atender (Almeida Júnior, 2013).

No entanto, é válido destacar na percepção dos entrevistados, a relevância da biblioteca muito mais para o bairro onde está inserida, do que para o alcance na cidade de São Luís como um todo. A notar:

- Tem mais impacto na **comunidade** que está inserida do que na cidade de São Luís. [...] Mas a gente tá se fazendo ser visível agora através das **parcerias** que a gente tem dentro do **bairro** pra **biblioteca** continuar, digamos assim, existindo dentro do **bairro** (Bibliotecária 3, 2025, grifo nosso).
- Assim, hoje eu já consigo acompanhar e entender a importância, até porque é o

*objetivo da **biblioteca** pública, e aqui embora a gente seja uma **biblioteca** pública municipal, mas a gente desenvolve esse papel de **biblioteca comunitária**, inclusive a gente tem planos de abrir mais ainda pra **comunidade**, mas do que a gente já faz, mas oferecer a **biblioteca** como um espaço que a **comunidade** possa utilizar de várias formas (Bibliotecária 2, 2025, grifo nosso).*

*- Eu não sei se realmente a gente tá cumprindo essa missão, a gente tem se esforçado para ser um ponto de apoio na **comunidade**, pra ser um órgão que se torne necessário. A gente tem feito o esforço pra ser isso né?! E a gente acredita que essa é a missão de uma **biblioteca** pública (Bibliotecária 1, 2025).*

*- Na realidade, a **biblioteca** tem o papel importantíssimo, principalmente para a **comunidade** [...]. (Administrativa 5, 2025, grifo nosso).*

Ao destacar que a BMJS tem mais impacto na comunidade, ou seja, no bairro onde está inserida, as entrevistadas explicitam a falta de apoio governamental capaz de promover políticas públicas eficientes que alcancem toda a população da cidade de São Luís. Ferreira (2021) deixa claro que esta falta de investimento do governo municipal em políticas de cultura relacionadas ao livro, leitura, bibliotecas, arquivos e museus, acontecem desde as décadas de 1980, aonde a prioridade volta-se apenas para privilegiar recursos direcionados para os grandes eventos, como festas juninas e o Carnaval.

No contexto da cultura e educação não seria diferente, o que deveria ser exceção virou regra para o funcionamento das instituições públicas brasileiras. Podemos constatar esse fenômeno tomando como referência o quadro de bibliotecários nas instituições maranhenses que estabelecem contratos de serviços terceirizados. As Secretarias de Educação e Cultura precisam de uma política mais efetiva de valorização do profissional das bibliotecas da esfera estadual [...] (Silva, 2024, p. 358, grifo nosso).

A biblioteca pública tem como um dos objetivos precípuos preservar e difundir conhecimentos referentes à educação e à cultura local, e enquanto instituição mantida pelo governo, deve ampliar o seu campo de ação, reconhecer a diversificação de todos os seus usuários e possuir profissionais suficientes para tal (Suaiden, 1995). A integração com a comunidade é fundamental, de fato, mas a ampliação destes serviços para toda a cidade, é um elemento que deve ser posto como prioridade nos governos municipais, inclusive no governo municipal da cidade de São Luís.

Esse vínculo da BMJS com a comunidade também ganhou destaque devido à projetos realizados pela biblioteca, que fortalecem o relacionamento entre ambos. “Projeto” e “leitura” foram termos que se apresentaram nas falas dos entrevistados e que indicam a BMJS como um espaço que se consolidou como local de guarda de conhecimentos, mas também como centro social que instiga hábitos, como por exemplo, o ato da leitura.

- A Biblioteca Municipal José Sarney ela tem um papel aqui que eu considero de suma importância, funciona como uma mobilizadora social. Então, a gente trabalha muito

essa parte de **projetos sociais** com a comunidade, a questão da **leitura** é super importante, a gente tem ao longo do ano vários **projetos**, todos os **projetos** são voltados pra **leitura**. E ao longo do ano a gente vem desenvolvendo tanto com a **comunidade** quanto com as escolas do bairro e adjacências, e até mais distante (Bibliotecária 2, 2025, grifo nosso).

- **Leitura** é um hábito que todo mundo deveria ter, aqui quando a gente desenvolve atividade, nós falamos que é pra atender a **comunidade** e também dando enfoque na **comunidade** que mora em torno da biblioteca, mas isso não quer dizer que seja só uma coisa local (Administrativa 4, 2025, grifo nosso).

- Bom, é papel fundamental porque eu fui inserido numa escola quando eu comecei a fazer teatro, e aí a gente se intermediava dentro da escola, um dos **projetos** que a gente era inserido era um clube de **leitura** (Administrativo 6, 2025, grifo nosso).

Os projetos desenvolvidos pelos profissionais da BMJS, principalmente sobre disseminação de obras literárias e de práticas de leitura, promovem a participação constante da comunidade, inclusive a participação de escolas municipais, que utilizam a biblioteca como ponto de apoio para desenvolver projetos parceiros. Desta forma, a BMJS segue os preceitos da IFLA (2022, p.1) por entender que uma “[...] participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem de uma educação de qualidade e do acesso livre e ilimitado ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.”

Ao levar livros para fora do espaço da biblioteca e ir até o seio da comunidade – em escolas e praças – a BMJS atinge um público de usuários o qual não tem tempo e nem condições sociais de conhecê-la e utilizá-la. A promoção da leitura, como um dos elementos que marcam a função da biblioteca pública para os profissionais, é fundamental para se pensar na construção de uma biblioteca focada em estabelecer uma sociedade mais igualitária e justa.

O uso do livro e da leitura estimulam que usuários e toda a comunidade utilize deste espaço para aprender e aplicar conhecimentos na vida real, ou como afirma Soares (2005, p. 22) “crianças e pais das camadas populares veem a aprendizagem da leitura como um instrumento para a obtenção de melhores condições de vida – a leitura é avaliada em função de interesses utilitários”.

Ainda nessa perspectiva de biblioteca como local de leitura, pode-se observar na fala da Administrativa 5 (2025) que a biblioteca, assim como para os usuários, também se configura instituição representativa de conhecimento e pesquisa: “A **biblioteca** ela é uma ferramenta não só de **conhecimento**, mas ela é uma ferramenta, que vem a cada dia mais capacitando o leitor para que ele venha descobrir suas **pesquisas**.” Ao entender conhecimento como um conjunto de informações para instruir um sujeito em sua vida, a biblioteca se constitui como um espaço fundamental de democracia, pois possibilita o diálogo sobre questões de interesse público que proporciona diagnóstico para os problemas estruturais da sociedade (Silva, 2024).

Deste modo, a nota-se que a equipe técnica reconhece a importância da BMJS para a comunidade e para a cidade de São Luís, mas cabe destacar a compreensão de que o alcance dos serviços da biblioteca está, atualmente, mais limitado à comunidade local. Mas, é relevante relatar que a equipe de profissionais possui conceitos parecidos com o dos seus usuários, configurando a biblioteca na sua representatividade quanto à um lugar de conhecimento, leitura, pesquisa e voltado para atender a sua comunidade.

II. Decolonialidade

Esta categoria analisa a dimensão decolonial desenvolvida pela equipe técnica da Biblioteca Municipal José Sarney, analisando a importância da discussão decolonial dentro de bibliotecas e reconhecendo a necessidade de abordar a diversidade cultural dos usuários que a frequentam. As questões da entrevista a serem analisadas são: Como você compreende a ideia de decolonialidade? Acredita que a BMJS contribui para o fortalecimento da identidade negra? Quais elementos da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções favorecem a diversidade étnica e cultural da cidade de São Luís - MA? E, como sente o retorno da comunidade desde a frequência de realização de atividades voltadas para a cultura negra? Por meio de quais as atitudes e evidências? Para a construção da categoria, segue a sistematização das unidades de registro:

Quadro 8 – Sistematização das unidades de registros da categoria Decolonialidade (equipe técnica)

Palavra (unidade de registro)	Contagem
diversidade cultural	4
pertencimento	2
identidade	2
inclusão	2
preconceito	2

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Apesar da perspectiva disruptiva da prática decolonial já ser discutida antes do século XXI, por Frantz Fanon, Aimé Césaire e outros, especificamente o termo “decolonialidade” se cunhou dentro de um grupo de pesquisadores conhecido como Grupo Modernidade/Colonialidade, já no final do século XX e início do XXI, principalmente na América Latina, com Anibal Quijano e Walter Dignolo. Por se tratar de uma temática emergente na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, este estudo indagou aos profissionais da BMJS sobre o conhecimento e compreensão do termo “decolonialidade” e sua

implicação na biblioteca.

Como resposta à questão: Como você compreende a ideia de decolonialidade? 50% dos entrevistados responderam que não conhecem o termo “decolonialidade” e 50% afirmam conhecer, de forma tímida e associando-o às questões relacionadas ao “preconceito”, como vê-se nas falas abaixo:

*- Muito pouco, não tenho muito assim conhecimento, mas eu entendo que seja essa questão de **preconceito**... porque assim, as na época foram colonizadas e a gente tem que trazer essa questão, discutir essa questão e entender que esse processo não é um processo que faça bem, que seja válido, então a gente tem que decolonizar. (Bibliotecária 2, 2025).*

*- Aprendi agora na formação, mas...A minha pesquisa [mestrado] é sobre máscaras dentro do ritual do bumba-meu-boi e no espetáculo teatral, então eu tive que passar por esse universo da **decolonização**, dos autores decoloniais, onde foi inserido pra gente, temos que pegar um pouco deles né? Mas, a gente já tem muito mais do que eles, a gente não sabe que tem. A nossa cultura popular justamente, é muito mais rica, então esse conceito de descolonização já descobri agora na minha pós-graduação (Administrativo 6, 2025, grifo nosso).*

A discussão decolonial dentro das universidades e instituições de ensino vem ganhando notoriedade, ao mesmo tempo que exige cuidado quanto à sua abordagem. É fundamental o cuidado de não abordar esta temática a partir de uma visão colonial e hegemônica. Não é difícil cair em uma linha tênue que ao mesmo tempo que busca agregar, segrega. Nas universidades, por exemplo, a discussão sobre os currículos dos cursos de Biblioteconomia e de outros cursos seguem ainda um padrão universal que permanece ignorando as realidades sociais dos futuros profissionais.

A ausência de discussões com temáticas raciais “[...] demonstra como o entendimento da diferença racial é desarticulado do ensino biblioteconômico, e como promove enquanto conhecimento ‘universal’ uma perspectiva branca de ensino dentro da área, que não é questionada e não é reconhecida como tal (Cardona; Silva, 2020).

Diante disto, advindo de um currículo segregador, os profissionais da informação encontram barreiras que os distanciam das discussões pertinentes quanto às questões de inclusão e reconhecimento de outros saberes e práticas. Infelizmente as universidades ainda apresentam um estigma de que o conhecimento acadêmico é superior às outras formas de conhecimentos adquiridos fora da universidade.

A decolonização deve partir exatamente deste ponto, da democratização e aceitação da tomada de consciência crítica, reconhecendo a ausência de pensadores plurais dentro das academias. Como Carvalho (2023, p. 103) pontua: “[...] a presença de alunos negros e indígenas

começou a modificar a lógica de funcionamento da universidade, uma vez que o discurso racista é cada vez mais questionado, não apenas nas relações interpessoais, mas também nos conteúdos passados pelos professores em sala de aula”.

De acordo com a caracterização dos profissionais da BMJS, foi visto que estes atuam há mais de 7 (sete) anos na biblioteca, o que pode justificar o não conhecimento ou o conhecimento superficial da temática da decolonialidade, visto que provavelmente este termo não foi explorado nos respectivos cursos de suas formações acadêmicas. No entanto, a busca pela capacitação e atualização profissional é um requisito imprescindível para atuar em instituições sociais como bibliotecas públicas.

Cabe demonstrar que mesmo diante do não conhecimento do termo “decolonialidade”, o que pode se atribuir à um obstáculo acadêmico em decorrência da temporalidade das formações acadêmicas, foi visto no decorrer da pesquisa o viés decolonizador dos profissionais da BMJS. Ao estabelecer atividades com temáticas étnico-raciais, fomentar a constituição de um acervo representativo e promover ações culturais que incentivam a cultura regional, os profissionais adotam uma postura de bibliotecário decolonizador, mesmo que de forma não intencional.

Quanto ao desenvolvimento das coleções da biblioteca, por exemplo, foi questionado: Quais elementos da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções favorecem a diversidade étnica e cultural da cidade de São Luís - MA? Com o objetivo de saber como a equipe busca incluir a diversidade étnica social e cultural no seu acervo.

A Minuta da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções da BMJS estabelece que a modalidade de aquisição de materiais informacionais é por meio de doações. Esta modalidade, segundo a Bibliotecária 1, já foi um entrave no crescimento do acervo da biblioteca, visto que acontecia numa periodicidade muito esporádica e tímida dos usuários. Mas, depois de estabelecer um processo de doação compulsória de livros lançados na Feira do Livro de São Luís, o acervo mantém um crescimento significativo nos últimos anos.

- A Prefeitura não compra acervo pra cá, nossa formação de acervo é por meio de doações, da comunidade, advindas dos livros lançados na Feira do Livro de São Luís. Todo livro que é lançado na Feira do Livro de São Luís, por excelência fica um exemplar conosco, então a pessoa quando se inscreve, ele já autografa um exemplar para a Biblioteca Municipal José Sarney. E muitos autores também doam livros pra gente, editoras. Agora uma doação que é constante é da comunidade, recebemos muitos livros da comunidade [...] (Bibliotecária 1, 2025, grifo nosso).

O desenvolvimento de uma coleção precisa levar em conta as necessidades e demandas

da comunidade onde atua de forma ampla, estendendo sua visão não somente ao usuário real, mas também à todos os sujeitos da comunidade, cumprindo sua função democrática (Vergueiro, 1989). A inserção de obras e materiais informacionais étnico-raciais no acervo da BMJS consegue atingir eventualmente todos os membros da comunidade, uma vez que tanto a população do bairro, quanto da cidade de São Luís são em sua maioria negra.

Os acervos têm o poder de contar uma história, e cabe aos profissionais da informação escolherem que história será contada e perpetuada. Nessa perspectiva, por meio de seus acervos, a biblioteca funciona como um aparelho ideológico do Estado, que determina manter ou não um discurso hegemônico que sustenta o capitalismo e a desigualdade social.

Diante disto, a BMJS escolheu evidenciar a história maranhense em seu acervo a partir da inclusão de obras literárias que contemplam a história do estado do Maranhão e de seus 217 municípios. Proposta essencial para fomentar a cultura regional, manter viva a herança cultural e histórica dos antepassados que fizeram história e reconhecer os artistas e intelectuais negros existentes na cidade de São Luís.

- Tem muita coisa assim [**étnico-racial**], se a gente for analisar, fazer um mapeamento dentro do nosso arquivo, a gente tem muita coisa relacionada a nossa **cultura negra**, sobre essas **heranças e identidades** dentro da **cultura negra** (Administrativo 6, 2025).
- No acervo maranhense, por exemplo, nós temos bastante autoras maranhenses, a questão dos autores **negros** também vem crescendo, a gente tem adquirido através das doações, mas chega questões. A gente recebeu uma doação grande de um professor que é médico e diretor do Centro de Cultura Negra[...] (Bibliotecária 2, 2025, grifo nosso).
- Quanto mais a gente trabalha nessa temática, mais a gente consegue receber doações de conteúdo ligados a esse questionamento de **cultura negra**, de movimento... fazendo com que os alunos se sintam **incluídos** na realidade em que vivem (Administrativa 4, 2025, grifo nosso).

A perspectiva decolonial na construção de uma política de desenvolvimento de coleções é essencial para dialogar com a realidade local e planejar um acervo, de modo que a população se sinta acolhida e representada. A BMJS apesar de depender de doações, consegue construir um acervo decolonial capaz de suprir as demandas a qual se propõe.

Adiante, focando em saber o comportamento da comunidade para com a BMJS mediante a realização das atividades que envolvem essa diversidade cultural, foi perguntado para a equipe: Como sente o retorno da comunidade desde a frequência de realização de atividades voltadas para a cultura negra? Por meio de quais as atitudes e evidências? Infelizmente, diferente dos usuários que relataram se sentirem acolhidos e representados pela biblioteca, a equipe técnica confidenciou que esperava um retorno maior da comunidade para a

utilização dos seus serviços.

Por motivos de localização com dificuldades de acessibilidade, perpetuação do estereótipo de acervo que atende apenas alunos, e desconhecimento das diversas atividades desenvolvidas, os profissionais da biblioteca alegaram que a participação dos usuários permanece em condições muito pontuais, como: parceria com escolas, eventos e ações culturais, projetos sociais e de leitura etc.

*- Um retorno um pouco carente, carente no sentido de deslocamento, mas nós tivemos um retorno muito grande. Isso por conta da biblioteca, da curiosidade das pessoas, “ah, mas tem biblioteca, existe?”, porque só sabem da biblioteca central (Pública Benedito Leite), mas não sabendo que dentro da própria **comunidade** tem uma. [...] (Administrativa 4, 2025, grifo nosso).*

- É muito complicado, nós queríamos atingir os idosos, por exemplo, mas aí tem a questão da localização, a biblioteca meio invisível, parece que as pessoas passam e não se atentam para o local (Bibliotecária 2, 2025, grifo nosso).

O desejo da equipe é que a BMJS tivesse uma circulação diária maior de pessoas da comunidade e da cidade de São Luís como um todo. Desde a melhoria da estrutura física e da visibilidade da biblioteca durante a Feira do Livro de São Luís, os profissionais fazem um planejamento anual de desenvolvimentos de atividades que integrem cada vez mais a população ludovicense, como a periodicidade de ações culturais.

Dentro desta dimensão decolonial, durante a entrevista, assim como para os usuários, foi perguntado para os profissionais: Acredita que a BMJS contribui para o fortalecimento da identidade negra?

*- Eu acredito que sim! E a gente faz com essa intenção, as ações que a gente faz é justamente focando nessa intenção, de estar **fortalecendo** o sentimento de **pertencimento** do povo **preto** com os equipamentos culturais (Bibliotecária 1, 2025, grifo nosso).*

*- Sim. Através do trabalho que nós temos procurado fazer evidenciando essas questões, embora seja um trabalho de formiguinha, a aceitação da **comunidade** é muito baixa, alegam que não tem tempo, não tem interesse, mas a gente tem tentado e acredito que faça diferença sim (Bibliotecária 2, 2025, grifo nosso).*

*- Sim. Porque promove vários eventos e também pela participação de um servidor que possui um vínculo cultural muito grande [filho de Coxinho] com o bairro, que conhece muitas pessoas, eventos culturais, que media a biblioteca com a **comunidade** (Bibliotecária 3, 2025, grifo nosso).*

*- Contribui. Além de estarmos nessa fase de muita discussão sobre **cultura negra**, até na televisão tem muito mais artista negro, aqui a gente procura sempre conversar para que nada falte sobre essa parte de afrodescendência, de cultura... antes o acervo era muito pequeno, hoje há uma preocupação extrema da Diretora para que o acervo adquira material para compor um acervo diverso. Estamos num bairro onde 90% da população é **negra**, então temos que dar enfoque nessa temática. Vivemos numa sociedade muito estigmatizada, temos que trabalhar para apagar isso, para tirar isso de foco (Administrativa 4, 2025, grifo nosso).*

- Sim, e como contribui. [...] A biblioteca tem um papel fundamental, importante que

contribui de forma que abrace todas as raças, aqui não fazemos distinção, acolhemos com todo gosto, toda desenvoltura (Administrativa 5, 2025, grifo nosso).

*- Contribui sim. A própria **comunidade** se **identifica** com a biblioteca e a gente se identifica por ser uma **comunidade preta**, então a gente percebe que ela se identifica muito com nossos eventos, nossos planejamentos. A **comunidade** se envolve dentro dessa biblioteca a gente consegue interagir (Administrativo 6, 2025, grifo nosso).*

O reconhecimento de que a BMJS contribui para o fortalecimento da identidade negra foi unânime entre as respostas dos profissionais. Como dito, a decolonialidade não é um programa fechado onde o desconhecimento do seu termo implique em uma ação distinta daquilo que propõe. Pelo contrário, atitudes decoloniais surgem de sujeitos que independente de formação acadêmica, vivem e lutam para serem aceitos e incluídos na sociedade a partir dos seus conhecimentos e suas experiências.

A abordagem decolonial advinda das atividades e dos serviços da BMJS gera exatamente o fortalecimento da identidade negra, sobre a premissa “[...] de que a identidade se dá a ver como um discurso em permanente elaboração, expresso e potencializado através do contato com o outro nas inúmeras esferas de socialização que fomentam a existência de uma coletividade, dinâmica estimulada, também, pelas bibliotecas públicas” (Silveira, 2014, p. 129).

A identidade constituída na sociedade atual é atribuída a um significado formado cultural e socialmente. O desenvolvimento global do capitalismo interfere diretamente nestes significados atribuídos, “[...] a homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local” (Woodward, 2014).

O fortalecimento da identidade negra mediado pela BMJS é o exemplo da função da biblioteca pública enquanto mediadora cultural e social na sociedade. Silveira (2014) ressalta que as referências identitárias construídas na dinamicidade e na fragmentação da identidade, nos possibilita apreender os recursos que utilizamos para nos posicionar frente ao mundo. Os profissionais da BMJS utilizam destes recursos para estabelecer uma conexão e criar vínculos significativos que possam estimular a individualidade e a subjetividade dos seus usuários, fortalecendo a identidade negra da comunidade.

III. Cultural

Como mencionado anteriormente, esta dimensão objetiva analisar as ações culturais desenvolvidas pela equipe técnica da Biblioteca Municipal José Sarney, assim como avaliar a intencionalidade da biblioteca de inserir o patrimônio cultural afro-brasileiro nos serviços e nas ações culturais e educativas. Fundamentada em algumas questões, como: Para você o que mais representa o patrimônio afro-brasileiro? Como compõem as atividades, o que inserem, quais

traços da cultura negra deixam mais evidente? Percebe a importância da presença do patrimônio afro-brasileiro nas bibliotecas públicas? Foi garimpado as seguintes unidades de registros:

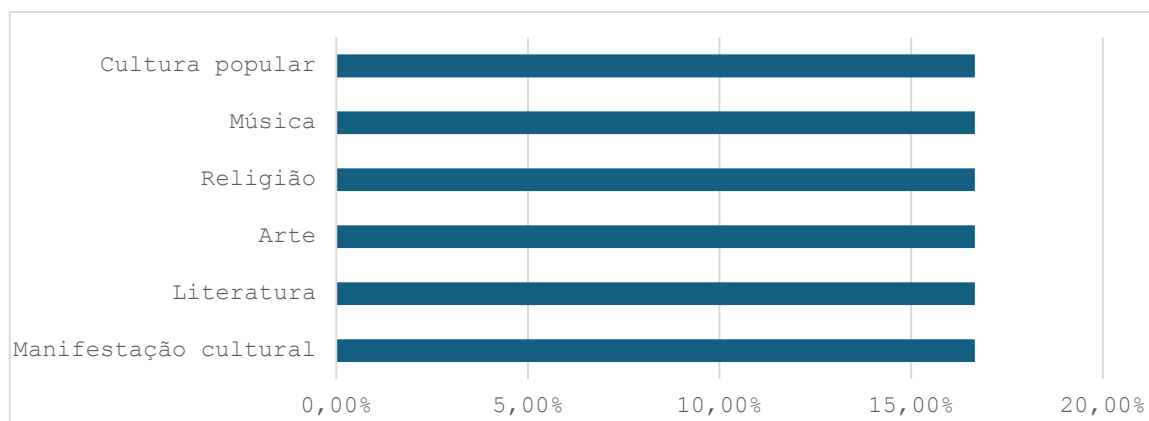
Quadro 9 – Sistematização das unidades de registros da categoria Cultural (equipe técnica)

Palavra (unidade de registro)	Contagem
cultura negra	6
oficinas	6
feiras	5
músicas	5
literatura	5
arte	4
culinária/comida	4
artesanato	3
palestras	3
contação de história	3
saraus	3
rodas de conversa	2
danças	2
poesia	2
roupas/vestimentas	2
linguagem	2
religião	2
exposição	2
esporte	1

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Assim como investigado na pesquisa com os usuários, durante a entrevista foi indagado para os profissionais: Para você o que mais representa o patrimônio afro-brasileiro? As respostas expostas no gráfico abaixo indicam os elementos música, literatura, arte, manifestação cultural, religião e cultura popular como citados.

Gráfico 5 – Elementos mais marcantes da cultura negra para a equipe técnica



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Sabendo da diversidade dos elementos que constituem o patrimônio cultural afro-brasileiro, os seis entrevistados citaram características distintas de maior representatividade do referido patrimônio. No entanto, ainda durante a entrevista, apesar de apontarem uma característica mais marcante, relataram a impossibilidade de destacar apenas um elemento diante da grandiosidade do patrimônio cultural afro-brasileiro, então termos como “vestimentas”, “dança”, “comida”, “culinária”, “gastronomia” e “linguagens”, também foram citados como.

A cultura popular, dança envolvendo todas as linguagens. Porque a maioria das culturas populares, a maioria das nossas brincadeiras de cultura popular se encontram em comunidades quilombolas, então isso é um marco muito grande. Um marco onde a gente percebe essas heranças, principalmente aqui no Bairro de Fátima, a gente percebe dentro dos brincantes e das brincadeiras e dentro dos amantes da cultura, das crianças, ainda tem essa tradicionalidade de ver o tio, a vizinha dançando e eles estão em torno dessa comunidade (Administrativo 6, 2025, grifo nosso).

Essa variedade apontada pela equipe demonstra a importância de se conceber e reconhecer a cultura a partir de suas diferenças. A preservação da diferença, da diversidade e do singular passou a ser uma prioridade na proteção ao diferente representado nas culturas, principalmente dentro de um mundo globalizado que anseia pela homogeneização das coisas e dos indivíduos (Abreu, 2010).

A fim de saber quais destes traços da cultura negra a BMJS insere e acredita ser mais relevantes abordar em suas atividades (questões 11 e 12), os profissionais citaram estes mesmos elementos, focando na manifestação cultural em sua integridade – música, poesia, arte, esporte, artesanato, poesia, literatura, dança –. Segundo a equipe, as atividades e ações culturais

desenvolvidas nesta temática abordam questões de identidade negra e de preconceito a partir de uma abordagem educativa, social e artística.

- Cultura regional, bumba-meu-boi, autores pretos, jogos teatrais envolvendo essa questão de identidade, de cor, de preconceito, de não ter inibição ao tocar o colega (Administrativo 6, 2025.)

- Inclusão e desmistificação de que negro é marginal, que não pode se confiar, isso foi um fator determinado pela sociedade, precisamos trabalhar para incluir essas pessoas na comunidade como qualquer pessoa. Trabalhamos a inclusão, essa questão do preconceito para dissipar essa questão do preconceito [...]. Atendemos a comunidade, essa é a função e obrigação da biblioteca enquanto órgão público (Administrativa 4, 2025).

Ainda sobre essa intencionalidade de desenvolver atividades e ações culturais direcionadas para a comunidade negra, 100% dos profissionais afirmaram que BMJS desenvolve essas atividades com a intenção de atingir a comunidade local, com a concepção de que os usuários se sintam representados e fortaleçam a relação e sensação de pertencimento para com a sua cultura.

*- A intenção é proporcionar a sensação de **pertencimento**, o sentimento de **pertencimento** (Bibliotecária 1, 2025, grifo nosso).*

*- Tem a intenção de acabar com o **preconceito**, fazer com que as pessoas de cor preta, tenham voz, tenham vez e sejam realmente vistas e respeitadas dentro da sociedade (Bibliotecária 3, 2025, grifo nosso).*

A biblioteca pública enquanto espaço de referência se constitui com um local onde a informação e os registros da sociedade devem ficar resguardados mesmo diante das incertezas das transformações que apontam para uma erosão das memórias e para o empobrecimento da compreensão das raízes e origens das gerações futuras (Costa, 2020). “Urge, assim, a necessidade de as bibliotecas atuarem na preservação, conservação e restauro dos reais sentidos dos patrimônios úteis às comunidades” (Costa, 2020, p. 138).

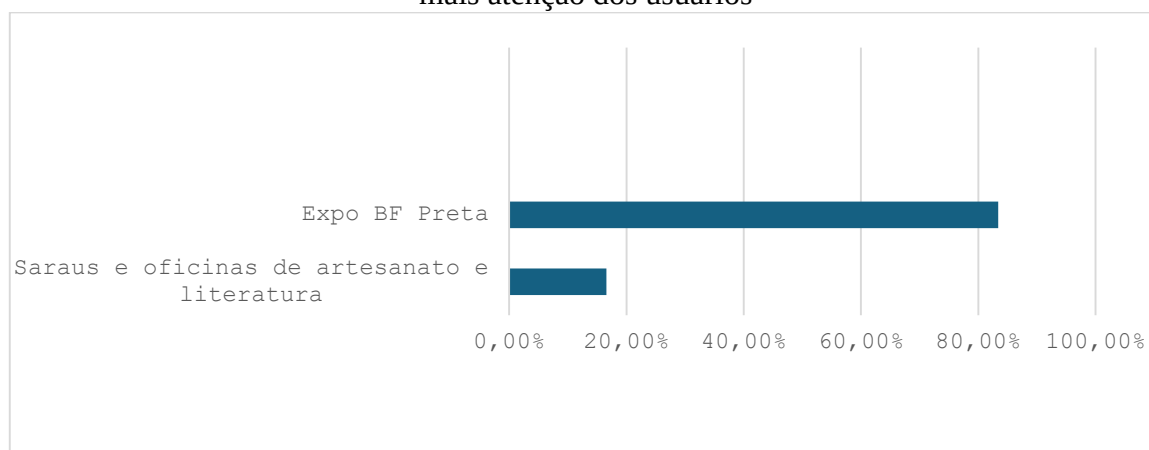
Cabe então à BMJS atuar nesta comunidade e na cidade de São Luís pensando em suas atividades e ações culturais como foco na preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro, fazendo desta instituição um centro cultural que permita aos usuários buscarem referências quanto às suas culturas, ancestralidades e identidade.

Potencializar ações culturais na BMJS permite a equipe da biblioteca trabalhar a informação e o conhecimento em dimensões práticas decoloniais que sensibilizam os usuários em suas vivências diárias. O atravessamento de questões sociais diárias, como o racismo e o preconceito, pode ser levado para dentro do espaço da biblioteca e abordados sob diferentes formas. Para tanto, os profissionais indicaram que para essa abordagem, utilizam-se de ações

culturais e educativas como: saraus, oficinas, rodas de conversas, exposições, feiras, encontros, palestras etc.

Sobre qual atividade ou ação realizada pela BMJS gerou mais impacto ou que chama/ou mais atenção dos usuários, os entrevistados responderam quase em unanimidade a feira Expo BF Preta, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 6 – Atividade ou ação realizada pela BMJS que gerou mais impacto ou que chama/ou mais atenção dos usuários



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Assim como para os usuários, a Expo BF Preta teve destaque como a ação cultural de maior impacto na percepção dos profissionais da biblioteca. Idealizado em parceria com uma líder comunitária, a professora Dolores Soares, a feira é uma ação afrocentrada com o objetivo de valorizar o afro empreendedorismo da comunidade, ao mesmo tempo que conecta pessoas e dialoga sobre letramento racial e perspectivas da cultura negra. Uma ação rica com programação diversa – troca-troca literário, contação de histórias, oficinas, roda de conversa, cases de sucesso, bazar, feira criativa com empreendedores (as) do bairro, apresentações culturais etc. *“Dos eventos que a gente tem dentro da biblioteca, eu acho que o que mais a gente percebe o impacto é a **Expo BF Preta**, porque não só engloba os usuários, mas toda a comunidade envolvida, outros participantes de fora também”* (Administrativo 6, 2025, grifo nosso).

Figura 9 – Palestra na Expo BF Preta



Fonte: Autoria Própria (2025)

O sarau e as oficinas também citados como ações culturais de impacto realizados pela BMJS, geralmente ocorrem com temas sobre a diversidade cultural. A BMJS realiza saraus com escritores(as) maranhenses de cordel, trovas e poesias, dentro do espaço da biblioteca ou em praças e escolas das comunidades mais próximas. As oficinas também carregam um cunho cultural significativo, abordando artesanato e culinária regional, assim como danças de reggae e tambor de crioula.

Figura 10 – Oficina de Tambor de Crioula e Artesanato



Fonte: São Luís (2023)

Investigando sobre a dimensão cultural na perspectiva da equipe técnica, os entrevistados ainda responderam se compreendem a importância da presença do patrimônio afro-brasileiro nas bibliotecas públicas:

- Acho essa presença importante demais. E nós enquanto bibliotecária, tem que tá dando publicidade a esse acervo, porque não adiante ter um material bacana aqui e não ter um leitor para esse livro. É tipo assim, as vezes a pessoa diz assim: “Ah eu não sei trabalhar histórias infantis negras porque eu não encontro pra comprar!” Então sempre que a gente tem uma autora que tá trabalhando essa temática, a gente faz um trabalho aqui que é pra tá divulgando (Bibliotecária 1, 2025).
- É importantíssimo discutir essa questão, para justamente fazer essa decolonização. Então a gente tem que trazer tanto a literatura, como a música, como a questão da gastronomia, eu acho que trabalhar em todos os aspectos, da dança e a gente tem feito esse trabalho aqui na biblioteca. E assim, de uns dois anos pra cá esse trabalho se intensificou e praticamente acho que a metade dos eventos que a gente faz aqui são voltados para essa temática (Bibliotecária 2, 2025).
- Muito. Porque assim, a gente sabe que essa é uma luta muito antiga, e até hoje a gente ver casos de racismo, de feminicídios... então, esse povo tem lutado muito, e é importante. Já teve muitos avanços, mas ainda precisa muito mais, mais respeito, mais atitudes que não deixem claro essa questão do racismo, preconceito contra as pessoas pretas (Bibliotecária 3, 2025).
- Hoje a gente percebe a importância em todos os aspectos. Há um tempo atrás o acervo de livros ligados as pessoas pretas eram pequenos, mas hoje já temos vários autores negros, literatura infanto-juvenil étnico-racial hoje em dia temos mais (Administrativa 4, 2025).
- Percebemos que o público que mais vem são negros, só que o que eu tenho percebido e nunca quis colocar assim a sua “cor”. Um local que seria um quilombo, que seja reconhecido por isso, porque o quilombo foi o meio de um refúgio de grandes desafios, de resiliência. Aqui na realidade vem mais...tanto é que até as bonecas que eu faço, o pessoal gosta de negra (Administrativa 5, 2025).
- Sim, não só em bibliotecas, mas também em museus. Porque é o lugar onde vai se identificar, vai ver, vai ler um pouco mais. Ainda é muito pouco nas escolas esse trabalho de afro, descendências negras... essa questão muito mais voltada em eventos etc. [...]. (Administrativo 6, 2025).

Percebeu-se que cada profissional possui uma abordagem diferente sobre a importância do patrimônio cultural afro-brasileiro em bibliotecas públicas, todavia, todos concordam sobre a relevância da temática dentro das instituições. A compreensão da fundamentalidade de um acervo decolonial e de ações culturais diversificadas é uma constante entre os profissionais, indicando uma visão menos hegemônica e mais plural, reconhecendo as demandas da comunidade onde está inserida.

O patrimônio cultural afro-brasileiro enquanto constituinte da cultura negra brasileira precisa estar em evidência em todas as instituições sociais e de cultura do país, pois a sua presença revela a trajetória de grupos sociais que lutam por reconhecimento e buscam por diminuir a desigualdade social imposta por uma estrutura segregadora e desigual. A biblioteca pública ao se apropriar do paradigma da difusão cultural e da apropriação cultural, segundo Gomes (2014, p. 159), atua sob o domínio da formação e conservação da memória, assim como já tem “[...] inclusa em sua missão a promoção do exercício da expressão e criatividade dos sujeitos e coletivos sociais, elementos fundamentais para a formação de protagonistas sociais, contribuindo, assim, para a construção e o fortalecimento da identidade social”.

Para compreensão geral da pesquisa deste estudo de caso realizado, é interessante apontar que as perspectivas dos sujeitos da pesquisa apresentaram semelhantes percepções nas categorias exploradas na pesquisa. Tanto os usuários da biblioteca, quanto a equipe técnica reconhecem a relevância da BMJS para a cidade de São Luís e para o fortalecimento da identidade negra por meio da abordagem do patrimônio cultural afro-brasileiro, no entanto, cada sujeito da pesquisa apresentou especificidades sobre tais categorias.

Ao explorar a categoria Biblioteca, por exemplo, tanto os usuários quanto a equipe técnica posicionam a BMJS como um local conhecimento, leitura, cultura, pesquisa etc. Mas, enquanto os usuários destacaram reconhecer a importância da biblioteca para a cidade de São Luís, em um alcance geográfico como um todo, a equipe técnica assimila que o alcance da BMJS está centralizado muito na comunidade do Bairro de Fátima, e que o retorno desta mesma comunidade ainda é tímido para com a biblioteca.

Quanto a categoria Decolonialidade, os dois sujeitos da pesquisa compreendem a necessidade em se dialogar com grupos sociais que ainda permanecem distantes de espaços como bibliotecas, com o objetivo de fortalecer o vínculo com a cultura e promover o sentimento de pertencimento e inclusão por meio desses diálogos decoloniais. Ao se sentirem representados nos serviços e a incluídos nas ações culturais e educativas, os usuários revelam à vontade em participar ativamente das atividades da biblioteca. A equipe técnica, por sua vez, ao ser composta de profissionais de áreas diversas, apresenta uma possibilidade de desenvolver atividades de forma inter e multidisciplinar sobre diferentes temáticas, inclusive as étnico-raciais.

A falta de conhecimento do termo “decolonialidade” não se mostra como um obstáculo para a equipe planejar e realizar serviços de cunho decolonial. O conhecimento das demandas da comunidade, nesse contexto, é mais importante do que um letramento racial que pode não funcionar se não colocado em prática, por exemplo. Mesmo carecendo de atualizações nas formações profissionais para um melhor desempenho neste âmbito, a equipe demonstrou reconhecer as necessidades informacionais e culturais dos seus usuários, contemplando-os em questões que envolvem a diversidade cultural e a valorização da cultura regional local.

A categoria Cultural trouxe também perspectivas semelhantes, inclusive na escolha da ação com maior impacto para ambos. A Expo BF Preta ganhou destaque por se tratar de uma ação afrocentrada capaz de estimular a participação dos usuários, por envolver diversas atividades e de gerar o sentimento de pertencimento, representatividade e valorização. Ao reconhecer que oficinas, rodas de conversa, saraus, feiras etc. são atividades capazes de incluir

os seus usuários, a BMJS tem em mãos uma importante estratégia decolonial que cabe ser explorada.

Desta forma, as perspectivas investigadas demonstram uma similaridade quanto as categorias investigadas e demonstram que a discussão decolonial dentro de bibliotecas públicas, pode partir de ações que projetem a construção de uma sociedade menos desigual, mediada pela biblioteca e determinada por uma Biblioteconomia mais social.

Ainda diante da análise das percepções dos usuários e da equipe técnica, ressalta-se que a BMJS mantém a sua funcionalidade vinculada a uma Secretaria de Cultura que precisa de um olhar mais atento para as oportunidades de inserir um diálogo mais diverso com os cidadãos ludovicenses. A falta de investimento nos equipamentos culturais é subestimada pela capacidade que uma biblioteca tem de transformar o sujeito em suas variadas instâncias, tanto educativa, quanto cultural.

Durante a realização de ações culturais, por exemplo, foi percebido o empenho da equipe técnica em organizar eventos, mesmo sem apoio do órgão a qual está vinculada e diante da carência de materiais de insumo básico. A biblioteca para manter-se aberta à comunidade, precisa de condições mínimas para funcionar e para conseguir estabelecer um serviço capaz de atingir os seus usuários. Apesar de mudanças significativas na sua estrutura física, a BMJS permanece com características organizacionais de biblioteca comunitária, uma vez que mantém muitos dos seus serviços e atividades custeado pela vontade da comunidade e pela própria equipe da biblioteca.

A biblioteca precisa se posicionar como um equipamento cultural fundamental para cidade de São Luís, impondo condições básicas para o desenvolvimento de suas atividades. Para agir como unidade de informação decolonial, a BMJS precisa de estrutura organizacional bem estabelecida, para saber determinar com clareza seus objetivos e sua missão enquanto biblioteca pública.

Ao abordar a cultura regional em seus serviços, a BMJS demonstra a relevância da sua atuação na cidade de São Luís e a potencialidade em atingir os usuários com as suas representações culturais e sociais, e devido a isso, o governo municipal deve encará-la como um elemento essencial para o desenvolvimento social e cultural da cidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encarar as bibliotecas como lugares de troca, diálogo e preservação da informação e do conhecimento remete a compreender a amplitude do seu alcance social, educacional, político e cultural. Desvincilhando-se da ideia de apenas mantenedora da informação, as bibliotecas, ao longo dos anos, assumiram um caráter crítico-social fundamental para se pensar em uma sociedade justa e igualitária.

Esta pesquisa se debruça exatamente na exposição sobre como as bibliotecas públicas podem evidenciar possíveis caminhos de desconstrução social, por meio de suas ações, serviços e produtos. Ao elaborar uma problemática interdisciplinar, a presente pesquisa transita por áreas como Biblioteconomia e estudos culturais e decoloniais, que, ao se entrelaçarem, auxiliam na construção de bibliotecas que, enquanto mediadoras sociais, caminham nas mais diferentes comunidades, estabelecendo um local de socialização entre seus usuários e de preservação e transmissão de saberes.

Fundamentada em responder o seguinte problema: como a Biblioteca Municipal José Sarney, a partir de suas ações culturais e educativas, evidencia o patrimônio cultural afro-brasileiro, contribuindo para o fortalecimento da identidade negra ludovicense? A pesquisa iniciou-se apresentando a construção do patrimônio cultural afro-brasileiro, a fim de expor como as marcas da violência e da exclusão se fizeram presentes na memória deste grupo social.

Ao discutir sobre o patrimônio afro-brasileiro e cultura negra, percebe-se um retorno inevitável a um contexto pautado em termos de diáspora, escravização, violência e segregação. O modo como o patrimônio cultural afro-brasileiro foi constituído, esclarece sobre como esse grupo social precisou ressignificar e resistir, a fim de manter sua memória e identidade. No entanto, muito ainda se luta para que suas contribuições sejam reconhecidas como constituintes culturais de um país, mesmo apresentando manifestações culturais que determinam o modo de vida diário da população brasileira.

Viu-se que a luta pelo poder de atribuir valor a um patrimônio, ou até mesmo de nomeá-lo, é essencialmente uma luta pelo poder de resguardar e evidenciar uma memória, uma história. Ao apropriar-se de determinados campos de valoração, alguns grupos sociais determinam o que deve e o que não deve ser mantido. Em meio a luta política pelo reconhecimento e autenticação das identidades, geralmente somente a história de um grupo social ganha relevância.

As bibliotecas dentro desta discussão mediam as relações de poder, uma vez que se

apropriam pelo domínio da memória e dos materiais representativamente políticos dentro dos seus espaços. Assim, a presença do patrimônio cultural afro-brasileiro em bibliotecas é um ato não só de inclusão, mas de resistência política e cultural, diante do apagamento e silenciamento desse grupo.

A biblioteca pública mesmo surgindo de um contexto histórico de pós-Revolução Industrial, na Inglaterra, atualmente cumpre com a premissa de relacionar o conhecimento à cultura. As ações culturais trazem para a biblioteca as nuances da memória e da identidade, corporificando a sociabilização por meio de práticas sociais que perpassam a história. Ao encará-la como centro de cultura, a biblioteca pública de acordo com a IFLA (2022) fomenta o diálogo intercultural, favorecendo a diversidade cultural e promover a preservação e o acesso a expressões culturais e tradições.

O Maranhão, como um Estado que possui uma população em sua maioria negra, não deve ignorar o modo como a sua sociedade foi construída, em meio à violência física e cultural. Em São Luís, a constatação de uma cidade onde a população é formada por mais de 70% de pessoas negras, a perpetuação da tradição ancestral deve estar presente nas mais diferentes instituições. Analisar como o patrimônio cultural afro-brasileiro vem sendo evidenciado, principalmente em bibliotecas públicas, é uma forma de fomentar a discussão sobre a importância das relações étnico-raciais na cidade.

Assim, após a apresentação dos conceitos de patrimônio, da trajetória do patrimônio cultural afro-brasileiro e da relação do patrimônio com a identidade, este trabalho buscou atingir um dos seus objetivos específicos, focando em apresentar as bibliotecas públicas como possíveis locais de decolonização de saberes e práticas, uma vez que estas sejam capazes de adotar as temáticas étnico-raciais, desvendando verdadeiramente todas as implicações desta ação.

O alcance do tratamento da informação e o reconhecimento das bibliotecas enquanto espaços contemplativos de representação cultural e de preservação da memória e da identidade é uma necessidade emergente que merece maior atenção nesta área, por isso foram apresentadas pesquisas que abordam e ressaltam a importância em desenvolver estudos biblioteconômicos com o olhar voltado para a temática étnico-racial.

A pesquisa exploratória realizada em bases de dados como a BRAPCI e Selo Nyota apresentou a emergência do tema decolonial na Biblioteconomia, demonstrando a fragilidade do tratamento da informação e a ausência da representatividade negra nesses espaços, ao mesmo tempo que evidenciou como a perspectiva decolonial pode transformar e acolher indivíduos e

comunidades.

Em continuidade, este trabalho cumpriu um de seus objetivos específicos ao contextualizar a Biblioteca Municipal José Sarney, percorrendo a sua trajetória, atuação e participação no cenário ludovicense. Ao investigar a Biblioteca Municipal José Sarney sob uma ótica decolonial, a pesquisa encontrou elementos cunhados em estratégias decoloniais capazes de mudar a perspectiva das bibliotecas e de sua relação para com os seus usuários. Advinda do reconhecimento da importância em manter-se aberta, a BMJS passou por inúmeros entraves que prejudicaram o seu funcionamento, como problemas prediais e de administração, no entanto, desempenha atualmente com excelência serviços e atividades focadas em atender a cidade de São Luís.

Ao identificar as ações culturais e educativas da Biblioteca Municipal José Sarney com foco no fortalecimento da identidade negra e do patrimônio cultural afro-brasileiro na cidade de São Luís, foi possível reconhecer a comunidade como constituinte da biblioteca, compreendendo que a BMJS gera uma sensação de pertencimento para com os seus usuários. Atividades como: Expo BF Preta, Café com Cordel, Julho das Pretas, Mês da Consciência Negra, Projeto Folclore, Carnaval Literário, entre outros; são ações culturais e educativas que proporcionam a preservação de manifestações culturais e que conseguem fortalecer o sentimento de pertencimento e representatividade dos usuários.

Notou-se que a BMJS desenvolve atividades de circulação que conversam com a comunidade onde está inserida, assim como o acervo contempla a regionalidade local; ao desenvolver ações e eventos culturais, a biblioteca consegue resgatar a tradição cultural da comunidade. Ao inserir em seus serviços conteúdos reais, com uma visão de mundo concreta da realidade vivida, a BMJS consegue envolver as mais diferentes perspectivas sobre a concepção de cultura e identidade.

Promovendo esses serviços e ações culturais, a BMJS retifica a relevância da discussão decolonial na área da Biblioteconomia, pois, como apresentado durante o estudo, mesmo nascido de correntes estadunidenses e francesas, os estudos biblioteconômicos-informacionais outrora, já tinham percorrido outras linhas epistemológicas na construção do conhecimento, com perspectivas que já visavam discutir com profundidade as questões étnico-raciais.

Por isso, é fundamental compreender que a profissão bibliotecária está intrinsecamente ligada às Ciências Sociais e Humanas, implicando o compromisso ético de estar atenta às demandas sociais, como o enfrentamento do racismo. A ideia de que a biblioteca possa ser

concebida como uma instituição isolada da sociedade deve ser banida, pois ela é, necessariamente, um espaço de construção social, cultural e política.

A biblioteca pública deve explorar, juntamente com bibliotecário(a) decolonizado(a), a memória, a cultura e a preservação da informação de grupos sociais que foram excluídos desses espaços durante tanto tempo. Abordar as questões étnico-raciais em bibliotecas é parte do pagamento de uma dívida histórica do Brasil para com a população negra, visibilizando a história e a cultura africana e afro-brasileira.

Não obstante, ao investigar e analisar a percepção dos usuários da biblioteca e da equipe técnica de profissionais sobre a contribuição das ações culturais e educativas para o fortalecimento da identidade negra e do patrimônio cultural afro-brasileiro na cidade de São Luís, foi possível afirmar que a BMJS se configura como um local de representação do conhecimento, de fomento da leitura e, principalmente, ocupa uma posição de centro de cultura capaz de abordar temas étnico-raciais nas suas atividades e serviços.

A partir da investigação com os usuários e a equipe técnica, ficou notória a importância das bibliotecas públicas enquanto mediadoras sociais, uma vez que, enquanto instituição social, devem atender a todos os públicos de uma determinada coletividade, respeitando a diversidade e estabelecendo um vínculo para com a comunidade. O reconhecimento do aspecto social, cultural e educativo que a biblioteca pública desempenha é um fator essencial para se pensar neste espaço como um local transformador da sociedade.

Desta forma, a partir do levantamento bibliográfico e do estudo de caso realizado, pode-se constatar que a Biblioteca Municipal José Sarney, a partir de suas ações culturais e educativas, evidencia o patrimônio cultural afro-brasileiro, contribuindo para o fortalecimento da identidade negra ludovicense. Por ser um estudo de caso, esta pesquisa apresenta uma das variáveis que podem ser analisadas dentro deste olhar decolonial no qual a Biblioteconomia precisa avançar. Espera-se que este trabalho seja um indicativo da relevância da abordagem decolonial em bibliotecas e que instigue novas pesquisas e discussões sobre este tema.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- ABREU, Regina. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria “conhecimento tradicional” no contexto de uma nova ordem discursiva. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antônio; GOMES, Mário Hélio. **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Massagana, 2010.
- ACHILLES, Daniele; GOLÇALVES, Maria Lúcia; PEIXOTO, Ruylon Calheiros. A memória das bibliotecas públicas brasileiras e a perspectiva decolonial. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2022. **Anais eletrônicos [...]**. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/1202/753>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p. (Feminismos Plurais).
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Ed. UEL, 1997.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2013.
- ALVES, Emiliano Rivello. Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais. **Soc. Estado**, v. 23, n. 1, abr 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/6P4kKbPHYgjJpHYtDYPfnfy/?lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2025.
- ARANTES, Antônio Augusto. A salvaguarda do patrimônio imaterial no Brasil. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antônio; GOMES, Mário Hélio. **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Massagana, 2010.
- ARRUDA, Guilhermina Melo. **As práticas da biblioteca pública a partir das suas quatro funções básicas**. 2000. Disponível em: <https://bibliotecaproduz.com/wp-content/uploads/2009/06/as-praticas-da-biblioteca-publica-katty.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- ARRUDA, Renato Fonseca. **Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação**. 2014. 161 f. Dissertação.

(Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Tradução de Marcela Mortara. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, Jonatas Nunes. **Preservação e restauração em sítios históricos e lugares sagrados de cultura afro-brasileira**. Brasília: Fundação Palmares, 2002.

BATISTA, Junaina Júlia Rodrigues. **As mídias sociais como estratégia de marketing da Biblioteca Pública Municipal José Sarney: o uso do Instagram**. 2023. 88f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/8545/1/JUNAINA%20J%c3%9aLIA%20RODRIGUES%20BATISTA.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. Imagem da biblioteca pública na Sociedade da Informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 130-142, jan./jun. 2011.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Territorialidade e empoderamento da biblioteca pública. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul/dez. 2017.

BIBLIOTECA de Fátima não será desativada. **Jornal Hoje**. São Luís, 13 de maio de 1983.

BIBLIOTECA MUNICIPAL JOSÉ SARNEY. **Histórico**. 2014. Disponível em: <https://bibliotecamunicipaljosesarney.wordpress.com/2014/04/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BIBLIOTECA MUNICIPAL JOSÉ SARNEY. **Informações da biblioteca**. Instagram: @bibliotecamunicipalslz. São Luís, 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/bibliotecamunicipalslz/>. Acesso em: 26 maio. 2023.

BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no novo mundo: do barroco ao moderno 1492-1800**. Rio de Janeiro: Record, 2003. 742 p.

BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Revista Espaço e Debates - Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v.23, n.43-44, jan./dez. 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 279 p.

BRANDAO, Gleise da Silva; LIMA, Jussara Borges A mediação da informação: uma revisão conceitual. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 17, n. 1, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRETTAS, Aline Pinheiro. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 24, n.2, p.101-118, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1153>. Acesso em: 23 abr. 2025.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENECULT TERCEIRO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DE CULTURA, 3., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Faculdade de Comunicação UFBA, 2007.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão. **Proposições para o patrimônio cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional. Tradução de Maurício Santana Dias. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN, n. 23, p. 94-115, 1994.

CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. 206 p.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para construção da identidade negra. Curitiba, PR: CRV, 2015.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra e o objetivo-fim. In: GÓES, Luciano (org.). **130 Anos de (des)ilusão**: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

CASAL, Celvio Derbi. Bibliotecas, cultura e ação cultural. In: SILVA, Fabiano Couto Corrêa da (org.). **O perfil das novas competências na atuação bibliotecária**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota).

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze;

MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspóricos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

CAVALCANTI, Ivanilda Bezerra; ARAÚJO, Claudialyne Silva; DUARTE, Emeide Nóbrega. O bibliotecário e as ações culturais: um campo de atuação. **Biblionline**, v. 11, n. 1, 2015.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão**: antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CHUVA, Márcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil (org.). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

COELHO, Clara Duarte. Biblioteca democrática: a contribuição das ações fora do espaço da biblioteca para a inclusão informacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 25., 2013, Florianópolis. **Trabalho científico** [...]. Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: https://www.portalfebab.org.br.translate.google/cbbd2019/article/view/1275?_x_trsl=pt&_x_tr_tl=en&_x_tr_hl=en&_x_tr_pto=sc. Acesso em: 23 mar. 2025.

CORREIA, Alexandre Fernandes. **Vilas, parques, bairros e terreiros**: novos patrimônios na cena das políticas de São Paulo e São Luís. São Luís: EDUFMA, 2003.

COSTA, Maurício José Moraes. **A educação patrimonial na Biblioteca Pública do Maranhão**: um estudo acerca dos serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). 2020. 178 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 129, fev. 2012.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Sebastião Nascimento. 4. reimp. São Paulo: Ubu, 2023.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS (IFLA). **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**. 2022. Tradução: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições – FEBAB. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 02 jun. 2024.

FERRACINI NETO, Ricardo. **Racismo, povos e comunidades tradicionais, promoção da igualdade étnico-racial**. Salvador: Editora Juspodivm, 2022.

FERREIRA, Maria Mary (org.). **Bibliotecas, livros e leitura**: políticas públicas para pensar uma sociedade leitora e cidadã. São Luís: EDUFMA, 2021. 600 p.

FERREIRA, Maria Mary. Bibliotecas municipais no Brasil e políticas públicas: uma história do tempo para construir uma sociedade leitora. In: CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez; CASTRO, Augusto Cesar (org.). **Livro, leitura e leitor**: perspectiva histórica. São Luís: Café&Lápis; EDUFMA, 2016.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 2009.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como instrumento de ação cultural. **R. Esc. Bibliotecon.** UFMG, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, 1983.

FREITAS, Marília Augusta de. **A biblioteca pública como agente de inclusão social**: um estudo de caso da Biblioteca Demonstrativa de Brasília, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

FREITAS, Marília Augusta de; SILVA, Vanessa Barbosa da. Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 12, n. 1, p.123-146, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1621>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Biblioteconomia Negra**: das epistemologias negro-africanas à Teoria Crítica Racial. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GÓES, Luciano. Entre a abolição e o abolicionismo penal: insurgência marginal crítica por uma sociologia do sistema de controle racial brasileiro. In: GÓES, Luciano (org.). **130 Anos de (des)ilusão**: a farsa abolicionista em perspectiva desde olhares marginalizados. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

GOMES, Flávio Santos dos. **Mocambo e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Fernando Cesar; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca Pública e representação da subalternidade? Uma questão pertinente. In: SILVA, F. C. G. da; LIMA, G. dos S. (org.). **Bibliotecári@s negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota).

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 4, p. 1-23. out./dez. 2020.

GOMES, Henriette Ferreira. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. esp., p. 151-163, out./dez. 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Ed Zahar, 2020. 375 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2024.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p. 15-46. jul./dez. 1997. Disponível em: seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361/40514. Acesso em: 14 jan. 2025.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org). Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a comunidade: uma pedagogia da esperança**. Tradução Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021. 296 p.

JARABIZA, Criselen; ALVES, Carla Rosane da Silva Tavares. A ação cultural nas bibliotecas e sua dimensão para a sociedade do século XXI. **Revista ACB: Biblioteconomia**

em **Santa Catarina**, v. 22, n. 2, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/74803>. Acesso em: 27 out. 2025.

JURISHANDS. **Partus sequitur ventrem**. Dicionário Jurídico. 2026. Disponível em: <https://jurishand.com/dicionario-juridico/partus-sequitur-ventrem>. Acesso em: 09 fev. 2026.

KAUARK, Giuliana; RATTES, Plínio. **Gestão de Equipamentos Culturais: Panorama acerca de seus procedimentos básicos**. 2018. Disponível em: https://editora.uemg.br/images/livros-pdf/catalogo-2018/Gest%C3%A3o/2018_Gestao_cultural_9.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

KOHLER, André Fontan. As cartas patrimoniais e sua relação com o turismo cultural: teorias, práticas e seus desdobramentos no caso brasileiro. **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penedo, v. 9, n. 2, p. 138-163dez. 2019. Disponível em: www.seer.ufal.br/index.php/ritur. Acesso em: 08 jan. 2025.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara (org.). **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

LANARI, Raul Amaro de Oliveira. Um combate em dois fronts. **Topoi**. Rio de Janeiro, v.5, n. 28, jan./jun. 2014.

LESSA, Bruna. Bibliotecas públicas: do conceito à políticas públicas. In: LESSA, Bruna; LINS, Ivana (org.). **Para que serve a biblioteca pública?** novas configurações para o século 21. Salvador: EDUFBA, 2021. 259 p.

LIMA, Alessandra Rodrigues. **Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: as narrativas produzidas pelo IPHAN a partir da ação patrimonial**. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

LOPIS, Erivania Azevedo. Patrimônio histórico-cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 12, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/65461>. Acesso em: 05 jan. 2025.

LIPINSKI, Barbara; PALETTA, Francisco Carlos; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Centros culturais como agentes de transformação social a partir da informação e do conhecimento: um levantamento das ações da Biblioteca Pública de Santa Catarina. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 17, n. 2, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/245387>. Acesso em: 27 out. 2025.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Igualdade Racial. **Comunidade do Bairro de Fátima dá início à luta pelo reconhecimento como quilombo urbano na expectativa de acesso facilitado a políticas públicas**. 2023. Disponível: <https://igualdaderacial.ma.gov.br/noticias/comunidade-do-bairro-de-fatima-da-inicio-a-luta->

pelo-reconhecimento-como-quilombo-urbano-na-expectativa-de-acesso-facilitado-a-politicas-publicas. Acesso em: 23 mar. 2025.

MARTINS, Carlos Wellington. Ação cultural na prática bibliotecária para a formação e o desenvolvimento da cidadania: o caso da Biblioteca Pública Municipal José Sarney. In: Repositório UFMA, 2008. São Luís: **Trabalhos apresentados em eventos** [...]. São Luís: UFMA, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/1/301>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MENDES, Anna Caroline Corrêa; COSTA, Maurício José Moraes; CUTRIM, Klautenys Dellene Guedes. Decolonizando saberes em bibliotecas: as bibliotecas públicas como territórios de mediação decolonial. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 30, n., 2025. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/353245>. Acesso em: 27 out. 2025.

MENDES, Anna Caroline Corrêa; CUTRIM, Klautenys Dellene Guedes. Democratização do acesso à informação por meio de ações decoloniais: a biblioteca como espaço de (des)construção. In: FERREIRA, Maria Mary; LINS, Roosewelt (Orgs). **(Des)informação, poder e exclusão social: estratégias para enfrentar as ameaças à democracia**. São Luís: EDUFMA, 2024.

MENDES, Gilvanedja F. **As contribuições das políticas culturais na formação da agenda pública para a gestão das bibliotecas públicas municipais**. Monografia (Especialização em gestão Cultural) – Universidade Federal da Bahia, Olinda, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17412/1/Gilvanedja%20Ferreira%20Mendes.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Continuum colonial**. São Luís: Edufma; Pacto Editorial, 2019. 352 p.

MENDONÇA, A. W. **Metodologia para estudo de caso**: livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2014.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 34, p. 1-18, 2016.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca?** São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, 94).

MILANESI, Luís. **A casa da invenção**: biblioteca centro de cultura. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MIRANDA, Thais. **Braide entrega biblioteca municipal José Sarney totalmente requalificada**. 2023. Disponível em: <https://maranhaotaon.com.br/braide-entrega-biblioteca-municipal-jose-sarney-totalmente-requalificada/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MORAES, Maria Laura Brenner. Stuart Hall: cultura, identidade e representação. **Revista Educar Mais**, v. 3, n. 2, p. 167-172, 2019.

MORAES, Rubens Borba. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos; Livros, 2006.

MURGUIA, Eduardo Ismael; ASSUDA, Silvia Nathaly. **Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN**. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/KFbW3SCK4FRZjrsHDGbr4dn/?lang=pt#>. Acesso em: 08 jan. 2025.

NAPOLEONE, Luciana Maria; BEFFA, Maria Lucia. Livros e bibliotecas como patrimônio cultural. **Revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA**. Salvador, v. 16, n. 3, p. 621-653, dez. 2022. Disponível em: www.pontodeacesso.ici.ufba.br. Acesso em: 29 mar. 2025.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 2016.

NASCIMENTO, Flávio Martins e. **Ação e informação em centros culturais: um estudo sobre o instituto Tomie Ohtake**. 2004. 169f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - PUC Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PCAM_cf9e7e1af12c96ac6e11b93e192ba4e5. Acesso em: 24 abr. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

NUÑES, Eloy Martos. Espaços de leitura: projetos, conteúdos e animação cultural. In: RÖSING, Tânia M. K.; BECKER, Paulo. (org.). **Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca**. Passo Fundo: UPF, 2002.

OLIVEIRA, Otair Fernandes. A cultura afro-brasileira como patrimônio cultural: reflexões preliminares. In: ENECULT TERCEIRO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DE CULTURA, 15., 2019, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Faculdade de Comunicação UFBA, 2019.

OLIVEIRA, Eli Lemos de; ARAUJO, André Vieira de Freitas. O que os silêncios estão falando? Encontros entre memória, identidade e afeto na biblioteca pública. In: CARDONA, N. D.; SILVA, F. C. G. da. (Orgs.) **Epistemologias latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: bibliotecas desde Abya Ayala e as sociedades e culturas na**

perspectiva sul. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Neppamcs, 2021. 316p. (Selo Nyota).

OLIVEIRA, Lais Pereira de; VIEIRA, Josina da Silva; LOPES, Gustavo Adolfo. Ações culturais em bibliotecas públicas municipais: estudo comparado das práticas de Goiânia (GO) e São Paulo (SP). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, 2015.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade**: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

ORTEGA, Cristina. **Amostragem não probabilística**: definição, tipos e exemplos. 2025. Disponível em: <https://www.questionpro.com/blog/pt/amostragem-nao-probabilistica-definicao-tipos-e-exemplos/#>. Acesso em: 26 out. 2025.

PEREIRA, Patrícia Mallmann S. Biblioteconomia social e decolonização do saber: formação e desenvolvimento de acervos de bibliotecas como prática de mediação de informação afro-brasileira e africana. **Revista Bibliomar**, v. 22, n. 2, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/247139>. Acesso em: 27 out. 2025.

PREFEITURA reinaugura biblioteca no B. de Fátima. **Jornal O Imparcial**, São Luís, 1 jul. 2003.

PRODANOV, Cléber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

RABELLO, Rodrigo; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, n. 30, v. 4, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57350/32723>. Acesso em: 23 abr. 2025.

RAMOS, Luciene Borges. **Centros de cultura, espaços de informação**: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/vKHdjzdpN9t66w7L3n4Ggrc/?lang=pt>. Acesso em 24 abr. 2025.

RAMOS, Giovanne. **Negros são 79% da população no Maranhão, ganham menos e seguem mais vulneráveis à violência**. 2025. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/negros-sao-79-da-populacao-no-maranhao-ganham-menos-e-seguem-mais-vulneraveis-a-violencia/#>. Acesso em: 23 mar. 2025.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 19, n. 39, 2014.

ROCHA, Isaías. Do ‘Cavaco’ à ‘Fátima’: conheça a história de um dos bairros mais antigos e populares de São Luís. **Blog do Isaías Rocha**, 2024. Disponível em: <https://mail.isaiasrocha.com.br/destaque/do-cavaco-a-fatima-conheca-a-historia-de-um-dos-bairros-mais-antigos-e-populares-de-sao-luis/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

RODRIGUES, Marcia. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, maio\ago. 2015.

ROSEANA amplia projeto “Viva”: governadora diz que mais investimentos serão levados aos municípios. **Jornal O Estado do Maranhão**. São Luís, 11 dezembro 1998.

ROTMAN, Mónica; CASTELLS, Alicia Norma González. Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (org.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

RUDAKOFF, Ana; LOPES; Francsica Elany Régia Sousa; SANTOS, Kátia Soares dos; SILVA, Roseane Maria do Nascimento. Ações culturais em bibliotecas universitárias no desenvolvimento: um relato de experiência na universidade estadual do maranhão. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 29, n. 1, 2024.

SALES, Rodrigo de; GARCEZ, Dirnéle C. Biblioteca como um contradispositivo de resistência e decolonialidade. In: CARDONA, N. D.; SILVA, F. C. G. da. (Orgs.) **Epistemologias latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: bibliotecas desde Abya Ayala e as sociedades e culturas na perspectiva sul**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Neppamcs, 2021. 316p. (Selo Nyota).

SANCHEZ FILHO, Saul Edgardo Mendez. **Resenha Da Diáspora**. 2010. Disponível em: www.uesc.br/icer/resenhas/resenha_diaspora.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

SANTANA, Vanessa Alves; SILVA, Leyde Klébia R. da. A inclusão da temática étnico-racial nas pesquisas em Ciência da Informação. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da, LIMA, Graziela dos Santos (org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. 498 p.

SANTOS, Andréa Pereira dos. Ações culturais na biblioteca e formação de mediadores. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017. **Anais [...]**. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010. 637p.

SANTOS, Eliete Correia dos.; BRANDAO, Leila dos Santos. Ações educativo-culturais em arquivos de Portugal. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 16, n. 4, 2021.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SANTOS, Josiel Machado. Ação cultural em bibliotecas públicas: o bibliotecário como agente transformador. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 173-189, jun./dez. 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/425/468>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SANTOS NETO, Manoel. **O negro no Maranhão**: a escravidão, a liberdade e a construção da cidadania. São Luís: Clara Comunicação, 2004.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Cultura. **Relatório de atividades da Biblioteca Municipal José Sarney**: Bairro de Fátima. São Luís: SECULT, 2023.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Cultura. **Relatório de atividades da Biblioteca Municipal José Sarney**: Bairro de Fátima. São Luís: SECULT, 2024.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Cultura. **Equipamentos Municipais de Cultura**: Biblioteca Municipal José Sarney. 2025a. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/equipamentos-municipais-de-cultura---secult>. Acesso em: 22 mar. 2025.

SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Cultura. **17ª Feira do Livro de São Luís**. 2025b. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/feiradolivrodesaoluis>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SECRETÁRIO de Educação sofre pesadas críticas. **Jornal O Imparcial**. São Luís, 11 maio 1983.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Andréia Sousa da; LIMA, Graziela dos Santos. Construindo a visibilidade da cultura negra: ações socioeducativas para combater o racismo nos espaços informacionais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 24, n. 2, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/120782>. Acesso em: 27 out. 2025.

SILVA, Marcio Ferreira da. **A questão da representação das religiões de matriz africana na CDD**: uma análise crítica da umbanda. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Dávila Maria Feitosa da; VALÉRIO, Erinaldo Dias. Descolonizando o fazer bibliotecário: uma ação urgente e necessária. In: SILVA, Franciéle C. Garcês da, LIMA,

Graziela dos Santos (org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política.** Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. 498 p.

SILVA, Diana da Rocha da; CASTRO, Cesar Augusto. **Recomeço de uma história:** percursos históricos e a recriação da Biblioteca Pública do Maranhão na Primeira República. São Luís: Ed. UEMA, 2012.

SILVA, Ezequiel Theodoro da; ZILBERMAN, Regina. Pedagogia da leitura: movimento e história. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da (org.). **Leitura:** perspectivas interdisciplinares. São Paulo: Editora Ática, 2005.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Perspectivas críticas e epistemologias negras na Biblioteconomia. In: CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação:** contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. 206p.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Representações sociais acerca das culturas africana e afro-brasileira na educação em Biblioteconomia no Brasil.** 2019. 521f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Geová Alves da. SILVA, Geovan João Alves da. Identificando a cultura afro brasileira e africana: Patrimônio imaterial e patrimônio material. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** v. 4, n. 6, p. 64-72, jun. 2020. Disponível em: www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/identificando-acultura. Acesso em: 05 maio 2024.

SILVA, Bárbara Damiane.; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Práticas de mediação cultural nas bibliotecas públicas municipais de londrina/pr. **Biblionline**, v. 13, n. 2, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/16140>. Acesso em: 27 out. 2025.

SILVA, Roosevelt Lins. Políticas públicas de informação: acesso à informação, tecnologias digitais e bibliotecas. In: FERREIRA, Maria Mary; LINS, Roosevelt (Orgs). **(Des)informação, poder e exclusão social:** estratégias para enfrentar as ameaças à democracia. São Luís: EDUFMA, 2024.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca pública e identidade: percepções intersubjetivas enraizadas em torno da Luiz Bessa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. especial, p. 129-150, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/tgYtPtfY9YjG7ZmrhcSvx4w/?format=pdf>. Acesso em: 03 jun. 2025.

SMITH, Laurajane. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 21, n. 2, 2021. Disponível em: www.redalyc.org/articulo.oa?id=115468015010. Acesso em: 11 nov. 2024.

SOARES, Magda Becker. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da (org.). **Leitura: perspectivas interdisciplinares**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de; BLANCO, Letícia de Souza; SANCHES NETO, Asy Pepe. Mediação e desenvolvimento de coleções: uma perspectiva decolonial. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024. **Anais** [...]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/342475>. Acesso em: 27 out. 2025.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio\ago. 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/887>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SUAIDEN, Emir. José. **Biblioteca Pública e Informação à Comunidade**. 1. reimp. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2008. 112p.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafio. **Sociedade e Cultura**, v. 8, n. 2, p. 13-36, jul.\dez. 2005.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

XAVIER, Patrícia Alves de Matos. **Africanidades brasileiras na produção de conteúdo educativo para televisão digital: uma contribuição para a educação das relações étnico-raciais**. 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado em Televisão Digital) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Bauru, 2014.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE – PGCULT

MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE

O presente questionário integra a pesquisa de Mestrado intitulada “**Patrimônio Cultural Afro-brasileiro e Bibliotecas Públicas**: um olhar decolonial para a Biblioteca Municipal José Sarney na cidade de São Luís, no Maranhão” de autoria da pós-graduanda Anna Caroline Corrêa Mendes, sob a orientação da professora Dra. Klautenys Dellene Guedes Cutrim, do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). A pesquisa tem por objetivo geral investigar, sob uma ótica decolonial, as ações culturais e educativas da Biblioteca Municipal José Sarney e sua contribuição para o fortalecimento da identidade negra e do Patrimônio Cultural Afro-brasileiro na cidade de São Luís – MA.

SOBRE A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSÉ SARNEY
1. De acordo com as características denominadas dos grupos étnicos da população brasileira conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), você se identifica como: ☐ preto(a) ☐ pardo(a) ☐ branco(a) ☐ indígena ☐ amarelo(a)
2. Qual o seu vínculo com a Biblioteca Pública Municipal José Sarney? ☐ usuário cadastrado ☐ visitante ☐ outro: _____
3. Frequenta a Biblioteca Pública Municipal José Sarney há quanto tempo? ☐ 1 mês a 2 anos ☐ 3 a 4 anos ☐ acima de 5 anos
4. Visita a Biblioteca Pública Municipal José Sarney com que frequência? ☐ diariamente ☐ semanalmente ☐ mensalmente ☐ raramente
5. Quais serviços você utiliza na Biblioteca Pública Municipal José Sarney? ☐ Referência (informações e atendimento ao usuário) ☐ Circulação (empréstimos, devolução e renovação de livros) ☐ Eventos (rodas de conversas, exposições, palestras, oficinas etc.) ☐ Estudos (sala de estudos, pesquisas etc.) ☐ Outro: _____
6. Como conheceu e/ou recebe informações da Biblioteca Pública Municipal José Sarney? ☐ Jornais, revistas, TV etc. ☐ Internet, redes sociais, sites etc. ☐ Panfletos, painéis, outdoors etc. ☐ No local ☐ Outros: _____

7. Qual a importância da Biblioteca Pública Municipal José Sarney para o seu bairro e/ou para a cidade de São Luís, MA?

SOBRE OS SERVIÇOS, PRODUTOS E AÇÕES CULTURAIS DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSÉ SARNEY

8. Quais serviços você mais utiliza na Biblioteca Pública Municipal José Sarney?

- ☐ Acervo (livros, revistas etc.)
- ☐ Estrutura para pesquisa (sala de estudos, computadores, internet etc.)
- ☐ Eventos (rodas de conversa, oficinas, palestras, exposições etc.)
- ☐ Outros: _____

9. Como você se sente representado(a) nos serviços e atividades da biblioteca que envolvem diversidade cultural?

10. O acervo (livros, revistas etc.) possui nomes de autores(as) negros(as) conhecidos(as)? Caso sim, diga quais você conhece e viu aqui na biblioteca.

- ☐ sim ☐ não

11. Você já participou de alguma atividade envolvendo a temática racial, afro-brasileira na biblioteca? Caso sim, o que mais lhe chamou atenção nessas atividades?

- ☐ sim ☐ não

12. Como você considera as atividades e serviços que abordam a diversidade cultural em bibliotecas?

- ☐ ruim ☐ regular ☐ bom ☐ ótimo

13. Como você avalia o desenvolvimento das atividades pela equipe da biblioteca?

- ☐ ruim ☐ regular ☐ bom ☐ ótimo

14. Você acredita que as atividades e serviços prestados pela Biblioteca Pública Municipal José Sarney contribuem para o fortalecimento da cultura negra na cidade de São Luís - MA?

- ☐ sim ☐ não Justifique: _____

15. Marque 3 elementos que você identifica como mais marcante da cultura negra.

- | | |
|--|-------------------------------------|
| ☐ roupas/vestimentas | ☐ artesanato |
| ☐ comidas típicas/culinária | ☐ religião |
| ☐ danças | ☐ linguagem |
| ☐ músicas | |
| ☐ obras literárias | |

Obrigada pela participação!

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE – PGCULT

MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE

1. Cargo ocupado na instituição e formação.
2. Há quanto tempo trabalha na Biblioteca Pública Municipal José Sarney?
3. Para você, qual o papel da BMJS na cidade de São Luís - MA?
4. Como você compreende a ideia de “Decolonialidade”?
5. Quais elementos da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções favorecem a diversidade étnica e cultural da cidade de São Luís - MA?
6. Para você o que mais representa o patrimônio afro-brasileiro?
7. Percebe a importância da presença do patrimônio afro-brasileiro nas bibliotecas públicas?
8. A BMJS desenvolve atividades culturais direcionadas a comunidade negra? Quais? Com qual intenção?
9. Qual atividade ou ação realizada pela BMJS gerou mais impacto ou que chama/ou mais atenção dos usuários?
10. Como sente o retorno da comunidade desde a frequência de realização de atividades voltadas para a cultura negra? Por meio de quais as atitudes e evidências?
11. Quais traços da cultura negra vocês acreditam enfatizar mais e são mais relevantes?
12. Como compõem as atividades, o que inserem, quais traços da cultura negra deixam mais evidente?
13. Acredita que a BMJS contribui para o fortalecimento da identidade negra?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro (a) Discente e/ou Senhor(a)

Estou realizando uma pesquisa de Mestrado intitulada “**Patrimônio Cultural Afro-brasileiro e Bibliotecas Públicas: um olhar decolonial para a Biblioteca Municipal José Sarney na cidade de São Luís, no Maranhão**”, cujo objetivo geral corresponde a investigar, sob uma ótica decolonial, as ações culturais e educativas da Biblioteca Municipal José Sarney e sua contribuição para o fortalecimento da identidade negra e do Patrimônio Cultural Afro-brasileiro na cidade de São Luís.

A Pesquisa conta com a orientação do(a) professora Dra. Klautenys Dellene Guedes Cutrim.

Sua participação nessa pesquisa é uma opção, você pode não aceitar participar ou desistir em qualquer fase da mesma, a qualquer momento, sob qualquer condição, sem nenhuma penalização ou prejuízo em sua relação com a pesquisadora, com a UFMA ou qualquer outra instituição envolvida.

Vale ressaltar que não há compensação financeira relacionada à sua participação, pois esta pesquisa será desenvolvida sem nenhum orçamento lucrativo. O risco relacionado com sua participação na pesquisa poderá ser no âmbito emocional, tais como, medo de exposição e/ou receio em responder alguma questão, porém, você pode não responder ou não querer mais participar da pesquisa sem nenhum tipo de prejuízo e/ou implicações a você, à Pesquisa e à UFMA. Contudo, o desenvolvimento deste estudo ocorrerá de forma adequada, visando minimizar a ocorrência de tal desconforto, contando com a formação teórico-prática da pesquisadora na área.

Quanto aos riscos físicos, não haverá possibilidades de ocorrer, visto que a coleta de dados ocorrerá em espaços seguros, dentro da Biblioteca Pública Municipal José Sarney e/ou caso se faça necessário, por meio virtual. Você terá como benefício direto, além do recebimento de maiores esclarecimentos e de conhecimentos sobre patrimônio afro-brasileiro e bibliotecas públicas, ser contribuinte em uma pesquisa científica interdisciplinar da Universidade Federal do Maranhão.

Será garantido a você, caso se faça necessário, o ressarcimento das despesas geradas ao vir participar da pesquisa, assim como o direito à garantia de assistência e de indenização, no caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Caso aceite, gostaria que soubesse que será realizada coleta de dados por meio de aplicação de um questionário misto e/ou entrevista semiestruturada. Os resultados serão utilizados exclusivamente para fins científicos, como divulgação em revistas e congressos, em que sua identidade será preservada.

Você receberá uma via deste termo, assinada por ambas as partes, onde consta o telefone e o endereço eletrônico da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Agradeço sua participação e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos através do e-mail anna.mendes@ufma.br ou (98) 9 99948341, Anna Caroline Corrêa Mendes (pesquisador(a) (Mestrando(a) em Cultura e Sociedade pelo PG CULT da UFMA).

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos CEP/UFMA, poderá ser contatado para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa pelo e-mail: cepufma@ufma.br. Telefone: 3272-8708. Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho, Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética. **UF: MA Município: SAO LUIS. CEP: 65.080-040.**

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar voluntariamente.

Local e data _____

Pesquisadora Responsável

Participante

APÊNDICE D – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL



TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

São Luís, 07 de outubro de 2024.

Prezada Senhora Rita Maria Oliveira Teixeira

Solicitamos sua autorização para realização do projeto de pesquisa intitulado **PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS: a Biblioteca Municipal José Sarney e as tecituras da cultura negra na cidade de São Luís, MA**, de autoria da mestrandia Anna Caroline Corrêa Mendes e orientada pela professora Dr^a Klautenys Dellene Guedes Cutrim, em sua instituição.

Este projeto tem como objetivo principal: investigar, sob uma ótica decolonial, as atividades de mediação da Biblioteca Municipal José Sarney e sua contribuição para o fortalecimento da identidade negra e do Patrimônio Cultural Afro-brasileiro na cidade de São Luís. Os procedimentos adotados serão coletas de dados por meio de aplicação de questionários mistos com os usuário e visitantes da biblioteca; assim como a aplicação de entrevistas semiestruturadas com a equipe técnica da biblioteca. Esta atividade apresenta risco mínimo aos participantes, como: cansaço psicológico ao responder o questionário e/ou entrevista, e/ou desconforto ao não saber responder as questões do questionário e/ou entrevista. Caso ocorra, o participante pode se abster imediatamente em continuar a participar da pesquisa.

Espera-se, com esta pesquisa fomentar a discussão da temática em ambientes diversos, como em bibliotecas públicas. Qualquer informação adicional poderá ser obtida no telefone (98) 999948341 e pelo e-mail: anna.mendes@ufma.br, que tem por proprietária Anna Caroline Corrêa Mendes.

A qualquer momento, o senhor (a) poderá solicitar esclarecimentos sobre o trabalho que está sendo realizado. Sem qualquer tipo de cobrança e poderá retirar sua autorização. Os pesquisadores estão aptos a esclarecer estes pontos e, em caso de necessidade, dar indicações para contornar qualquer mal-estar que possa surgir em decorrência da pesquisa ou não.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação de artigos científicos, contudo, assumimos a total responsabilidade de não publicar qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes de sua instituição. Nomes, endereço e outras indicações pessoais não serão publicados em hipótese alguma, os bancos de dados gerados pela pesquisa só serão disponibilizados sem estes dados. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

Biblioteca Municipal José Sarney - BMJS
Rua do Correio s/n – Bairro de Fátima
CEP 65.030-340 / São Luís – MA / E-mail: bibliotecajs@gmail.com
Tel: (0**98) 99603 9898



Autorização Institucional

Eu, Rita Maria Oliveira Teixeira responsável pela Biblioteca Pública Municipal José Sarney declaro que fui informada dos objetivos e procedimentos da pesquisa e concordo em autorizar a execução da mesma nesta instituição. Declaro também, que não receberemos qualquer pagamento por esta autorização, bem como também os participantes não receberão qualquer tipo de pagamento por sua participação na presente pesquisa.

Documento assinado digitalmente
 RITA MARIA OLIVEIRA TEIXEIRA
 Data: 09/10/2024 08:16:28-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Responsável pela Instituição

Documento assinado digitalmente
 KLAUTENYS DELLENE GUEDES CUTRIM
 Data: 09/10/2024 10:05:45-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Orientador

Documento assinado digitalmente
 ANNA CAROLINE CORREA MENDES
 Data: 09/10/2024 07:14:05-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pesquisador

ANEXO A - APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM ANIMAIS E SERES HUMANOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS: a Biblioteca Municipal José Sarney e as tecituras da cultura negra na cidade de São Luís, MA

Pesquisador: ANNA CAROLINE CORREA MENDES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 84668124.1.0000.5087

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHAO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.688.182

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa intitulada PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS: a Biblioteca Municipal José Sarney e as tecituras da cultura negra na cidade de São Luís, MA. Pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, com o objetivo de investigar a Biblioteca Pública Municipal José Sarney e suas atividades na cidade de São Luís, enquanto instituição social e cultural capaz de fortalecer a identidade e cultura negra a partir da preservação do patrimônio afro-brasileiro. A pesquisa será realizada in loco na Biblioteca Pública Municipal José Sarney, no Bairro de Fátima, na cidade de São Luís (MA), tendo como participantes da pesquisa os usuários e visitantes da Biblioteca Pública

Municipal José Sarney, e a equipe técnica de profissionais que trabalham na organização administrativa da biblioteca, investigados por meio de questionários mistos e entrevistas semiestruturadas. O presente Projeto de Pesquisa pretende desenvolver uma pesquisa de campo. A pesquisa mostra uma possibilidade de investigação concreta em uma biblioteca pública atuante, espaço que pode ter como função social, auxiliar na luta antirracista, ecoar narrativas silenciadas e invisibilizadas, bem como conscientizar a população, principalmente pontuando as questões de identidade e representatividade negra.

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 7.688.182

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral da pesquisa é investigar, sob uma ótica decolonial, as atividades de mediação da Biblioteca Municipal José Sarney e sua contribuição para o fortalecimento da identidade negra e do Patrimônio Cultural Afro-brasileiro na cidade de São Luís. Tem como objetivos específicos: contextualizar a Biblioteca Pública Municipal José Sarney, sua trajetória, atuação e mediação no contexto ludovicense, bem como suas interfaces com o patrimônio, cultura e identidade afro-brasileira; identificar as ações de mediação da informação, cultura e evidências do patrimônio cultural afro-brasileiro desenvolvidas na Biblioteca Municipal José Sarney, e suas perspectivas decoloniais e analisar a percepção dos usuários da biblioteca e da equipe técnica de profissionais sobre como a Biblioteca Municipal José Sarney contribui para o fortalecimento da construção identitária negra, a partir de suas ações de mediação do patrimônio afro-brasileiro

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Cansaço psicológico ao responder o questionário e/ou entrevista; Esforço físico ao responder o questionário e/ou entrevista; Constrangimento na gravação de imagem, áudio e vídeo; Desconforto ao não saber responder as questões do questionário e/ou entrevista; Mal-estar durante a abordagem de realização da pesquisa; Medo de sofrer retaliação com o fornecimento de informações. Benefícios: Conhecimentos gerados a respeito do tema abordado na pesquisa; Reflexões sobre a contribuição da instituição social para a sociedade/comunidade na qual está inserida; Fomento da discussão da temática em ambientes diversos, a exemplo: bibliotecas; Fortalecimento do elo entre a instituição e os sujeitos que a integram.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa parte da vivência particular da pesquisadora enquanto mulher preta e profissional bibliotecária que acredita nos possíveis caminhos que a profissão apresenta na construção de um dispositivo, como a biblioteca, que pode ser utilizado como elemento decolonial dentro de uma cidade como São Luís. Sabendo do potencial desta biblioteca

enquanto dispositivo de transformação social, estudá-la mostra-se como uma possibilidade de investigação concreta em uma biblioteca pública atuante, espaço que pode ter como função social, auxiliar na luta antirracista, ecoar narrativas silenciadas e invisibilizadas, bem como

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado
Bairro: Bacanga **CEP:** 65.080-805
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA**



Continuação do Parecer: 7.688.182

conscientizar a população, principalmente pontuando as questões de identidade e representatividade negra. A partir das discussões apresentadas, é perceptível que esta pesquisa apresenta uma ótica interdisciplinar, que promove o diálogo e a intersecção a partir de diferentes campos de estudos da ciência, como: Biblioteconomia e Ciência da Informação, Estudos Sociais, Estudos Decoloniais, Patrimônio Cultural etc.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Observa-se que o termo está em consonância com as determinações legais

Recomendações:

Os resultados da pesquisa são eminentemente para a pesquisa científica, devendo observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Código Civil e demais legislações pertinentes, os resultados divulgados devem preservar a identidade e os dados dos participantes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considera-se a pesquisa importante e apresenta os elementos mínimos para seu desenvolvimento.

Considerações Finais a critério do CEP:

A pesquisa sobre a Biblioteca Pública Municipal José Sarney e sobre o desenvolvimento de atividades que contemplam a funcionalidade de uma biblioteca pública, tem potencial para fortalecer a identidade negra por meio de uma abordagem decolonial que evidencia o patrimônio afro-brasileiro.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2438852.pdf	21/03/2025 11:53:38		Aceito
Outros	INSTRUMENTOSDECOLETADEADADOS.pdf	21/03/2025 11:52:43	ANNA CAROLINE CORREA MENDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCEPCONEP.pdf	21/03/2025 11:51:35	ANNA CAROLINE CORREA MENDES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	21/03/2025 11:49:24	ANNA CAROLINE CORREA MENDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE.pdf	21/03/2025 11:47:44	ANNA CAROLINE CORREA MENDES	Aceito

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 7.688.182

Ausência	TCLE.pdf	21/03/2025 11:47:44	ANNA CAROLINE CORREA MENDES	Aceito
Declaração de concordância	AUTORIZACAOINSTITUCIONAL.pdf	31/10/2024 15:32:29	ANNA CAROLINE CORREA MENDES	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	31/10/2024 15:29:36	ANNA CAROLINE CORREA MENDES	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOASSINADO.pdf	23/10/2024 09:50:53	ANNA CAROLINE CORREA MENDES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Avaliação da CONEP:

Não

SAO LUIS, 03 de Julho de 2025

Assinado por:
Marcelo Souza de Andrade
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br